

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO “CARLOS ALBERTO REYES
MALDONADO”**

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA**

WOLBER SEBASTIÃO PEREIRA

**ENUNCIÇÕES PRESIDENCIAIS:
MODOS DE DIZER NA/DA *POLÍTICA* NO BRASIL**

CÁCERES – MT

2022

WOLBER SEBASTIÃO PEREIRA

**ENUNCIÇÕES PRESIDENCIAIS:
MODOS DE DIZER NA/DA *POLÍTICA* NO BRASIL**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística, sob a orientação da Profa. Dra. Neuza Benedita da Silva Zattar.

CÁCERES-MT

2022

PEREIRA, Wolber Sebastião.

P436e Enunciações Presidenciais: modos de dizer na/da
Política no Brasil / Wolber Sebastião Pereira – Cáceres,
2022.

116 f.; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Tese/Doutorado) –
Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Doutorado)
Linguística, Faculdade de Educação e Linguagem,
Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato
Grosso, 2022.

Orientadora: Neuza Benedita da Silva Zattar

WOLBER SEBASTIÃO PEREIRA

**ENUNCIÇÕES PRESIDENCIAIS:
MODOS DE DIZER NA/DA *POLÍTICA* NO BRASIL**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Neuza Benedita da Silva Zattar
Orientador(a) – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira
Avaliador(a) Interno(a) – PPGL/UNEMAT

Prof. Dr. Taisir Mahmudo Karim
Avaliador(a) Interno(a) – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Sheila Elias de Oliveira
Avaliadora Externa – UNICAMP

Profa. Dra. Vanise Gomes de Medeiros
Avaliadora Externa – UFF

Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães
Suplente de Avaliador(a) Interno(a) – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Carolina de Paula Machado
Suplente de Avaliadora Externa – UFSCAR

APROVADA EM: 08/12/2021

Dedico este trabalho à minha família, à Rose, minha esposa, aos meus filhos Vitor, Julia e Lucas e esposa, Fernanda, minha querida neta Helena que significam minha vida; e também à memória de meu pai que, neste percurso, fez sua passagem e nos deixou.

AGRADECIMENTOS

Este é um momento especial e perigoso, especial porque rememoramos todos que nos ajudaram e nos acompanharam, e perigoso quanto à memória.

Assim, agradeço inicialmente a Deus, que me ilumina e abençoa em toda e qualquer caminhada.

À minha esposa amada e meus filhos que incentivaram, apoiaram, sofreram, compreenderam, acreditaram, nunca me deixaram sozinho e por quem faço o que tenho feito.

À minha neta, Helena que, no final desse percurso do doutorado, veio para alegrar, para mostrar um novo sentido de vida e para inspirar.

Ao meu pai Nilton e minha mãe Lurdinha, meu irmão Junior, todos *in memoriam*.

À minha segunda mãe Eva e às minhas irmãs Ana e Fabiana que, mesmo longe, sempre estiveram comigo, e ao meu irmão Junior, que também já fez sua passagem.

À D. Ana (D. Piquinha) (*In memoriam*), minha sogra, suas filhas, seus netos e netas que me incentivaram e rezaram por meu sucesso.

À Professora Neuza que me acolheu, ainda na especialização de 2006/2007 e, desde esse tempo me acompanha, me orienta, me ensina, mostra caminhos, acredita em mim, mesmo tendo falhado algumas vezes.

Às Professoras Sheila Elias de Oliveira e Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira e ao Professor Taisir Mahmudo Karim pela leitura atenta e crítica de minha tese na qualificação e também pelas considerações que fizeram e contribuíram com o crescimento de meu texto.

Às Professoras Sheila Elias de Oliveira, Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira e Vanise Gomes de Medeiros e ao Professor Taisir Mahmudo Karim pelo aceite em participarem da banca de avaliação de tese, com a qual contribuíram sobremaneira com suas reflexões e observações.

Ao Professor Taisir pelo companheirismo na caminhada acadêmica e na parceria nas discussões do Grupo Significar MT.

À Professora Sheila Elias pelo companheirismo e pelas discussões no Grupo LED.

Ao Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL da Unemat pela oportunidade de qualificação.

Ao Conselho Superior do PPGL que, apesar de meus percalços, sempre compreendeu e me oportunizou a finalizar o meu doutorado.

A todos os colegas da primeira turma do Doutorado em Linguística, aos colegas do Grupo de Pesquisa Significar MT.

A todos amigos que, de uma forma ou de outra, acreditaram em mim e torceram para o meu sucesso.

*Meu Deus, por que me abandonaste
se sabias que eu não era Deus,
se sabias que eu era fraco.*

*Mundo mundo vasto mundo
se eu me chamasse Raimundo
seria uma rima, não seria uma solução.
Mundo mundo vasto mundo,
mais vasto é meu coração.
(Carlos Drummond)*

RESUMO

Esta pesquisa está inscrita na área de concentração “Estudo de Processos Linguísticos”, na linha de pesquisa “Estudo dos Processos de Significação”, do Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. O objetivo deste trabalho é analisar a construção dos sentidos da palavra *política(o)* na enunciação dos ex-presidentes do Brasil, Fernando Collor de Melo, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, ocorridas no final do século XX e início do século XXI. A escolha desses ex-presidentes se deu por se tratarem dos três primeiros presidentes eleitos pelo voto direto e livre após a ditadura militar, ou seja, quando o país retomava o Estado democrático de Direito. Tomamos a palavra *política* como objeto de análise para compreender como os modos de dizer dos mandatários do país, produzidos no exercício do poder, se constituem politicamente, considerando as condições históricas e sociais que os constituem, além de verificar como essa palavra, ao ser dita, produz sentidos para a retomada democrática no Brasil. Esta tese se fundamenta teoricamente na Semântica do Acontecimento desenvolvida por Guimarães (1995, 2002, 2007, 2011, 2018) no Brasil, que a define como uma semântica enunciativa, política, histórica e social e que toma o termo *política* no funcionamento da enunciação como desentendimento. A palavra *política* nas enunciações presidenciais será compreendida em sua designação, pelo funcionamento da predicação observada no procedimento do DSD, Domínio Semântico de Determinação. A designação dessa palavra nos possibilita verificar a constituição da língua política por uma palavra, por um nome, em nosso caso *política*, pois a designação é uma relação de linguagem que produz sentidos na relação simbólica com o real ao falar dele. Procuramos compreender a polissemia da palavra *política* e verificar como esses sentidos produzidos pelo dizer do lugar social da Presidência da República, no espaço de enunciação brasileiro, contribui para a constituição de um modo de dizer *a política* da e na *política* de Estado no Brasil, em diferentes textos, de diferentes falantes, dadas as condições sociais e histórica de cada ex-presidente.

Palavras-chave: Enunciação, Acontecimento, Sentido, Política(o), Língua Política.

ABSTRACT

PRESIDENTIAL STATEMENTS: WAYS OF SAYING IN/OF POLITICS IN BRAZIL

This research is inscribed in the area of concentration "Study of Linguistic Processes", in the research line "Study of the Processes of Signification", of the Post-Graduate Program in Linguistics - PPGL of the Mato Grosso State University - UNEMAT. The objective of this work is to analyze the construction of the meanings of the word politics in the enunciation of the ex-presidents of Brazil, Fernando Collor de Melo, Fernando Henrique Cardoso and Luiz Inácio Lula da Silva, which occurred at the end of the 20th century and the beginning of the 21st century. These ex-presidents were chosen because they were the first three presidents elected by direct and free vote after the military dictatorship, that is, when the country was returning to the democratic State. We took the word politics as an object of analysis to understand how the ways of saying of the country's representatives, produced during the exercise of power, were politically constituted, considering the historical and social conditions that constitute them, and to verify how this word, when said, produces meanings for the restoration of democracy in Brazil. This thesis is theoretically based on the Semantics of the Event developed by Guimarães (1995, 2002, 2007, 2011, 2018) in Brazil, which defines it as an enunciative, political, historical and social semantics and which takes the term of politics in the functioning of enunciation as misunderstanding. The word politics in the presidential enunciations will be understood in its designation, by the functioning of the predication observed in the DSD process, Semantic Domain of Determination. The designation of this word allows us to verify the constitution of the political language by a word, by a name, in our case politics, because the designation is a language relation that produces meanings in the symbolic relation with the real when talking about it. We seek to understand the polysemy of the word politics and to verify how these senses produced by the saying of the social place of the Presidency of the Republic, in the Brazilian enunciation space, contributes to the constitution of a way of saying the politics of and in the State politics in Brazil, in different texts, from different speakers, according to the social and historical conditions of each ex-president.

Keywords: Enunciation, Event, Meaning, Politics, Political Language.

RÉSUMÉ

DÉCLARATIONS PRÉSIDENTIELLES: FAÇONS DE DIRE DANS/DE LA POLITIQUE AU BRÉSIL

Cette recherche s'inscrit dans le domaine de concentration "Etude des processus linguistiques", dans la ligne de recherche "Etude des processus de signification", du Programme des Cycles 2 et 3 en Linguistique - PPGL de l'Université d'Etat de Mato Grosso - UNEMAT. L'objectif de ce travail est d'analyser la construction des sens du mot *politique* dans l'énonciation des anciens présidents du Brésil comme : Fernando Collor de Melo, Fernando Henrique Cardoso et Luiz Inácio Lula da Silva, qui a eu lieu à la fin du 20^e siècle et au début du 21^e siècle. Ces anciens présidents ont été choisis parce qu'ils ont été les trois premiers présidents élus par vote direct et libre après la dictature militaire, c'est-à-dire au moment où le pays revenait à l'état de droit démocratique. Nous avons pris le mot *politique* comme objet d'analyse pour comprendre comment les manières de dire des représentants du pays, produites dans l'exercice du pouvoir, se constituent politiquement, en considérant les conditions historiques et sociales qui les constituent, et pour vérifier comment ce mot, quand il est dit, produit des sens pour la reprise de la démocratie au Brésil. Cette thèse s'appuie théoriquement sur la Sémantique de l'Événement développée par Guimarães (1995, 2002, 2007, 2011, 2018) au Brésil, qui la définit comme une sémantique énonciative, politique, historique et sociale et qui prend le terme *politique* dans le fonctionnement de l'énonciation comme malentendu. Le mot *politique* dans les énonciations présidentielles sera compris dans sa désignation, par le fonctionnement de la prédication observée dans la procédure DSD, Domaine Sémantique de Détermination. La désignation de ce mot nous permet de vérifier la constitution du langage politique par un mot, par un nom, dans notre cas, le mot *politique*, car la désignation est une relation langagière qui produit des sens dans la relation symbolique avec le réel quand on en parle. Nous cherchons à comprendre la polysémie du mot *politique* et à vérifier comment ces sens produits par le dire de la place sociale de la présidence de la République, dans l'espace énonciatif brésilien, contribuent à la constitution d'une manière de dire *la politique* dans la politique de l'État au Brésil, dans différents textes, de différents locuteurs, étant donné les conditions sociales et historiques de chaque ancien président.

Mots-clés : Énonciation, Événement, Sens, Politique, Langue politique.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
------------------	----

CAPÍTULO I

A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE <i>POLÍTICA</i> EM RANCIÈRE	20
1.1 Nas margens do político	22
1.1.1 A utopia realista	22
1.1.2 Política, Político, Identificação, Subjetivação	27
1.2 O Dissenso	29
1.3 A <i>política</i> como desentendimento	35
1.3.1 O início	35
1.3.2 Política e polícia	40
1.3.3 A racionalidade do desentendimento	43
1.3.4 Da arquipolítica à metapolítica	45

CAPÍTULO II

FUNDAMENTOS DA SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO.....	52
2.1 Introduzindo a Semântica	52
2.2 Semântica do Acontecimento	53
2.2.1 O Político: contradição e litígio, igualdade e desigualdade	53
2.2.2 Enunciação	56
2.2.3 Espaço de enunciação	58
2.2.4 Cena de enunciação	59
2.2.5 Figuras enunciativas	59
2.2.5 Figuras enunciativas	59
2.2.6 A designação e o DSD – Domínio Semântico de Determinação	60
2.3 O texto	63
2.3.1 A articulação	63
2.3.2 A reescrituração	63
2.4 A Metodologia e o <i>Corpus</i>	64

CAPÍTULO III

MODOS DE DIZER NA/DA <i>POLÍTICA(O)</i> EM ENUNCIÇÕES DE EX-PRESIDENTES DO BRASIL	67
3.1 O ex-presidente Fernando Collor de Mello	67
3.1.1 A Enunciação de Posse no Congresso Nacional	69
3.1.2 Os sentidos da palavra <i>política</i> na enunciação do ex-presidente Collor em [R1]	77
3.2 O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso	86
3.2.1 A enunciação de FHC no Seminário Internacional: Política, Ética e Pobreza	86
3.2.2 Os sentidos da palavra <i>política</i> na enunciação do e-xpresidente FHC em [R2]	91
3.3 O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva	98
3.3.1 A enunciação de Lula na abertura da 29ª Reunião do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social	99
3.3.2 Os sentidos da palavra <i>política</i> na enunciação do presidente Lula em [R2]	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
BIBLIOGRAFIA	112

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa está inscrita na área de concentração “Estudo de Processos Linguísticos”, na linha de pesquisa “Estudo dos Processos de Significação”, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística – PPGL da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

Três motivos me fizeram escolher os pronunciamentos dos três ex-presidentes da República do Brasil, Fernando Collor de Melo, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, que constituem o material de análise. Primeiramente a minha filiação teórica, como professor e pesquisador, à Semântica do Acontecimento, conforme estudos de Guimarães (2002, 2018). O segundo motivo é o interesse em pesquisar e compreender a enunciação política dos falantes que ocupam o lugar social de presidente da República do Brasil, um lugar político, de prática política, que tem um modo de falar específico da política. O terceiro e último motivo é o interesse em pesquisar o funcionamento enunciativo da palavra *política* em um dizer político e por uma teoria que tem a *política* como termo teórico. A escolha dos pronunciamentos dos ex-presidentes em momentos e lugares sociais diferentes (posse, seminário e reunião) deveu-se à incidência da inscrição da forma linguística *política*.

Na apresentação de minha dissertação de mestrado, iniciei citando Guimarães (2002b, p. 7) quando diz que se colocar na posição de semanticista ou de uma semântica linguística “é inscrever-se num domínio de saber que inclui no seu objeto a consideração de que a linguagem fala de algo”, ou seja, esse algo, esse dizer “é incontornavelmente construído na linguagem”. Essas palavras reafirmam a posição de semanticista que nos colocamos e nos inscrevemos para desenvolver esta pesquisa, visto que a disciplina Semântica “considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer” (Idem), na relação do sujeito com a língua, ou melhor na relação que se dá pelo acontecimento do funcionamento da língua que agencia o sujeito e significa algo que está fora da língua, mas que existe e precisa significar, precisa ser referenciado, precisa ser particularizado. Esta perspectiva se distingue da posição referencialista, na qual o sentido é uma relação lógica e direta entre língua e mundo.

A Semântica do Acontecimento vem sendo desenvolvida por Eduardo Guimarães (1995, 2002, 2007, 2011, 2018), no Brasil, que a define como uma semântica enunciativa, histórica e social, que toma o termo *política* como desentendimento, ao considerar que o dizer funciona pela contradição de uma normatividade que diz por uma lógica igualitária, mas que,

por isso, divide desigualmente o real. (GUIMARÃES, 2018). Ou seja, o dizer é político, por se dar no acontecimento da enunciação, que se realiza em um espaço de enunciação determinado pela disputa entre línguas e falantes, por isso político.

Nessa perspectiva teórica, nos inscrevemos para desenvolver esta tese intitulada “Enunciações presidenciais: modos de dizer na/da *política* no Brasil”, que tem como proposta analisar a construção de sentidos da palavra *política(o)* na enunciação dos ex-presidentes do Brasil, Fernando Collor de Melo, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. A enunciação destes três ex-presidentes nos interessou por serem os primeiros presidentes eleitos em eleições livres e diretas após a ditadura militar, ou seja, quando o país retomava o Estado democrático de Direito. Buscamos compreender como o modo de dizer do lugar social de mandatários do país, produzidos no exercício do poder, se constituem politicamente, considerando suas condições históricas e sociais.

A palavra *política*, conforme Bobbio (2016), tem um sentido clássico que significa o que está relacionado à *pólis*, ao que é público, à comunidade, e um sentido moderno que significa a relação com o poder, com a governança, com a arte de governar a *pólis*. Nessa perspectiva, considerando o funcionamento da palavra *político* (substantivo) enquanto prática, podemos relacionar política com outras áreas como política social, política econômica, política de governo, política de Estado etc. Mas outras significações se produzem além do clássico e do moderno, e se relacionam a outras práticas sociais como política esportiva, política familiar, política de cotas, política de inclusão, políticas afirmativas, política corporal etc. Além da relação com aquele que se dedica à política ou que ocupa um cargo público, podemos ter, ainda, a figura do político corrupto, político conservador, político inovador, político de centro etc. E também o *político* como adjetivo que pode transitar por diferentes sentidos, assim como o substantivo, temos, neste caso, cargo político, economia política, liderança política.

Além disso, as importantes mudanças sofridas pelos modos de organização das comunidades políticas no último século como o fortalecimento de valores patrióticos, ligados a um Estado-nação no início do século XX, contrastam com a criação das comunidades supranacionais no final do século, notadamente a União Europeia, que se propõe como agregadora, além de um bloco econômico, de certos valores partilhados. Mas vemos reemergir o monstro do patriotismo em posições nacionalistas como o fascismo contemporâneo, no poder no Brasil, e também as reações ao supranacional na Europa, que fizeram emergir a necessidade de significar a diferença (e a superioridade) de uns povos sobre outros, o que resulta em resistência para a imigração, o trânsito universitário, etc.

Também no contraste entre o início e o fim do século, outro exemplo, a ascensão do socialismo e a queda dos governos socialistas e do bloco socialista da União Soviética. No Brasil, o século XX sucede à proclamação da República; após este movimento de construção do Estado-nação brasileiro, uma ditadura civil (1937-1945) e uma militar (1964-1984) se instalam, e o século encerra com um retorno ao Estado Democrático de Direito, em um processo de reconstrução da República, de redemocratização. Isto para falar na política de Estado.

No decorrer do século, ao lado da política de Estado, temos, ainda, o fortalecimento das Organizações Não Governamentais (ONGs)¹, de entidades sem fins lucrativos, voltadas para o voluntariado, entre outros modos de intervenção política não estatal que ganharam visibilidade social, como os coletivos, as associações de bairro periféricas, hoje em destaque. Há vários sentidos de *política* em jogo nessa passagem, aqui políticas como intervenções a partir de projetos sociais.

No Brasil, se, de um lado, estes movimentos se constroem, em sua maior parte, à margem do governo, há, de outro lado, um sentido concorrente pelo qual a *política* é tomada como algo restrito ao Estado, do qual os cidadãos não se consideram parte. Aliados os cidadãos, o Estado ou as coisas do Estado são tomados como lugar de locupletações e/ou de projetos de poder quando deveriam ser projetos para a sociedade democrática. Nesta direção de locupletações e de poder, a *política* é significada como negativa e ligada à corrupção, aos interesses pessoais ou de grupos, à falta de ética democrática.

Esta divisão faz parte da polissemia da palavra *política* em seu funcionamento na sociedade brasileira. Seja na enunciação de políticos e na apropriação que estes possam fazer da *política* como termo da ciência política e do senso comum, seja nos modos de apreensão do

¹ Devido à ampla gama de conceitos ou significados do termo ONG, o verbete “Organizações Não Governamentais” do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas – FGV, significa “a busca de uma definição para ‘organização não governamental’, ou ‘ONG’, esbarra na crescente polissemia, fluidez e plasticidade do termo. Indicando um ‘novo ator social’ ou um tipo particular de organização da sociedade civil, não existe entretanto uma definição precisa e consensual sobre seu recorte e seus contornos”. (Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/organizacoes-nao-governamentais>. Acesso em: 31/01/2022). Conforme a definição do estatuto da Associação de Organizações Não Governamentais – ABONG, no Brasil, “são consideradas Organizações Não Governamentais-ONGs, as entidades que, juridicamente constituídas sob a forma de fundação ou associação, todas sem fins lucrativos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático, condições estas, atestadas pelas suas trajetórias institucionais e pelos termos dos seus estatutos” (Disponível em: https://abong.org.br/wp-content/uploads/dlm_uploads/2021/03/Estatuto-Social.pdf. Acesso em: 31/01/2022). As ONGs não têm um sentido jurídico no Brasil, são normatizadas pela Lei 9.790/1999 quando são denominadas de Organizações da Sociedade Civil (OSC) ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). É importante fazer esta nota para não correremos o risco de generalização ou de naturalização do termo, colocando tudo num mesmo conceito, pois são consideradas ONGs também organizações paramilitares armadas e que atuam contra o Estado democrático de direito, e de forma marginal, como as milícias que funcionam, principalmente, no Estado do Rio de Janeiro.

político pelos cidadãos. Sob um olhar atento sobre diferentes enunciações percebe-se a divisão de sentidos da palavra *política* em nossa sociedade.

A compreensão dessa polissemia somada ao interesse pelo estudo da enunciação de falantes que ocupam o lugar social de Presidente do Brasil, um lugar político, de onde se enuncia a política, na política e sobre política, e também a compreensão do modo de falar a língua política por quem ocupa o lugar social de presidente são questões que considero cruciais para estabelecer objetivos para a pesquisa, de forma a compreender como se dá o modo de dizer de quem ocupa esse lugar social, como funciona a língua política, ao dizer *política* na enunciação política, ou seja, trazer à discussão e à reflexão os sentidos de *política* e para *política* que acontecem na sociedade brasileira, em tempos que alguns imaginários são dominantes como: a política é corrupta, não se deve discutir religião, futebol e política e, por isso, se procura, como diz Rancière (2018), despolitizar, anular a política.

Os três políticos selecionados para a pesquisa foram os primeiros presidentes eleitos de forma direta, com voto popular, desde o final da ditadura militar em 1985, ou seja, quando já estava restabelecida a ordem democrática no país, com a promulgação da nova constituição constituinte em 1988 e com a primeira eleição direta, em 1989, de Fernando Collor de Melo. Collor foi empossado em 1990 e governou até dezembro de 1992 quando, por um processo de *impeachment* aberto e concluído pelo Congresso Nacional, foi impedido de continuar seu governo, ficando com os direitos políticos cassados por 8 anos. Fernando Henrique Cardoso foi eleito em 1994 e reeleito em 1998, governando o Brasil em dois mandatos consecutivos, no período de 1995 a 2002. Por sua vez, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito em 2002, reeleito em 2006, governou o país, também em dois mandatos consecutivos, no período de 2003 a 2010.

Zoppi-Fontana (2011), em relação à língua política, afirma que as questões da língua política são tratadas por uma reflexão sobre os modos de dizer na atualidade da política no Brasil, pela enunciação de quem exerce o poder e pelas condições históricas de produção desse dizer, e também tanto “por aqueles que enunciam das instâncias próprias do campo da política, quanto por aqueles que produzem um discurso *sobre* essa língua (principalmente na mídia).” (Idem, p. 69). Interessa-nos o dizer das instâncias do campo da política, mais precisamente o dizer dos ex-presidentes já citados. A autora retoma também Zancarini (2008) e Guilhaumou (1989, 2008) quanto às questões que levantam se *pode a língua comum ser a língua da política?* e também se *há uma língua própria para os assuntos de Estado, para a administração da res pública?*² Essas são questões que também consideraremos pensar na tese, pois analisamos o

² Destaque em itálico da autora.

dizer de falantes que exerciam o poder, cada um em sua época, mas considerando como uma das condições históricas, a redemocratização do Brasil.

Procederemos à análise dos recortes selecionados dos textos que compõem o *corpus* desta pesquisa e que foram selecionados pelo processo de sondagem, procedimento que nos possibilita verificar o funcionamento da expressão *político(a)* nos enunciados que integram esses textos. Procuramos, assim, compreender a polissemia da palavra *política(o)* e também verificar como esses sentidos produzidos pelo dizer do lugar social da presidência da República, no espaço de enunciação brasileiro, contribui para a constituição de um modo de dizer da e na *política* no Brasil, ou melhor, como as enunciações dos ex-presidentes, um dizer político e na política, contribuíram e contribuem para a constituição de uma língua política no Brasil.

A tese está composta de três capítulos.

O primeiro capítulo, dada a relação entre o conceito de política na Filosofia em Rancière e a reformulação desse conceito por Guimarães (2002) nos estudos da enunciação, desenvolvemos um panorama teórico da palavra *político* sob o olhar do filósofo francês contemporâneo, que considera *o(a) político(a)* como desentendimento, termo que concebe como “um tipo determinado de situação de palavra: aquela em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro.” (RANCIÈRE, 2018, p. 10). A reflexão que faz sobre *política/político*, e que relaciona ao desentendimento, se dá pela perspectiva materialista que tem a luta de classe ou, numa visão que vem desde os clássicos, a divisão entre pobres e ricos, entre quem pode governar e quem deve ser governado como princípio para as relações na sociedade, na *pólis*. Essa reflexão é feita criticando a filosofia política, ou o seu possível ressurgimento na década final do século XX, e essa é outra questão importante em Rancière, ou seja, a crítica que faz sobre a tentativa da filosofia política em despolitizar a política. Por essa crítica o autor constrói suas reflexões e conceitualizações, mas faz isso também revendo esses conceitos e noções e os desconstruindo e reconstruindo, os formulando e reformulando. Ou melhor, a construção teórica do pensamento de Rancière sobre o *político* e a democracia, que nos interessa, é que o seu pensamento está em contínua mudança, haja vista que noções e conceitos de política e democracia estão em constante mudança também.

No segundo capítulo apresentamos os fundamentos teóricos que constituem a Semântica do Acontecimento, e que estaremos mobilizando para proceder às análises dos recortes. No livro que dá nome a essa teoria, Guimarães (2002c) aborda a enunciação como acontecimento político, e considera o político a fundamentação das relações sociais, de suas divisões de suas contradições que se materializam pela língua, por que o homem fala, por mais que isso lhe seja negado. Essa abordagem, em Guimarães (Idem), toma por objeto de reflexão

a nomeação e, mais especificamente, a designação, pensada como significação de um nome, como modos de significar na relação entre a linguagem e o real.

No terceiro capítulo analisamos, na perspectiva da Semântica da Enunciação, a construção dos sentidos da palavra *política(o)* na enunciação dos ex-presidentes do Brasil, Fernando Collor de Melo, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, ocorridos no final do século XX e início do século XXI, e observamos que os sentidos dos modos de dizer dos mandatários do país, produzidos no exercício do poder, a respeito do termo *política* se constroem pelo ponto de vista de cada presidente, dado o seu agenciamento no espaço de enunciação e as condições históricas e sociais que os constituem. Analisamos também o DSD das palavras *político* e *política*, verificando o que designam nos recortes e como constituem um modo de dizer nas enunciações.

CAPÍTULO I

A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE *POLÍTICA* EM RANCIÈRE

Na perspectiva teórica da Semântica do Acontecimento, que tem como epicentro a questão do “político” nas relações de linguagem no acontecimento da enunciação, elegemos como tema desta pesquisa a significação de “política” nas enunciações presidenciais de Fernando Collor (1990/1992), Fernando Henrique Cardoso (1995/2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003/2010) e, dada a relação entre o conceito de *política* na Filosofia por Rancière e a reformulação desse conceito por Guimarães (2002) nos estudos da enunciação, pretendemos, neste capítulo, desenvolver um panorama teórico da palavra *político* sob o olhar desse filósofo francês contemporâneo, que relaciona a política à democracia e à igualdade e que considera *o(a) político(a)* como desentendimento, termo que concebe como “um tipo determinado de situação de palavra: aquela em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro.” (RANCIÈRE, 2018, p. 10).

Essa concepção de desentendimento interessa à Guimarães, pois caracteriza-se como conflito, como embate na enunciação. Interessa também pela filiação de Rancière ao materialismo histórico, que trata a prática política ou a prática da política pelas relações sociais, relações que envolvem todos da comunidade no litígio entre uma ordem estabelecida sobre quem pode governar, e outra que busca seu pertencimento, sua inclusão, pela igualdade de todos com todos, ou seja, que considera as relações sociais pela divisão do sensível, do real da comunidade em classes.

Interessa-nos também em Rancière a concepção de dissenso como contraponto ao consenso. O consenso funciona de um lugar normativo que se propõe a anular o político pela divisão e regulação da comunidade e, ao fazer isso, busca suprimir, anular o político, a igualdade e a democracia. O dissenso surge pela pressuposição de igualdade de todos com todos e que acontece como forma de quebrar a divisão e regulação normativas do consenso.

Pensar nessa perspectiva, como Rancière, que relaciona política, desentendimento e dissenso à democracia, nos possibilita analisar o período de redemocratização do Brasil por uma visão materialista de democracia, não por uma visão idealista e pré-construída, mas por

uma forma crítica que considera as práticas sociais e suas constantes transformações e mudanças, que sempre são feitas, desfeitas, refeitas, construídas e reconstruídas. A filosofia de Rancière significa essas transformações sociais e políticas da sociedade, e isso nos possibilita compreender como, nas enunciações presidenciais, tudo isso vêm sendo significado ao dizer *política*.

Vamos, assim, revisitar a obra *O desentendimento*³, de Jacques Rancière (1996a, 2018), mais precisamente, os quatro primeiros capítulos, e outros textos de sua autoria como “O fim da política ou a utopia realista e Político”, “Política, Identificação, Subjetivação”, que fazem parte da obra *Nas margens do político*⁴ (2014) e o texto “O dissenso”⁵ (1996b)⁶.

Começamos discutindo a noção de desentendimento por considerá-la o prenúncio, na enunciação ou acontecimento da linguagem, do dissenso, do confronto. Assim, o desentendimento não é o desconhecimento ou o mal-entendido, mas casos “em que a disputa sobre o que quer dizer falar constitui a própria racionalidade da situação de fala. Aqueles em que os interlocutores entendem e não entendem a mesma coisa nas mesmas palavras” (Idem, p. 11), não é apenas uma questão relacionada às palavras, mas também à situação dos que falam. O desentendimento, assim, se constitui por estruturas “em que a discussão de um argumento remete ao litígio acerca do objeto da discussão e sobre a condição daqueles que o constituem como objeto” (RANCIÈRE, 1996a, p. 12), e remete também a um conflito, a um embate em que um dos falantes envolvidos compreende o dizer do outro e este não reconhece o dizer daquele, não reconhece que esse dizer significa.

Rancière (Idem) reflete sobre a noção de *desentendimento* na primeira parte de seu livro, conforme veremos depois de apresentar a discussão que ele faz nos textos já citados, ou seja, “O fim da política ou a utopia realista” (2014b); “Político, Política, Identificação, Subjetivação” (2014c) e “O dissenso” (1996b).

³ Esta obra de Rancière foi publicada originalmente em 1995, na França, com o título *La Mésentente*, por Editions Galilée. No Brasil, foi traduzido e a primeira edição aconteceu em 1996 pela Editora 34, que também produziu a segunda edição em 2018. Nos valem os tanto da primeira como da segunda edição brasileira, neste trabalho.

⁴ A obra *Nas margens do político* foi primeiramente publicada em 1990 por Editions Osiris, na França, e constituiu-se de três textos escritos entre 1986 e 1988: *O fim da política ou a utopia realista* (1988), *Os usos da democracia* (1986) e *A comunidade dos iguais* (1987). Em 1998, com a revisão desses textos e o acréscimo de outros, foi publicada uma edição por La Fabrique, também na França. Essa edição foi traduzida ao português e publicada para a Coleção Imago, pela Editora KKYM, de Lisboa. Edição que utilizamos neste estudo.

⁵ Esse texto compõe o livro *A crise da razão*, que foi organizado por Aduino Novaes, e publicado no Brasil, em 1996, pela Editora Companhia das Letras.

⁶ Desentendimento e dissenso são traduções da mesma palavra que, em francês, é *mésentente*. O livro *O desentendimento* foi escrito e publicado primeiro e o texto “O dissenso” depois, em momentos diferentes, mas têm um sentido comum. Mantivemos os dois termos, buscando significar *mésentente* como desentendimento por uma situação de fala, quando quem não tem direito a dizer, diz, e uma situação da prática política que, também pelo dizer, a política quebra a ordem policial.

1.1 Nas margens do político

1.1.1 A utopia realista

No texto “O fim da política ou a utopia realista”, Rancière (2014b) analisa o tema do fim da política, e como se trata de um texto anterior à *O desentendimento*, vamos retomá-lo na sequência para conhecer como se deu a construção do pensamento de Rancière a partir de sua posição em relação ao fim da política.

Rancière (2014b, p. 19) trata o fim da política ao analisar a eleição presidencial francesa em 1988, quando François Mitterrand, em disputa com Jacques Chirac, foi reeleito para o seu segundo septenato. Mitterrand foi reeleito, diz o filósofo francês, por não fazer promessas, visto que havia feito em demasia na eleição de 1981 e não cumpriu a maioria das promessas. Desse modo, Mitterrand saiu vencedor nessa eleição de 1988, por não prometer mais, e de ter compreendido “a lição, de alguém que finalmente virou a página do novo século.” (Idem, p. 19). Com esse aprendizado político, tornou-se um político experiente e capaz de conduzir a França para a virada do milênio, na transição de um século ao outro de forma segura, sem sobressaltos no que estava por vir, um novo tempo no qual não deveria repetir os erros do século que se findava e garantir a não ruptura da sociedade, para não acontecer “o perigo de cair na tentação do *dois*.” (Idem, p. 22).

Para entender a posição política dos candidatos Jacques Chirac e François Mitterrand durante a campanha eleitoral, Rancière (2014b) aponta que Chirac colocou-se como a juventude, como o novo, como o homem dinâmico que conduziria todos os franceses à entrada do terceiro milênio e, como o novo e o jovem, desafiava seu opositor a fazer promessas. Este final dos tempos das promessas políticas foi designado de “centro” pelo modo de falar sobre “uma nova configuração do espaço público, do livre desdobramento de uma força consensual adequada ao desdobramento apolítico da produção e da circulação” (Idem, p. 20), visto que é o consenso que distribui os papéis e as funções de cada um na comunidade e que subtrai a política, constituindo o “centro”.

No entanto, pelo resultado do pleito, os franceses optaram pelo dizer da experiência, do velho, do arcaico, que possibilitaria a mudança de século de forma segura e tranquila, pois se Chirac colocou a política

como arte de fazer avançar as energias do mundo, ele (Mitterrand) opôs a política como arte de impedir a guerra civil por um uso razoável do traço do Um. Nas próprias formas da retórica governamental, ele dava a entender o seguinte: não é verdade que o múltiplo se pacifique de livre e espontânea vontade dissipando os velhos dualismos. A relação do um da congregação com o dois da fractura via-se assim remetida para uma arte, a política, e para uma virtude, a autoridade. (RANCIÈRE, 2014b, p. 22).

O fim da política, ou a subtração da política, na perspectiva que Rancière coloca, se dividiu em dois fins: o fim da promessa e o fim da divisão, dando origem a dois partidos, o partido do novo tempo, representado por Chirac, e o partido do novo consenso, representado por Mitterrand. O novo consenso faz a tarefa da política tornar-se a pacificação do social e da própria política pela ocupação do ‘centro’, que possibilita dizer que “a arte política é a arte que consiste em suprimir o político. É uma operação de subtração de si.” (2014b, p. 25).

Para Rancière, a filosofia, ao refletir sobre a política desde a antiguidade, a partir de Platão e Aristóteles, principalmente, como na modernidade, propõe essa subtração da política pela ocupação do ‘centro’. Diz o autor

[...] talvez o “fim da política” não seja senão seu culminar, o culminar sempre jovem de sua velhice. E talvez esta duplicidade da *tekne politiké* [arte política] que a filosofia não deixou de teorizar, para lá da oposição dos “antigos” e dos “modernos”. É este fim sempre jovem que ela sempre quis aproximar do pensamento da fundação. (RANCIÈRE, 2014b, p. 25).

Em Platão⁷, Rancière diz que o pensamento da fundação não acontece de forma plena, pois, para o filósofo grego, *demos* é *ókhlos* (multidão), a turba popular, e “é a facticidade do grande animal que ocupa a cena da comunidade política sem, porém, nunca ser um sujeito uno” (Idem), o que possibilita “a autorregulação anárquica do múltiplo pela decisão da maioria.”

⁷ No livro *A República*, Platão idealiza uma Cidade que deveria ter a melhor forma de organização política, a melhor forma de governo, uma sociedade justa que proporcionaria a felicidade a todos que a compõem. A divisão organizacional da Cidade deveria acontecer conforme suas partes, ou seja: o *demos*, os guardas e os magistrados. E essas partes deveriam executar as funções a que estavam aptas a realizarem, pois essa era a melhor constituição do que é justo para a Cidade. Essa divisão da sociedade, então, significava a classe dos magistrados como os responsáveis por governar e indicar quem governaria a *pólis*, que seria escolhido por sua sabedoria; a classe dos guardiões significava-se como os encarregados da segurança interna, da segurança das leis e da segurança externa, eram escolhidos por sua força; e a classe do *demos*, era significada como o povo, composta pelos artesãos, agricultores e todos os trabalhadores manufatureiros que produziam os bens e a alimentação necessária à *pólis*, formada por homens livres, cidadãos. As duas primeiras classes, magistrados e guardiões, formariam a classe dominante. Os magistrados e os guardiões eram proibidos de terem bens materiais, tudo de que precisavam era fornecido pela Cidade, pois como eram responsáveis pelo governo e pela segurança da *pólis*, ao não terem bens materiais, estariam mais aptos a cumprirem suas funções em bem de toda a sociedade, não governariam em causa própria. Dentre essas classes, os magistrados eram os únicos aptos a governarem por sua sabedoria, o “rei-filósofo” ou “bom tirano” (AMARAL, 2016). A melhor forma de governo para Platão, dentre as que definiu como formas boas – monarquia, aristocracia e paideia – seria a aristocracia. A pior forma seria a democracia, dentre as três formas consideradas piores, a tirania, a oligarquia e a democracia.

(Idem). A partir da definição desses termos, afirma Rancière, “define-se uma duplicidade original, uma relação da filosofia com o político ao mesmo tempo inteiramente imanente e radicalmente transcendente, que interdita a existência de algo como a ‘filosofia política’.” (Idem, p. 26).

Para Rancière (2014b, p. 26), o “pensamento da fundação” da filosofia política, com “o objetivo de submeter o múltiplo à lei do Um” (Ibidem), a uma distribuição consensual das funções e papéis da comunidade, encontra-se principalmente em Aristóteles, no seu livro *Política*, e apresenta duas maneiras de pensar a arte política. A primeira é pela constituição dos homens em comunidade devido ao *telos* do ser racional, conforme a distinção que Aristóteles apresenta, no Livro I da *Política*, entre voz (*phoné*) e palavra (*logos*). A palavra, por ser humana, possibilita projetar o sentimento do útil (*sumpheron*) e do nocivo (*blaberon*) que produz a compreensão do justo e do injusto⁸, a boa origem do político. Para a segunda maneira de pensar a arte política, Aristóteles propõe uma solução para a divisão social, a divisão da comunidade entre ricos e pobres, “a que liga a lógica do princípio de contradição à facticidade de um estado de coisas” (Idem, p. 26), considerada por Rancière como a má origem da política.

A cidade se constitui, então, por uma massa de pobres (*áporoi*, desprovidos de meios) e por um pequeno número de ricos (*eûporoi*, dos que tem meios), dois componentes sociais irreduzíveis que estão “sempre em guerra virtual, sempre presentes e representadas para si mesmas pelos nomes que se dão e pelos princípios nos quais se reconhecem, que reclamam para si: liberdade (*eleutheria*) para a massa dos pobres, virtude (*aretê*) para o pequeno número dos ricos.” (RANCIÈRE, 2014, p. 26). Essa é a questão inicial da filosofia política, que, colocada à filosofia, passou a buscar maneiras de anular, suprimir a divisão e o conflito que surgem daí, seja pela redução do político ao social (a distribuição dos poderes e dos investimentos imaginários que se lhe associam), ou do social ao político (a distribuição de riquezas), que representa o princípio da filosofia política, conforme Aristóteles.

Algumas dessas maneiras de tratar a questão da política são colocadas pelo filósofo grego no livro *Política*, conforme Rancière, para atender ao princípio da filosofia política, ou seja, subtrair a divisão e o embate que surgem com a divisão da comunidade entre pobres e ricos. Uma dessas maneiras é ocupar o “centro” pelo meio, por aqueles que não são pobres nem ricos, a classe média⁹, capaz de mediar, “de lidar com o que existe: lidar com os inconciliáveis,

⁸ Esta forma será mais desenvolvida no texto *O Dissenso* (1996b) e no livro *O desentendimento* (1996a, 2018).

⁹ A Cidade, na concepção de Aristóteles, se compõe de três classes: os pobres, os ricos e uma classe existente entre as duas anteriores, intermediária, a classe média. Essa classe era detentora de posses, que a permitia viver bem, sem se preocupar com a falta ou necessidade, o caso dos pobres, e nem com excesso, o caso dos ricos ou, nas palavras de Aristóteles (2017, p. 157), sem tenderem para a “insolência e a perversidade”, os ricos, e nem para a

com essa co-pertença dos ricos e pobres, que já não podem ser colocados borda fora, que permanecem ligados ao centro da cidade.” (Idem, p. 27). Essa coincidência da média social com o “centro” constitui o governo do centro como utopia realista, uma forma de a filosofia pôr fim à divisão política pelo social, apaziguando o político, apaziguando o conflito entre pobres e ricos. Mas se o social não consegue ocupar o ‘centro’, talvez pela insuficiência de membros da classe média, o político pode se encarregar de amenizar o conflito social da divisão pelas leis; essa proposta de Aristóteles visa caracterizar as boas e as más formas de governo, ao falar da democracia, nos Livros IV e VI da *Política*. (RANCIÈRE, 2014).

A má democracia é quando o *demos* governa, está próximo do ‘centro’ e toma parte nas assembleias. A boa democracia (*politeia*) é aquela que distancia o *demos* do centro pelo comando das leis, e propõe a democracia rural que possibilita ao povo ter terras, fora e distantes da cidade, produzir ganhos, ter fonte de rendimentos e possibilidades de ascensão social. Dessa forma, os agricultores, os pobres não se interessariam pela magistratura, no caso não remunerada – outra maneira de apaziguar a questão política –, para manter seus rendimentos e a possibilidade de crescimento social pelo acúmulo de ganhos, de bens. A distância dos agricultores do ‘centro’ dificultaria a presença dessa massa na assembleia (*ekklesia*) e a criação de uma lei incontestável, assegurando a cidadania dos ausentes, ou seja, o não acontecimento da assembleia sem a presença na ágora daqueles que trabalham na terra, garante o ‘centro’ aos magistrados pela ausência, tanto do povo distante como da classe média, em número insuficiente para ocupar o meio. Nessas perspectivas aristotélicas, a questão política resolve-se pela redução social do político com a ocupação do ‘centro’ pela classe média, que apazigua o conflito, ou pela redução política do social, que pela lei afasta o *demos* do ‘centro’, produzindo o vazio que possibilita aos magistrados governar.

Despolitizar, então, “é o mais antigo trabalho da arte política, aquele que alcança o seu acabamento à beira de seu fim, a sua perfeição à beira de seu abismo.” (RANCIÈRE, 2014, p.32). Uma utopia realista do ‘centro’, também utopia da modernidade, utopia filosófica, utopia sociológica: a supressão política da política, “utopia de uma racionalidade imanente ao social, que anuncia a termo o fim comum da filosofia e da política.” (Idem).

A instauração do fim sociológico do político, diz ainda Rancière (2014), tem uma atualização do pensamento aristotélico em Tocqueville, que identifica “na socialidade

“mesquinha e a maldade”, os pobres, e tenderiam, pois, para a racionalidade. Assim, a classe média era o meio-termo na constituição dos governos, possibilitando a quem com eles se associassem, governar ou administrar a Cidade (a magistratura), no interesse de todos. Isso quando a classe média não tinha um número de membros maior do que as outras duas, pois nesse caso, a classe média governava.

democrática moderna, uma figura mista, entre a coincidência do centro e as das distâncias.” (Idem, p. 33). Essa nova socialidade, Tocqueville chama de igualdade de condições, e “propõe uma solução propriamente providencial que permite regular a relação entre o político e o social”, bem como “a produção de uma socialidade autorregulada, que limita espontaneamente os transbordamentos políticos do social e sociais do político.” (Ibidem, p. 33).

Abre-se, assim, um espaço social em que as antigas tensões em torno do ‘centro’ se regulam pela divisão, pela proliferação de uma infinidade de pontos de interesse, de pontos de satisfação do interesse, pelo apaziguamento da oposição entre ricos e pobres, e produzem a despolarização dos espaços públicos, e os ganhos conjugados do privado e do público se repartem por todo o corpo social. Existe uma limitação disso, diz Rancière (2014), como em Aristóteles, que a distanciação do político se transforme em despotismo.

A despolitização assegura a democracia na época pós-moderna, que passa a ser vivida como um meio ambiente, “como o meio natural da individualidade pós-moderna, que já não impõe as lutas e os sacrifícios que contradiziam os prazeres da época igualitária.” (RANCIÈRE, 2014, p. 34). E o autor complementa dizendo que, hoje, chamaria de pluralidade “o ponto de concordância, o ponto de utopia, entre o êxtase dos prazeres privados, a moral da igualdade solidária e a sabedoria política republicana.” (Idem, p. 35).

No texto “O fim da política ou a utopia realista”, em discussão, Rancière (2014) expõe suas reflexões sobre o fim da filosofia política na constante tentativa de subtrair, suprimir, anular a política, de submeter o múltiplo à lei do Uno, de despolitizar. E faz isso relacionando questões da atualidade, a reeleição de François Mitterrand, em 1988 na França, e o pensamento de Tocquville como retomada do pensamento fundante da filosofia clássica de Platão e Aristóteles, que buscava a solução para a divisão da comunidade, do embate entre pobres e ricos pela inviabilização de os primeiros governarem, ocuparem o ‘centro’. Embate que perdura e que “na época da democracia moderna, a divisão desclassificadora assumiu uma forma privilegiada, cujo nome caiu totalmente em desuso, mas que importa, porém, para sabermos em que ponto estamos, olhar de frente. Esta forma privilegiada chamou-se de luta de classes.” (RANCIÈRE, 2014b, p. 44).

Dessa forma, a finalidade da filosofia política desde seu pensamento de fundação, para Rancière, é o fim da política, é a anulação do funcionamento do múltiplo, é a tentativa de mascarar a divisão da sociedade em classes, de mascarar a luta de classes, e de fazer prevalecer a boa democracia, na qual o *demos* se distancia da política, na qual cada um ocupa um lugar determinado socialmente. Na perspectiva moderna, o fim da política se transmuta em igualdade de condições que faz ressurgir o individualismo e na perspectiva pós-moderna esse

individualismo se reforça como meio ambiente natural de funcionamento social onde cada um tem sua liberdade, seus direitos, sua cidadania, seu lugar, sua função, o *demos* não se caracteriza mais pela coletividade, mas pela individualidade, a igualdade não se caracteriza mais como pressuposta, mas por condições, por lugares, por funções e nomes que identificam mascarando a desigualdade. Essas são perspectivas que, para Rancière, vêm desde o pensamento clássico, mas que não se estabilizam, pois o povo político, democrático sempre se coloca como um *um a mais*, como um igual a todos que faz romper essa lógica policial, de governo.

Essa tentativa da filosofia política em despolitizar a política é o que Rancière critica e vai construindo suas reflexões e suas conceitualizações. A construção teórica do pensamento deste filósofo sobre o *político* e a democracia, que nos interessa, é o que continuamos a ver nas partes a seguir, pois seu pensamento está em continua mudança, haja vista que política e democracia estão em constante mudança também.

1.1.2 Política, Político, Identificação, Subjetivação

Em “Política, Político, Identificação, Subjetivação”, Rancière (2014c) conceitua os termos que compõem o título, ou seja: *a política*, o *político*, a *identificação* e a *subjetivação*. Sobre o *político*, o filósofo diz que é o encontro de dois processos heterogêneos, que ele chama de *polícia* e de *emancipação*. O processo policial, o processo do governo, se “assenta na distribuição hierárquica dos lugares e das funções e consiste em organizar a reunião dos homens em comunidade e o seu consentimento.” (RANCIÈRE, 2014c, p. 69). Esse processo nega a igualdade, ou melhor, causa dano à igualdade e transforma as regras do governo em leis naturais da sociedade. Por sua vez, a *emancipação* é o processo da igualdade e “consiste no jogo das práticas guiadas pela pressuposição da igualdade de qualquer um com qualquer outro e pela preocupação em verifica-la.” (Idem). O processo da *emancipação*, numa aproximação entre os termos conceituados até o momento, é também chamado por Rancière de *a política*. Assim, o *político* é o encontro da *polícia* e da *política*, a forma universal de tratamento de um dano, que subsiste para termos uma cena política. Diz-se, então, que o *político* “é a cena na qual a verificação da igualdade deve tomar a forma do tratamento de um dano.” (Idem).

O dano acontece quando a *polícia* tenta subtrair a verificação da igualdade de todos com todos ao distribuir e organizar a comunidade, e quando a *política* perturba a distribuição dos lugares e das funções da *polícia*; pois a *política*, conforme Rancière, é anárquica como indicado pela democracia, e o *demos* é o nome do tratamento de um dano, ou seja, o nome da comunidade e o nome da sua divisão e, “para além de todo e qualquer litígio particular, a

‘política do povo’ causa dano à distribuição policial dos lugares e das funções, porque o povo é sempre mais e menos do que ele próprio. Ele é o poder do *um-a-mais* que baralha a ordem da polícia.” (2014c, p. 70). E é o poder do *um-a-mais* que, no processo de emancipação, busca verificar a igualdade de todo ser falante com qualquer outro ser, igualdade de uma categoria a quem é negada a igualdade, “categoria que é vítima de um dano e invoca os seus direitos e é sempre o nome do anônimo, o nome de qualquer um” (Idem) – trabalhadores, mulheres, negros ou outros, diz Rancière.

Dessa forma, o autor diz ser uma *heterologia*¹⁰ a lógica da política, é a que possibilita sair do debate entre universalidade e identidade, pois a igualdade é o único universal político, que tem efeitos universais, e quando é atualizada ou invocada, consiste em

um universal que deve ser pressuposto, verificado e demonstrado em cada caso. A universalidade não é o princípio da comunidade ao qual oporíamos as situações particulares. Ela é um operador de demonstrações. O modo de eficácia da universalidade em política é a construção, discursiva e prática, de uma verificação polêmica, de um caso, de uma demonstração. O lugar da verdade não é o do fundamento ou do ideal. Ela é sempre um *topos*, o lugar de uma subjetivação num procedimento de argumentação. (RANCIÈRE, 2018c, p. 71)

Os casos de atualização da igualdade, quando da reparação de um dano, e conceitos como direito e humanidade são invocados para dizer que o operário é um cidadão, o negro é um ser humano ou ainda que uma francesa é um francês, como exemplos. Os casos de igualdade constituem processos de subjetivação pela formação de um *si*¹¹ com um outro, um “processo de desidentificação ou de desclassificação [...] dito de outro modo, um sujeito é um *in-between*, um entre dois.” (Idem, p. 72). A *subjetivação política* se dá pelo cruzamento de identidades, “de nomes que ligam o nome de um grupo ou de uma classe ao nome do que ficou de fora, do que não foi levado em conta, isto é, que ligam um ser a um não ser ou a um ser-por-vir.” (Idem).

Dessa forma, Rancière (2014c) diz que a *subjetivação política* é uma lógica do outro, conforme três determinações de alteridade: a lógica de subjetivação nunca é simplesmente a afirmação de identidade, é a recusa de uma identidade imposta pela polícia; é uma demonstração para um outro que não reconhece o sujeito que demonstra e “comporta sempre uma identificação impossível.” (Idem, p. 73-74). O processo de subjetivação é o processo da diferença, “é o *topos* de um argumento [...] o lugar do sujeito político é um intervalo ou uma

¹⁰ Destaque do autor.

¹¹ Idem.

falha: um *ser-em-conjunto* como *ser-entre*: entre os nomes, as identidades ou as culturas.” (Idem, p. 74).

Resumindo, compreendemos o *político* como a forma de tratamento de um dano que se dá pelo encontro entre as lógicas policiais e políticas emancipatórias. A *política* é tomada como o processo de igualdade de todos os seres com todos os outros seres, e a *polícia*, o processo da consensualidade na distribuição da sociedade de forma legal. A *identificação*, por sua vez, acontece pelo processo policial que dá nomes às funções e lugares sociais, identidades que se cruzam na constituição da subjetivação que a política produz ao buscar a igualdade, ao tratar o dano pela argumentação que procura incluir, tornar sujeito, seres ou grupos, que ficaram de fora e que não receberam nome ao dividir a comunidade. No caso da subjetivação, a igualdade funciona como um universal em contraponto à identificação e, por isso, deve ser argumentado, pressuposto, verificado e demonstrado de forma discursiva e prática, ou seja, *identificação* e a *subjetivação* acontecem pela enunciação política. A *identificação* por um dizer normativo policial, de governo, que nomeia para organizar e distribuir lugares e funções e, assim, manter a divisão e a desigualdade. A *subjetivação*, um dizer de sujeito que se constitui ao argumentar, sustentando seu pertencimento ao todo da comunidade ao se dizer igual a todos e quebrar a ordem policial.

Ainda no texto “Política, Político, Identificação, Subjetivação”, Rancière (2014c) conceitua esses elementos do título, distinguindo sentidos para *político*, *política* e *polícia*, enquanto práticas, e distingue, também, os processos que constituem os sujeitos da cena política de tratamento de um dano, configuradas pelas práticas em que acontece o embate entre *política* e *polícia*. Ou seja, a reflexão que faz o filósofo caracteriza ainda mais a divisão e o embate social entre classes, entre quem pode governar e quem não pode, quem diz e significa e quem diz e não produz sentidos porque não é escutado. Divisão que a filosofia política procura suprimir ao produzir teorias que subsidiam o dizer e as práticas governamentais, normativas, policiais. Mas essa divisão que mira a sistematização e regulação social não se estabiliza pela pressuposição de igualdade que está latente na comunidade, pelo povo político que a qualquer momento emerge e causa dano ao Estado policial.

No item a seguir, apresentaremos o pensamento de Rancière sobre o consenso como racionalidade policial e o dissenso como racionalidade política da igualdade.

1.2 O dissenso

No texto “O dissenso”, Rancière (1996b) retorna às conceituações apresentadas nos textos já comentados, e considera as relações sociais pelo embate, pela luta entre as classes da sociedade e trata mais detalhadamente a reformulação que faz de *polícia* e *política*. A partir disso, traz os conceitos de *dissenso* relacionados à pressuposição da racionalidade da política e de *consenso* relacionado à regulação do social pelo governo.

Rancière (1996b) considera, nesse texto, a política como dissenso, que se contrapõe ao consenso, ao criticar o discurso que “identifica a racionalidade política ao consenso e o consenso ao princípio mesmo da democracia” (p. 367), discurso dominante à época. Para o autor, o *consenso* é o esquecimento da racionalidade própria da política e o *dissenso* representa a racionalidade da política, pois “é a divisão do núcleo mesmo do mundo sensível que institui a política e sua racionalidade própria.” (Idem, p. 368). Devido a esses conceitos, Rancière (Idem) reformula o conceito de *política*, desvinculando o que se relaciona à racionalidade consensual, que ele chama de *polícia*, mas não no sentido de segurança e/ou repressão, mas como recorte do mundo sensível, visível e dizível que determina o comando que se exerce e também determina a distribuição dos lugares e dos papéis que cada um ocupa ou deve ocupar na comunidade. (Ibidem, p. 372). E de *política* chama as atividades que perturbam a ordem da polícia pela pressuposição da racionalidade da política, a pressuposição da “igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante.” (RANCIÈRE, 1996b, p. 372). Igualdade que se manifesta pelo dissenso, “uma perturbação no sensível, uma modificação singular do que é visível, dizível, contável.” (Idem).

Para falar desses temas, Rancière (1996b) parte das críticas que faz sobre o pensamento dominante à época da escrita do texto ‘O dissenso’, pensamento de que a identificação do consenso com a racionalidade da política e com os princípios da democracia se deve à constatação de três paradoxos da atualidade política e teórica, dos quais parte para suas reflexões. Como afirma o filósofo, o primeiro paradoxo é que, mesmo com a queda do império soviético e do totalitarismo, continuou perdurando um certo marxismo que legitimava a “democracia liberal”, concebida como o “regime puro da necessidade econômica.” (RANCIÈRE, 1996b, p. 367). O segundo paradoxo é sobre a ideia que triunfa na filosofia política e nas ciências sociais de “um discurso que glorifica o retorno do ator, do indivíduo que discute, que contrata e que age [...] o retorno do ator racional à cena social” (Idem), apesar da ideia da democracia liberal como regime ideal e com governos que sempre fazem o que deve e precisa ser feito. E sobre o terceiro paradoxo, o autor diz que, apesar da vitória da razão consensual e do surgimento dos grandes espaços supranacionais, de uma “suposta vitória da razão modernista”, ressurgem as guerras étnicas, a exclusão, o racismo e a xenofobia, que

correspondem ao “retorno de um arcaísmo radical: o retorno da velha irracionalidade da lei do sangue. Habitualmente tais fenômenos são tratados em termos de atraso, de transição, de defasagem.” (RANCIÈRE, 1996b, p. 368).

Diante desses paradoxos, o autor coloca como hipótese a existência de uma inseparabilidade entre essas irracionalidades arcaicas e o consenso na razão política e, no texto em análise, procura mostrar que “o consenso é na verdade o esquecimento do modo de racionalidade da política.” (Idem). Já a racionalidade da política é chamada de dissenso. Assim, o dissenso “é a divisão mesmo do mundo sensível que institui a política e sua racionalidade própria” (Ibidem), definição que coloca também como hipótese no texto, ou seja, a racionalidade da política se constitui pela divisão do mundo comum instituído.

As discussões que Rancière (1996b) faz sobre essas hipóteses, para entender a racionalidade própria da política, partem da reflexão sobre dois modelos clássicos da razão política surgidos de uma ficção de origem e de enunciados clássicos da filosofia política que os filósofos recalcam ou reinterpretam, e que o autor contesta e demonstra.

Um dos modelos da ficção de origem é de que “a política é uma reunião de indivíduos ligados entre si” (Idem) por sociabilidade natural, em que se pode reconhecer o pensamento aristotélico do animal político; e o outro modelo significa a reunião de indivíduos pela necessidade em “superarem sua insociabilidade natural a fim de assegurar sua preservação” (Idem), que, nesse caso, reconhece-se o modelo hobbesiano do estado natural do homem, da luta de todos contra todos, e o estado social do contrato social. Rancière (1996b) não crê nesses modelos, pois os considera como reinterpretações de perspectivas consensuais, da racionalidade própria da política e devem ser vistos em um segundo momento, pois para ele a política é dissensual, “é antes um modo de ser da comunidade que se opõe a outro modo de ser, um recorte do mundo sensível que se opõe a outro recorte do mundo sensível” (Idem), a política tem por lógica a divisão.

O primeiro enunciado da filosofia política, que Rancière (1996b) toma e diz ser dos mais veneráveis e anódinos, é a definição de cidadão por Aristóteles, no *Livro III da Política*, ou seja: “um cidadão em geral é aquele que participa do ato de governar e ser governado”. O autor considera que funciona nesse enunciado “algo propriamente inusitado: uma capacidade dos contrários, uma igual capacidade de ser o agente de uma ação e a matéria na qual ela se exerce” (Idem, p. 369), por isso não há nada de anódino. Essa capacidade pressupõe uma

ruptura de toda lógica de comando, de toda distribuição considerada natural da comunidade em função das “partes”¹² que governam e devem ser governadas.

Essa ruptura aparece também em Platão no *Livro III* das *Leis* e, segundo Rancière (1996b), trata-se dos títulos requeridos para governar e ser governado, sendo o regime dessa ruptura a democracia – para Platão, regime da loucura, uma aberração –, regime do acaso, da escolha dos deuses sobre quem governa e é governado, o regime em que o *demos*, os pobres, os que não têm título podem governar e “a política se apoia neste fundamento paradoxal que é a ausência de todo fundamento da dominação [...] ninguém possui título para governar. Não há título para governar.” (RANCIÈRE, 1996b, p. 370). O fundamento da autoridade política é a pura contingência. A ruptura que causa a divisão na lógica de comando do mundo sensível e o contingenciamento são fundamentos da política, pois constituem o *demos*, o povo – os pobres que não têm títulos – como nome da parte e do todo da comunidade, da cidade política em sua totalidade. Ou podemos dizer ainda, que o princípio da política é a igualdade, que se significa pelo dissenso, pela ruptura nas formas sensíveis da comunidade.

Rancière (Idem) diz, ainda, de uma perspectiva mais atual, que a luta de classes é a própria política, pois é “o cômputo polêmico enquanto um todo dos que não são nada [que] define uma comunidade que só pode ser uma comunidade do litígio.” (Idem, p. 371). Nessa perspectiva, a política se constitui não de forma natural, mas pela ruptura e pelo litígio, de forma violenta e com desvio que quebra o curso normal de funcionamento da sociedade, que quebra o jogo de dominação, a transição de um tipo de dominação a outro, do poder pela diferença do nascimento ao poder pela riqueza, ou seja, essa transição é rompida pelo poder da igualdade de todos com todos, do *demos* que, sem título para comandar, passa a poder comandar.

Neste ponto, Rancière (1996b) reformula o conceito de *política* e amplia o conceito de *polícia*, definido por ele como “um conjunto de forma de gestão e de comando [...] o recorte do mundo sensível que define, no mais das vezes implicitamente, as formas do espaço em que o comando se exerce” (Idem, p. 372), o consenso. E restringindo o conceito, chama de *política* o que perturba a ordem da polícia pela pressuposição da igualdade, pelo dissenso,

¹² Em nota de rodapé, a tradutora esclarece que “o autor explora ao longo do livro as múltiplas implicações entre *part* (parte enquanto pedaço ou fração de um todo) e *partie* (parte enquanto sujeito socialmente reconhecido, como se diz, por exemplo, de um contrato assinado por várias ‘partes’). Como os dois termos em francês encontram sua correspondência mais direta no português na palavra *parte*, e esta guarda corretamente as duas acepções, esta edição optou – com a concordância do autor – por não recorrer a um terceiro termo (como *parcela* ou *quinhão*, para verter *part*). Com o intuito de preservar as relações presentes no texto original, *part* será vertido sempre como *parte*, e *partie*, como parte entre aspas: “parte”.” (RANCIÈRE, 2018, p. 17). Nesse texto, seguimos também as orientações da tradutora.

pelo conflito sobre a própria configuração do sensível [que] antes de ser um conflito de classes ou de partidos, a política é um conflito sobre a configuração do mundo sensível na qual podem aparecer atores e objetos desses conflitos. (RANCIÈRE, 1996b, p. 373).

Outro enunciado “fundador e aparentemente sem problema da filosofia política”, conforme Rancière (1996b), é a passagem do *Livro I da Política* de Aristóteles, que “estabelece o signo da destinação naturalmente política do homem: de todos os animais, o homem é o único que tem a capacidade do *logos*, da palavra.” (Idem). Esse enunciado foi citado em Rancière (2014b), mas a análise não foi desenvolvida, o que faz no texto ‘O dissenso’.

A palavra se difere da voz (*phone*), que manifesta sensações de dor ou prazer, enquanto o *logos* manifesta o útil e o nocivo, o justo e o injusto, o *blaberon* e o *sympheron*, e faz do homem um ser político. Mas a questão que se coloca é quando uma parte da comunidade política não reconhece como discurso os ruídos que a outra parte produz, quando uma parte do mundo sensível não reconhece como falantes a outra parte, não os reconhece como iguais. Essa distinção entre voz e *fala* se relaciona com outra distinção que Rancière também retira do mesmo livro de Aristóteles, *Livro I da Política*, ou seja, a distinção no comando político da cidade por iguais e o comando doméstico ou despótico, em que um indivíduo está em condições de poder em relação aos demais, como a condição de pai, de marido, de mestre etc. (RANCIÈRE, 1996b, p. 375).

Essas distinções são analisadas por Rancière ao tomar por exemplo, no caso da distinção entre fala e voz, “o relato de uma das grandes narrativas fundadoras da querela política, a narrativa da secessão dos plebeus romanos no monte Aventino” (Idem, p. 373), por Tito Lívio¹³ e a reformulação que Ballanche¹⁴ faz e transforma a narrativa numa querela na qual a discussão acontece para saber se os plebeus falam ou não, pois os patrícios não entendem como falam os sons emitidos pelos plebeus. Porém, para fazer compreender aos plebeus a sua subordinação aos patrícios, se faz necessário que, antes de qualquer coisa, os plebeus compreendam a narrativa ou a fábula da subordinação e para compreendê-la é preciso que sejam

¹³ Tito Lívio (59 a. C – 17) foi um historiador romano, autor da grande história de Roma conhecida pelo título de *Ab Urbe Condita*, que tentou reconstruir a evolução romana desde as origens da cidade, com o propósito de exaltar os feitos das personalidades importantes de Roma. A obra o colocou entre os mais celebrados historiadores de todos os tempos. Disponível em: https://www.ebiografia.com/tito_livio/. Acesso em: 19/10/2020.

¹⁴ Pierre Simon Ballanche, filósofo e escritor francês nascido em 4 de agosto de 1.776, em Lyon, e falecido em 12 de junho de 1847, em Paris, foi um “filósofo religioso e social que influenciou os escritores românticos e desempenhou um papel importante no desenvolvimento do pensamento francês nas primeiras décadas do século XIX. Os românticos foram atraídos por sua rejeição ao racionalismo do século XVIII e pelo estilo poético e oracular com que ele expressou suas teorias religiosas e sociais”. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Pierre-Simon-Ballanche>. Acesso em: 19/10/2020.

falantes como os outros falantes, como os patrícios. Nesse caso é mister que os patrícios reconheçam a igualdade dos plebeus a si para que possam provar-lhes a desigualdade e a subordinação a que devem se submeter, como diz Rancière (1996b, p. 374), “a desigualdade só pode justificar-se ao preço de pressupor a igualdade”.

Essas relações conflituosas, em que o mundo sensível se divide em dois mundos, em que uns falam e não falam, um mundo em que o objeto da argumentação não é reconhecido pela outra parte, e que é chamado por Rancière de *dissenso*, situações conflituosas, situações de discussão e argumentação, nos quais devem ser constituídos os mundos em que podem acontecer. Dessa forma, afirma o filósofo (1996b) que “pode se explicitar, no meu entender, a racionalidade da ação política. Ela é a ação que constrói esses mundos litigiosos, esses mundos paradoxais em que se revelam juntos dois recortes do mundo sensível.” (Idem, p. 375).

No caso das formas de comando da cidade, o exemplo é tomado das discussões públicas sobre a questão salarial que veio a ser chamada de movimento operário, principalmente o movimento operário francês do século XIX. O conflito, nesse caso, se constitui pela necessidade de leis diferentes que regem os dois comandos e o comando político não reconhece como cidadão político categorias como trabalhadores, mulheres, por exemplo, considerando-os da ordem doméstica. No caso do operário, o espaço do trabalho é um espaço privado, em que um empregador propõe condições a um grupo de indivíduos que as aceitam ou recusam. Quando esses indivíduos se interessam por negociar as condições, oficial ou publicamente, não são ouvidos, pois são de outra ordem na qual ocupam um lugar ou função na comunidade e seu dizer não significa. Essa lógica é a do consenso, da ordem policial, o apagamento do conflito, da divisão do mundo sensível.

A racionalidade dissensual da política define o sujeito político como “um operador de desclassificação, uma potência de desfazer a estrutura policial [...] é nesse sentido que se deve, no meu entender, radicalizar a ideia da classe que é uma não classe.” (RANCIÈRE, 1996b, p. 377-378). O sujeito político se constitui, subjetiva-se por estar entre outros sujeitos que não o reconhecem como parte, como cômputo da sociedade, e se constitui pela igualdade, pelo nome do que é nada e pelo nome do todo. É uma classe que não é uma classe. Como formas da racionalidade dissensual, “as formas do conflito político e da luta de classes foram formas civilizadoras e integradoras. Elas fizeram recuar as alteridades irreduzíveis, misturaram populações heterogêneas, integraram em comunidades nacionais indivíduos e grupos vindos de diversos lados” (Idem, p. 382), diferente do consenso que possibilita o retorno “de fenômenos massivos de desligamento e de exclusão sociais, de racismo e de guerras étnicas.” (Idem).

Por este ponto de vista, essas formas civilizadoras e integradoras, essa mistura possível pela racionalidade política, dissensual, acontece pela pressuposição de igualdade, que não mascara ou anula, e podemos dizer de nossa perspectiva enunciativa que não silencia¹⁵ a desigualdade, pois esta não é vista como oposição, contrário àquela, mas é sua lógica, sua racionalidade. Ao passo que o consenso, a lógica policial mascara, silencia a igualdade e a desigualdade por uma divisão que se dá ao ajustar lugares e funções por uma determinada concordância que, desigualmente, exclui, desliga parte da sociedade. Para anular, suprimir os efeitos da desigualdade social, da luta de classes, a perspectiva policial, por esse procedimento de divisão, reafirma a desigualdade e exclui os que não conseguem identificar a esses lugares e funções e esses excluídos buscam seu pertencimento, buscam sua igualdade e neste processo reaparece e perturba a ordem policial e o embate entre *política* e *polícia*, entre dissenso e consenso vai caracterizando a comunidade.

A seguir, trataremos dos conceitos de *desentendimento* ou *dissenso*, que permeiam o pensamento de Rancière sobre *política(o)*, e que são explorados em todo seu pensamento, em especial, no livro *O desentendimento*, que passaremos a discutir.

1.3 A *política* como desentendimento

1.3.1 O início

Na obra *O desentendimento*, o autor (2018) parte da discussão que faz sobre o retorno da filosofia política ao cenário político e filosófico à época da publicação do livro, isso depois de a filosofia política ter ficado, segundo o autor (Idem, p. 7), “entravada durante muito tempo pelo marxismo que fazia da política a expressão ou a máscara de relações sociais, submetidas às usurpações do social e das ciências sociais.” (Ibidem). Esse retorno também recorta sentidos que dizem do fim da política, conforme a hipótese que coloca à prova no texto do livro: “o que se chama de ‘filosofia política’ poderia ser muito bem o conjunto das operações de pensamento pelas quais a filosofia tenta acabar com a política, suprimir um escândalo de pensamento próprio ao exercício da política.” (1996a, p. 12). Essa discussão sobre o retorno da filosofia política e o fim da política, já foi abordada no texto ‘O fim da política ou a utopia realista’, Rancière (2014b).

¹⁵ Conforme o que diz Orlandi (2002) sobre o silêncio.

Para Rancière, a política “tem por princípio a igualdade” e tem por racionalidade o desentendimento, e a filosofia política tem, pôr fim, a supressão do desentendimento, da igualdade e da política, ou seja, tem por finalidade o fim da política. Isso, segundo o autor, acontece desde o pensamento grego com Platão e Aristóteles, desde o surgimento da política e da filosofia enquanto reflexão política e sobre a política.

No livro *O desentendimento* (2018), o filósofo, para conceituar a palavra desentendimento, retoma o começo da política e da filosofia política na Grécia clássica, citando frases de Aristóteles, do *Livro I da Política*, sobre a posse do *logos* que definem “o caráter eminentemente político do animal humano e assentam, ao mesmo tempo, o fundamento da cidade.” (p. 15). Ou seja, pelo *logos*, pela palavra, o homem se caracteriza como ser político e pode manifestar o útil e o nocivo, pode distinguir os sentimentos do bem e do mal, do justo e do injusto, sendo “a comunidade dessas coisas que faz a família e a sociedade.” (ARISTÓTELES, *Política*, 1, 1253 a 9-18 apud RANCIÈRE, 2018, p. 15). O *logos* não coloca o político como exclusivo do homem, mas coloca esse político do ser como sendo de tipo superior por se complementar, justamente, na família e na cidade. (RANCIÈRE, 2018, p. 16).

Em *O desentendimento* (2018) é retomada essa reflexão sobre a posse do *logos* e desenvolvida na perspectiva da distinção entre voz (*phonê*) e palavra (*logos*), pelo fato de uma indicar dor e prazer e a outra manifestar o útil e o nocivo, respectivamente. A distinção primordial, no entanto, é que a palavra possibilita a articulação discursiva, comunicável de um sentimento, uma sensação (*aisthesis*) compartilhada entre os homens, e a voz somente indicar uma sensação de prazer ou sofrimento.

Nesse sentido, Rancière (2018) diz que a passagem do útil ao justo se dá por seus contrários, do nocivo ao injusto, pois é “na relação obscura do ‘nocivo’ e do ‘injusto’ que reside o âmago do problema político, do problema que a política coloca para o pensamento filosófico da comunidade”. (Idem, p. 17). Essas passagens se complicam por duas heterogeneidades, a primeira quando são relacionados a esses termos os utilizados por Aristóteles. Ou seja, *blaberon* para o nocivo e injusto e *sympheron* para o útil e o justo, pois nesta perspectiva os termos não funcionam por oposição. O *blaberon* é conceituado ou como o desagrado por qualquer razão a um sujeito, de forma natural ou pela ação humana, ou ainda como “consequência negativa que um indivíduo recebe de seu ato ou, no mais das vezes, da ação de outrem.” (RANCIÈRE, 2018, p. 17). Assim, o *blaberon* se significa pelo dano que, numa relação entre duas partes, o dizer de um indivíduo produz a outro sentido judiciário do termo. Ao passo que o *sympheron* não se significa pela relação com outro, significa-se por uma relação do sujeito consigo mesmo, pela obtenção de uma vantagem em uma ação, por isso não se deduz disso um dano a outro.

Outra heterogeneidade é que tanto para Platão quanto para Aristóteles, “o justo da cidade é fundamentalmente um estado em que o *sympheron* não tem por correlato nenhum *blaberon*. A boa repartição das ‘vantagens’ pressupõe a supressão prévia de um certo dano, de um certo regime do dano.” (Idem, p. 18). Nessas condições, diz ainda Rancière (2018), a justiça como princípio da comunidade ainda não existe, pois não há causas de danos recíprocos, existe o equilíbrio entre as partes, ela começa quando envolve o que os cidadãos têm em comum e há a necessidade de mediar a parte que cada um toma, além da necessidade de cada um tomar só o que lhe cabe. A partir daí a justiça passa a ser a ordem da partilha do comum, ou seja, consiste em não pegar mais do vantajoso e nem menos do desvantajoso. A justiça política, então, acontece por essa redução do desvantajoso ao *blaberon* e a identificação do vantajoso ao *sympheron* dá sentido à passagem da ordem do útil ao justo, e possibilita a virtude da justiça tomar a parte média, conveniente de sua matéria, do *blaberon* e do *sympheron*.

No entanto, é quando o equilíbrio entre lucros e perdas deixa de acontecer e passa-se a dividir a parte do comum segundo uma proporção geométrica e não aritmética, que surge a *política*. A *política* começa quando o valor (*axiai*) de cada parte passa a determinar a parte de cada um na comunidade, de forma que as partes da comunidade sejam proporcionais ao valor que cada uma agrega, que cada uma aporta a comunidade em favor do bem comum. A distribuição igualitária se desfaz em favor do valor de títulos, de uma contagem da comunidade que esconde um erro de conta, ou seja, o dano constitutivo da política. Rancière (2018) afirma que, pelo ensinamento dos clássicos, “a política não se ocupa dos vínculos entre os indivíduos, nem das relações entre os indivíduos e a comunidade, ela diz respeito a uma contagem das “partes” da comunidade, que é sempre uma falsa conta, uma dupla contagem ou um erro de conta”. (Idem, p. 21).

Os títulos da comunidade, como enumera Aristóteles nas palavras de Rancière, são a riqueza (*oligoi*), a virtude ou excelência (*areté*) e a liberdade (*eleutéria*), as partes dos ricos, dos melhores e do povo, respectivamente. Cada título dá origem a um regime: oligarquia, aristocracia e democracia. Porém, os *oligoi* e *aristoi* se confundem principalmente pela sobreposição que a riqueza impõe à virtude e, assim temos, na verdade, somente duas partes da comunidade: os ricos e os pobres.

O erro de conta que causa o dano acontece por uma propriedade do povo que também é comum a todos da cidade, a liberdade, e por ser comum não é determinável como a riqueza e a virtude, por isso, para os que têm títulos, a liberdade não significa a igualdade das partes com o todo da comunidade, assim, o povo não participa da contagem das partes. Ou seja, a liberdade é uma propriedade vazia, não é título e, por isso, o povo não participa do poder, da dominação,

pois, na participação restrita aos que têm riquezas ou virtudes não há igualdade com os que não fazem parte.

Mas o povo, apesar de a liberdade não ser uma propriedade positiva e não ser absolutamente própria, de não distinguir o povo na distribuição social, atribui sua igualdade aos que lhes são superiores, justamente por essa liberdade que é comum a todos indistintamente, ou pelas palavras de Rancière

O *demos* atribui-se, como parte própria, a igualdade que pertence a todos os cidadãos. E essa “parte” que não chega a ser uma identifica sua propriedade imprópria como princípio exclusivo da comunidade e identifica seu nome – o nome da massa indistinta dos homens sem qualidade – como nome da própria comunidade. Isso porque a liberdade – que é simplesmente a qualidade dos que não tem nenhuma outra (nem mérito, nem riqueza) – é contada, ao mesmo tempo, como a virtude comum. (RANCIÈRE, 2018, p. 23).

A liberdade permite, assim, ao *demos*, identificar-se por homonímia ao todo da comunidade, permite tornar essa qualidade comum a todos como qualidade própria e aportar o litígio à comunidade, identificando-se a ela pelo dano para que os que não o reconhecem como iguais parem de provocar-lhe. O povo é a classe do dano que causa dano à comunidade e “a institui como ‘comunidade’ do justo e do injusto”. (RANCIÈRE, 2018, p. 24).

O litígio aportado à comunidade é que institui a *política*, e é “a *política* – ou seja, a interrupção dos simples efeitos da dominação dos ricos – que faz os pobres existirem enquanto entidade”. (Idem, p. 26). A *política* existe, então, pelo litígio que quebra a dominação natural dos ricos pela instituição de uma parte dos que não têm parte. Quando isso não acontece, não há *política*, há apenas a ordem natural dos que tem títulos e dominam, ou há “a desordem da revolta.” (p. 24).

Nessa perspectiva, Rancière (2018) diz que o partido dos pobres representa a própria *política* como parte dos sem parte, e o partido dos ricos encarna o antipolítico, a negação da *política*. Essa luta entre pobres e ricos é também a luta sobre a própria existência da *política*, é o litígio entre partes cuja soma não se fecha, pois é sempre desigual ao todo da comunidade. Litígio que se institui pela liberdade que os pobres têm como propriedade comum e que possibilita a igualdade de todos com todos, e que contingencia toda a ordem social. Assim, a *política* existe porque nenhuma ordem social é natural ou divina, pois a luta de classes atualiza pela liberdade a igualdade “na qual se assenta toda ordem social.” (Idem, p. 31).

Rancière diz também que há um *logos* anterior ao que se discute o útil e o nocivo, ou seja, o que ordena e dá o direito de ordenar, mas esse *logos* já é tomado por contradição, pois

para obedecer a uma ordem, é necessário a compreensão da ordem e o que ela ordena, o que deve ser obedecido, assim, é preciso compreender que a palavra é comum tanto a um quanto a outro nessa relação de comando. Essa igualdade, segundo Rancière (2018, p. 32), “corrói toda ordem natural” (Idem), institui uma última contingência, a de que para ser possível a desigualdade é necessário ter antes a igualdade de qualquer pessoa com qualquer pessoa, a paradoxal contingência de toda ordem.

Essa contingência paradoxal de toda ordem, segundo Rancière, foi também enunciado pelo filósofo moderno, Hobbes¹⁶, ao rebatizá-la, conforme suas necessidades, de guerra de todos contra todos, no entanto, foram os clássicos que melhor determinaram a igualdade e procuraram também não enunciá-la, pois a liberdade de que tratam “se define em relação a um contrário muito específico, que é a escravatura.” (RANCIÈRE, 2018, p. 32). O escravo é definido, na transição da animalidade à humanidade, por Aristóteles, como aquele que compreende o *logos*, mas não tem a capacidade do *logos*. Essa capacidade do escravo, segundo Rancière (2018), pode ser partilhada como o *demos*, ou seja, como a naturalidade contingente da liberdade, porém, sem remeter à contingência final da igualdade, em que o homem do povo compreende o *logos*, mas não participa dele por não ter a capacidade de tê-lo. O modo clássico de apagar a *política* e não mensurar uma parte que não é parte, de não incluir comunitariamente, “os ‘clássicos’ cercam pois a igualdade primária do *logos* sem nomeá-la.” (Idem, p. 33).

Assim, a *política* existe quando a ordem da dominação é interrompida e a sociedade se divide em “partes” que não são “partes” verdadeiras e se institui um embate entre essas “partes”, embate ou litígio idêntico à instituição da luta de classes, pois a luta de classes é a própria *política*. Diz Rancière (2018) que “a política é a instituição do litígio entre classes que não são verdadeiramente classes. Classes ‘verdadeiras’, isso quer dizer – quereria dizer – ‘partes’ reais da sociedade, categorias que correspondem a suas funções”. (Idem, p. 33). Classes como os proletários, que Marx define como sendo uma classe que não é uma classe, e que Rancière diz ser a dissolução de todas as classes (Idem); classe também como o *demos*

¹⁶ Thomas Hobbes tinha uma visão pessimista do homem, no seu livro *Leviatã* (HOBBS, 1979), diz que o homem vive em duas condições ou Estado, o estado natural ou o estado social. O estado natural é quando está submetido somente às leis da natureza, sem quem o governe e seja responsável pela elaboração e pela execução das leis e por governar o Estado. Nessas condições, os homens estão em igualdade entre todos, tanto física quanto intelectualmente, pois existe uma distribuição equitativa que proporciona o contentamento de todos com as partes que lhes cabem. A passagem do estado natural ao estado social acontece com a realização de um *contrato* e da instituição do Estado, e tem como fundamento a primeira e segunda das leis da natureza, ou seja, sempre *procurar a paz* e concordar, entre todos os homens, em nome da paz e da sobrevivência *em renunciar a seu direito a todas as coisas, contentando-se, em relação aos outros homens, com a mesma liberdade que aos outros homens permite em relação a si mesmo* (Grifo do autor) (HOBBS, 1979, p. 78-79). Essa transferência de direitos, Hobbes chama de *contrato*, um pacto entre todos que cedem seus direitos a qualquer *homem* ou *assembleia de homens* a quem seja atribuído pela maioria o *direito de representar* a pessoa de todos.

ateniense, que pelo comum da liberdade e da igualdade suspende a ordem aritmética e a ordem geométrica, divide a comunidade e institui o litígio, institui-se o dano que não é algo pedindo reparação, mas o começo da *política*.

1.3.2 Política e polícia

Na seção ‘O dano: política e polícia do livro’ na obra *O desentendimento*, Rancière (2018) retoma e reformula as reflexões feitas no texto “O dissenso” (1996b), apresentando a desvinculação do conceito de *política* em dois, a *política* e a *polícia*, e relaciona-os ao dissenso e ao consenso, respectivamente. Nessa seção, a reflexão não se dá por essa relação e alguns outros elementos são apresentados e serão discutidos aqui. Vale ressaltar que o tema da subjetivação, analisado no texto “Política, Político, Identificação, Subjetivação” (RANCIÈRE, 2014c), também é retomado nesta seção, e sobre o qual passaremos a discutir.

Inicialmente, Rancière (2018) diz que a dedução que vai do animal lógico ao animal político, que vai do útil ao justo, esconde um dilaceramento, ou seja, o incomensurável do dano que “institui a comunidade política como antagonismo de ‘partes’ da comunidade que não são verdadeiras ‘partes’ do corpo social”. (Idem, p. 35). Diz isso baseando-se no dizer de Platão, no *Livro VI da República*, sobre o grande animal político que, na assembleia, ao se manifestar respondendo às palavras que o adulam ou às que o reprovam, por ruídos de aclamação ou de confronto, o faz pela voz (*phonê*). Nesse sentido, afirma Rancière (2018) que

como o *demos* usurpa o título da comunidade, a democracia é o regime – o modo de vida – em que a voz (que não apenas exprime, mas também proporciona os sentimentos ilusórios do prazer e do sofrimento) usurpa o privilégio do *logos* que faz reconhecer o justo e ordena sua realização na proporção comunitária”. (Idem).

Assim, na metáfora do grande animal – que Rancière diz não ser uma simples metáfora – o *demos*, o povo, se apresenta como este animal, que tem somente voz, apesar de participar da assembleia e se manifestar de forma tal que causa dano ao *logos*, causa dano à divisão da comunidade e a faz representar-se por suas partes: aqueles que possuem o *logos* e aqueles que não, aqueles que não reconhecem o povo como possuidores da palavra e aqueles que não são reconhecidos como possuidores da palavra. Dessa forma, a política se institui não somente pela palavra, mas também por ser considerada como uma conta que não se fecha, pois, uma parte não é contada, é incomensurável.

Nessa perspectiva, Rancière (2018) retoma a fábula do Aventino narrada em “O dissenso” (1996b), para apresentar a desvinculação da *política* em *política* e *polícia*. E chama de *polícia* “o conjunto de processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição”. (RANCIÈRE, 2018, p. 42). E de *política* “aquela atividade que rompe a configuração sensível em que as ‘partes’ e as partes ou sua ausência são definidas com base em um pressuposto que, por definição, não tem lugar: a de uma parte que não tem parte.” (Idem, p. 43).

Apesar das distinções entre *política* e *polícia* e da heterogeneidade entre as lógicas dos dois processos, os dois conceitos estão sempre amarrados, pois se encontram em toda parte, devendo ser pensados como encontro de heterogêneos. Para pensar isso, afirma Rancière (2018, p. 45): “deve-se renunciar ao benefício de alguns conceitos que asseguram por antecipação a passagem entre os dois campos”, sendo o de poder um desses conceitos a ser abandonado, assim como a afirmação que surgiu desse conceito, de que “tudo é político”, pois por toda parte existem relações de poder.

A *política*, assim, nunca está pré-construída, pois acontece sempre pelo encontro entre a lógica policial e a lógica igualitária, e nada é *política* em si mesmo, pois a *política* existe somente pela pressuposição de igualdade e também pelas práticas que a atualizam. O processo da *política* é chamado também de igualdade, um conjunto de atividades que acontecem pela pressuposição da igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante e pela averiguação dessa igualdade. E “a igualdade não é um dado que a *política* aplica, uma essência que a lei encarna, nem um objetivo que ela se propõe a atingir. É apenas uma pressuposição que deve ser discernida nas práticas que a põem em uso”. (RANCIÈRE, 2018, p. 47). Por isso é considerada como uma propriedade vazia como a liberdade ateniense, por sua inconsistência enquanto princípio político, por não ter nenhum efeito particular, pois, para existir *política* é necessário um ponto de encontro entre a lógica policial e a lógica igualitária, “é preciso que o vazio apolítico da igualdade de qualquer pessoa com qualquer pessoa produza o vazio de uma propriedade política como a liberdade do *demos* ateniense.” (Idem). Ou seja, a igualdade não é da *política*, não é próprio da *política*, por isso o vazio apolítico da igualdade, por não se relacionar com a *política*, apesar de ser o que produz o seu surgimento. A liberdade do *demos* ateniense – qualidade de quem não tem nenhuma outra – é uma propriedade política que se dá por um vazio por não ser reconhecida como propriedade pelos que fazem parte da contagem da sociedade, os que têm parcelas.

Então, o vazio apolítico da igualdade causa o litígio pelo vazio que produz na ordem social e que pelo processo policial não deve existir. Os dois processos, dessa forma, sempre são estranhos um ao outro, o da *política* pelo vazio que produz e o policial pela distribuição que faz para ocupar os lugares na comunidade. Assim, esse estranhamento se realiza também pela amarra, pela interligação necessária para que os dois processos aconteçam, como dito acima, pois, como visto no relato de Tito Lívio sobre a secessão dos plebeus no Monte Aventino e a reescritura de Ballanche sobre esse relato¹⁷ e também pela obra do teórico Joseph Jacotot¹⁸, a desigualdade só acontece pela igualdade, paradoxo que possibilita à *política* acontecer como dano que institui uma comunidade de litígio. Rancière (2018) diz que a *política*

é assunto de sujeitos, ou melhor, de modos de subjetivação. Por *subjetivação* vamos entender a produção, por uma série de atos, de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis num campo de experiência dado, cuja identificação, portanto, caminha a par com a reconfiguração do campo da experiência. (RANCIÈRE, 2018, p. 49).

Esse sujeito se constitui pela reconfiguração do campo de experiência e das operações que produzem a subjetivação que, por sua vez, produz um múltiplo, uma outra parte da comunidade que não existia e não era contada e passa a reivindicar sua contagem como “parte”. A subjetivação, assim, não parte do nada, mas de uma parte que não era contada, que existia enquanto função ou lugar comunitário da lógica policial, enquanto identidade consensual. A distinção entre subjetivação e identificação significa a desordem que a *política* inscreve na ordem policial, o que faz com a subjetivação funcione como “uma desidentificação, um arrancar à naturalidade de um lugar, a abertura de um espaço de sujeito onde qualquer um pode contar-se porque é o espaço de uma contagem dos incontados, do relacionamento entre uma parte e uma ausência de parte”. (RANCIÈRE, 2018, p. 50).

Por exemplo, povo, mulheres, operários são identificações que, quando subjetivados, produzem um litígio na constituição de um campo de experiência dado e se apresentam como mensuráveis, como fazendo parte dessa experiência, dessa comunidade com um nome que era, antes, um nome sem nome. A subjetivação política é, portanto, a constituição de cenas polêmicas e paradoxais “que revelam a contradição de duas lógicas, ao colocar existências qu

¹⁷ Relato já comentado nesta seção e na seção sobre o texto “O dissenso”. (RANCIÈRE, 1996b).

¹⁸ Personagem do livro de Rancière, *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual* (1987), conforme o autor, publicado no Brasil pela Editora Autêntica, de Belo Horizonte, em 2010. Esse personagem é citado tanto em Rancière (1996b) como nesta seção do livro *O desentendimento* (2018), que estamos discutindo agora. Não citamos, pois não consideramos imprescindível para a compreensão das ideias de Rancière.

e são ao mesmo tempo inexistências ou inexistências que são ao mesmo tempo existências.” (RANCIÈRE, 2018, p. 55).

O autor diz ainda que a medida do incomensurável é o “relacionar duas coisas sem relação”, mas que estão muito bem mensurados uma em relação a outra e, por isso, reproduzem “as relações das partes e das ‘partes’”, objetos possíveis de produzir litígio, assim, “a política não é relações de poder, é feita de relações entre mundos.” (Idem, p. 56).

A pressuposição de igualdade traz em si a contingência da desigualdade. Essa pressuposição e essa contingência são fundamentos para o litígio, o embate entre a lógica consensual e a lógica dissensual. A lógica consensual surge pela contingência da desigualdade e busca a normatização e regulação pela identificação dos sujeitos na sociedade, na coletividade. A lógica dissensual surge pela pressuposição da igualdade e pela subjetivação e busca o pertencimento de todos como parte e “parte” da coletividade. A igualdade como pressuposição, portanto, é um princípio fundamental na teoria de Rancière e está na base de seu pensamento, pois não é nem a política e nem a democracia, mas é a lógica que na prática social faz significar os dois princípios pelo litígio de um dizer que divide para organizar, e outro que é dividido, mas se coloca como igual ao dizer que divide. Isso é fundamental para pensarmos a democracia não como uma forma já pronta e conceituada, mas que é também pressuposta, por isso deve ser construída, demonstrada, verificada pelas práticas que a fazem funcionar e pela argumentação que a sustenta enquanto princípio de igualdade.

1.3.3 A racionalidade do desentendimento

No prefácio do livro *O desentendimento*, Rancière (2018) definiu o desentendimento como um tipo determinado de situação de fala em que se estabelece um embate sobre o que quer dizer falar e sobre a situação dos que falam. Dessa forma, o desentendimento se estrutura em discussões de argumentos que remetem a um litígio sobre o objeto da discussão e a condição daqueles que o constituem como objeto. Os interlocutores não reconhecem como sendo o mesmo o objeto da discussão, pois um dos interlocutores não se reconhece como igual ao outro, não reconhece que o outro também possui o *logos* e não pertence à comunidade como “parte”, mas como parte.

Para falar da racionalidade do desentendimento, Rancière (2018) diz que o incomensurável da *política*, a lógica da *política*

deve ser fundada na dualidade própria do *logos*, palavra e contagem da palavra, e deve ser referida à função específica dessa lógica: tornar manifesta (*deloun*) uma *aisthesis* que o apólogo ballanchiano nos mostrou ser o lugar de uma partilha, de uma comunidade e de uma separação. (RANCIÈRE, 2018, p. 57).

O autor relembra o apólogo ballanchiano sobre a secessão dos plebeus no Aventino e traz uma reflexão nova que toma por análise o funcionamento da palavra “compreender” na expressão performativa “Vocês compreenderam?”. Essa “é uma expressão que nos diz exatamente que ‘compreender’ quer dizer duas coisas diferentes, senão opostas: compreender um problema e compreender uma ordem” (Idem, p. 58), e para não cair na “contradição performativa”¹⁹ é necessário submeter a expressão a condições de validade dependentes da intercompreensão.

A análise da expressão “Vocês compreenderam?”, que Rancière desenvolve, recai em uma questão litigiosa que envolve o que se pode deduzir do entendimento de uma linguagem. Temos, então, relacionadas as duas coisas que a expressão quer dizer: a compreensão de um problema ou de uma ordem; duas deduções em que, primeiramente, a compreensão da ordem pelo inferior se deu porque foi bem dada e, assim, será bem executada, o que já configura a partilha social entre aqueles que têm a percepção (*aisthesis*) do *logos* e aqueles que têm a posse (*hexis*), e podem ordenar. E outra, a dedução com consequência subversiva,

se o inferior compreendeu a ordem do superior, é que ele participa da mesma comunidade dos seres falantes, que é, nisso, seu igual. Deduz-se daí, em suma, que a desigualdade dos níveis sociais só funciona por causa da própria igualdade dos seres falantes. (RANCIÈRE, 2018, p. 63).

Apesar dessa dedução subversiva, diz ainda Rancière (2018) que as sociedades sempre giraram em torno da ideia de que a ordem social não depende do entendimento da linguagem, mas pela ideia de que a desigualdade só funciona pela igualdade.

Por consequência, a lógica do entendimento e a possibilidade de uma cena comum de fala, em que o inferior compreende o superior, só pode acontecer pela instituição de uma discórdia, por um conflito entre dois campos, os que pensam que existe entendimento no entendimento e os que não pensam dessa forma, e pelo paradoxo de que o pensamento do entendimento no entendimento só se dá pelo conflito, pelo desentendimento, pela constituição de uma cena política que coloca em comum o litígio com aqueles que não pensam no entendimento. Assim, o problema está em saber se os interlocutores da discussão possuem a

¹⁹ Destaque do autor.

palavra ou se produzem ruídos, se existe uma linguagem comum entre eles que expõe o dano e na qual se entendem, “a querela não tem por objeto os conteúdos de linguagem mais ou menos transparentes ou opacos. Incide sobre a consideração dos seres falantes como tais.” (RANCIÈRE, 2018, p. 63). Ou seja, o desentendimento acontece em uma discussão social, em uma situação de interlocução em que existe uma estrutura implícita e na qual o litígio está também no lugar, no objeto e nos sujeitos envolvidos na discussão, que precisam inclusive de serem provados.

Se tomamos na perspectiva enunciativa de Guimarães, o acontecimento da cena política acontece sempre por um conflito entre falantes que se constituem pela contradição de um dizer que busca normatizar e regular a comunidade, dividindo-a entre sujeitos identitários que formam a comunidade e por outro dizer que se vê excluído da divisão, a não-comunidade que precisa subjetivar-se entre um não-nome e o nome da identidade normatizada da comunidade, que sempre é demais e não é contado, não pertence. É a divisão e a contradição do dizer entre falantes que significam e são significados e outros falantes que, pelo seu dizer, não produzem sentidos ou não produzem para aqueles que significam, ou ainda, para os que não são reconhecidos como falantes. Ou melhor, a contradição de um dizer que divide para anular a política e a democracia e outro que argumenta pela igualdade, pelo pertencimento, existem pela pressuposição da política e da democracia. Esses pontos de aproximação entre Guimarães e Rancière são importantes para a teoria da Semântica do Acontecimento e que será importante para este estudo, nas análises da enunciação de ex-presidentes do Brasil que dizem da *política*, na *política*, sobre *política* como prática e como regime que tem a democracia como princípio.

Conforme Rancière (2018, p. 69), antes de qualquer querela, “antes de submeter qualquer afirmação a solicitações de validade entre parceiros constituídos, há o litígio em torno do objeto do litígio, o litígio em torno da existência do litígio e das partes que nele se enfrentam.” A existência de um mundo comum entre a comunidade e a não-comunidade acontece por uma cena paradoxal. O desentendimento, então, se constitui pela igualdade que causa o litígio entre a comunidade e a não-comunidade, entre a posse do *logos* e a sua percepção, entre as partes e as “partes” da sociedade, o desentendimento, então, se constitui como política.

1.3.4 Da arquipolítica à metapolítica

Na reedição do livro *Nas margens do político* (2018a), no texto “O fim da política ou a utopia realista”, Rancière (2014b) afirma que o aprofundamento da análise da proximidade

entre o começo e o fim da *política* necessitaria de um reexame da noção clássica de filosofia política, que foi feito no capítulo quarto do livro *O desentendimento* (1995/2018). Isso é o que veremos a seguir.

Rancière (2018) inicia dizendo da possibilidade, a partir de agora, depois de todas as reflexões anteriores, em determinar que a relação entre filosofia e *política* se constitui no termo *filosofia política*, nome de um encontro polêmico que expõe o paradoxo ou escândalo da política que é sua falta de fundamento. A filosofia nunca se apresenta como pura, como surgido da própria comunidade ou da lei, ela surge sob a figura do dano, e existe pelo princípio da igualdade, condição não-política da política, de uma pessoa com qualquer outra pessoa “na liberdade vazia de uma ‘parte’ da comunidade que desregula todo e qualquer cômputo das ‘partes’”. A *política* assim está sempre torcida pela refração da igualdade em liberdade.” (RANCIÈRE, 2018, p. 75).

Dessa forma, o princípio da filosofia política é a supressão da política pela identificação de sua atividade com a atividade da polícia, que determina a partilha do sensível como as partes dos indivíduos e das “partes” sociais. Esse princípio procura trazer uma solução para o paradoxo da parte dos sem-parte, “seja substituindo-o por uma função equivalente, seja criando um simulacro, operando uma imitação da política na sua negação.” (RANCIÈRE, 2018, p. 69). Com essa identificação, continua o autor, definem-se as três figuras da filosofia política, ou seja: a *arquipolítica*, a *parapolítica* e a *metapolítica*, que passaremos a apresentar, conforme a perspectiva que o autor adota.

A arquipolítica, cujo principal e melhor modelo é de Platão, “expõe em toda a sua radicalidade o projeto de uma comunidade fundada na realização integral, na sensibilização integral da *arkhé* da comunidade, substituindo sem deixar qualquer resto à configuração democrática da política.” (RANCIÈRE, 2018, p. 79). O pensamento platônico de uma sociedade ideal na qual a constituição dos lugares e das funções seriam completamente ocupadas, não sobrando vazios e nem restos, significa uma solução lógica ao paradoxo da parte dos sem-parte para essa configuração da arquipolítica.

No livro *A República*, Platão (2017) idealiza uma Cidade que deveria ter a melhor forma de organização política, a melhor forma de governo, uma sociedade justa e que proporcionasse a felicidade de todos que a compõem, e a divisão organizacional da Cidade deveria acontecer conforme as partes que a compõem, ou seja: o *demos*, os guardas e os magistrados. Essas partes deveriam executar as funções a que estavam aptas a realizar, pois essa era a melhor constituição do que é justo para a Cidade. Apesar dessa divisão social, o princípio da igualdade era o que prevalecia. Todos cidadãos eram considerados como iguais e

com suas funções determinadas no funcionamento da coletividade. A liberdade era outro princípio, mas que não tinha relevância para que não desarmonizasse esse funcionamento, ou seja, para manter a igualdade, a liberdade poderia ser sacrificada para manter a ordem e o funcionamento da Cidade.

Essa configuração hierárquica da Cidade não deve estabelecer uma relação de dominação, conforme Rancière (2018), deve realizar por uma proporção inversa, ou seja, os magistrados, superiores em conhecimento, que governam, não podem ter bens materiais, a própria cidade deveria se encarregar em mantê-los, pois detinham o conhecimento, tinham título. O povo tinha direito em possuir casas e ouro como pagamento de sua singular participação na comunidade, pois faz parte da comunidade por executar as funções que a natureza lhe destinou, os seus ofícios – sapateiros, carpinteiros, artesãos em geral – e contribuir para o funcionamento da cidade, mas “só participa dela sob a condição de não terem que cuidar do todo.

A arquipolítica se assemelha também a uma arquipolícia “que concilia as maneiras de ser e as de fazer, as maneiras de sentir e as de pensar, sem deixar restos.” (Idem, p. 82). A arquipolítica se realizaria como supressão total da *política*, pela supressão do dano e do desentendimento, “pela supressão dos elementos do dispositivo polêmico da política, sua substituição pelas formas de sensibilização da lei comunitária.” (Idem, p. 83).

Outra figura da filosofia política é a parapolítica que tem em Aristóteles o seu criador e seguidores da modernidade como Hobbes, Tocqueville e Rousseau, entre outros. Aristóteles se afasta de seu mestre Platão e não propõe suprimir a *política*, ao contrário,

tende a identificar em última instância a atividade política com a ordem policial. Mas o faz pelo ponto de vista da especificidade da política. A especificidade da política é a interrupção, o efeito da igualdade enquanto ‘liberdade’ litigiosa do povo.” (RANCIÈRE, 2018, p. 84).

Identificar as duas lógicas é recobrir uma pela outra, no caso recobrir a *política* pela polícia, mas tomando por princípio a própria lógica que é recoberta, a lógica política.

O problema da parapolítica, diz Rancière (2018), é conciliar as duas lógicas, a da polícia que “quer que o melhor em todas as coisas seja o mando do melhor e a que quer que o melhor em matéria de igualdade seja a igualdade” (Idem, p. 85), neste segundo caso, a lógica da política. O fato da igualdade é constatado por Aristóteles no segundo livro da *Política*, ao afirmar que quando todos são iguais em uma cidade é impossível o melhor comandar, pois em tal cidade o justo é que todos tenham a possibilidade de governar e de serem governados. Isso

quebra a ordem natural de mando pela possibilidade de alternância entre quem assume o governo da cidade, sendo que aquele que não governa passa automaticamente à posição de governado e, assim, transforma algo impensável, uma contradição, ao propor que a ordem natural da política se transforme em ordem constitucional ao incluir o *demos*, figura do litígio, do dano, na ordem de mando. Dessa forma, diz Rancière:

Aristóteles conclui de pronto o *telos* dessa parapolítica que funcionará como regime normal, honesto, da ‘filosofia política’: transformar os atores e as formas de ação política em ‘partes’ e formas de distribuição do dispositivo policial. Em vez de substituir uma lógica por outra, a parapolítica opera assim o seu recobrimento. (RANCIÈRE, 2018, p. 86).

A alternância no governo faz com que o *demos* passe a ocupar esses cargos de mando e, por determinados tempos, conferir à sociedade a sua tônica, seu estilo. Assim, “a parapolítica é, antes de tudo, esse centramento do pensamento político no lugar e no modo da repartição das *archai* pelo qual se define um regime, no exercício de um certo *kurion*” (RANCIÈRE, 2018) ou, na modernidade, no exercício de um determinado poder. Assim, a questão da parapolítica passa a ser também a questão do poder e do regime que advém de quem governa em cada época.

Mas para não possibilitar que a alternância da detenção do poder cause dissensões e a ruína da cidade e, também, para manter a tendência natural de dominação e a preservação da cidade, Aristóteles toma o problema pelo avesso, segundo Rancière, e propõe por soluções que o poder seja exercido pela classe média, nem pobre e nem rica, ou que se afaste o povo desse centro de poder que governa, deixando-o vazio para a ocupação dos melhores, soluções já comentadas no texto *O dissenso*. (RANCIÈRE, 1996b).

Dessa forma, a identificação ou o recobrimento da ordem política pela ordem policial se constitui, mantendo a especificidade da política, a igualdade de todos com todos e a liberdade litigiosa do *demos*, que se institui pela sua possibilidade de governar e de ser governado. Essa especificidade, no entanto, é neutralizada pela lógica policial de distribuição das “partes” na comunidade, distribuição igualitária, no caso, que mantém o povo longe do centro, longe da assembleia, longe do poder, ocupando seu lugar e função social. Essa premissa é da parapolítica.

A terceira figura da filosofia política que Rancière propõe é a metapolítica e diz ser simetricamente oposta à arquipolítica, pois se esta revogava ou subtraía a falsa política, a democracia pela constituição da República, a metapolítica,

sentencia um excesso radical da injustiça ou da desigualdade em relação ao que a política pode afirmar de justiça ou igualdade. Ela afirma o dano absoluto, o excesso do dano que arruína toda condução política da

argumentação política. Nesse excesso ela revela uma verdade do político. (RANCIÈRE, 2018, p. 95).

Desse modo, revela uma verdade particular a de que a *política* é a manifestação de sua falsidade, distante das realidades que a sustentam e que são nomeadas pela metapolítica, ou seja, o social, as classes sociais, os movimentos sociais. Rancière (2018) conceitua a metapolítica como

o exercício daquela verdade, não mais situada em face da factualidade democrática como o bom modelo diante do simulacro mortal, mas como o segredo de vida e de morte, enrolado no cerne mesmo de qualquer demonstração da política. A metapolítica é o discurso sobre a falsidade da política que vem duplicar cada manifestação política do litígio, para provar seu desconhecimento de sua própria verdade, marcando a cada vez a distância entre os nomes e as coisas, a distância entre a enunciação de um *logos* do povo, do homem ou da cidadania e o cálculo que dele é feito, a distância reveladora de uma injustiça fundamental, ela mesma idêntica a uma mentira constitutiva. (RANCIÈRE, 2018, p. 96).

A formulação canônica da metapolítica foi dada por Marx, e o alvo continua sendo o mesmo de Platão, a democracia como perfeição e a *política*, a perfeição de uma mentira. A *política* se significa por um limite seu, a impotência do homem em realizar-se pela parte humana, sendo a emancipação humana a sua verdade para além da cidadania política, ou seja, o homem é uma verdade escondida por uma representação política, “o homem da sociedade civil. O proprietário egoísta ao qual corresponde o não-proprietário, cujos direitos de cidadão só estão ali para mascarar seu não-direito radical.” (RANCIÈRE, 2018, p. 97). Assim, a participação política mascara a repartição das partes, é a mentira sobre a verdade da sociedade, ficando o social redutível à simples não-verdade da política.

A metapolítica revela a falsidade da política e o faz pela redução da política ao que é social, às relações sociais, distribuindo os sujeitos em lugares e funções sociais em nome da igualdade e em nome do bem comum. Diz Rancière (2018, p. 105) que “o social foi precisamente, na época moderna, o lugar onde se jogou a política, o próprio nome que ela tomou, lá onde ela não foi simplesmente identificada à ciência do governo e aos meios de se apoderar dele”. Essa redução significa o fim da política, um fim sociológico que difere dos modelos de filosofia política de Platão e Aristóteles, mas que, como figura da filosofia política, ao reduzir a *política* ao social, a metapolítica suprime, ou anula, o litígio, o desentendimento, o dissenso, a própria *política*.

Nesta perspectiva, Rancière (2018) conceitua o(a) político(a) ao falar do retorno da *filosofia política* ao cenário atual. O objetivo colocado para a filosofia, enquanto reflexão sobre

o político, é a supressão da política, a anulação dos efeitos que a racionalidade da política, a igualdade e a liberdade do povo produzem na comunidade e acontecem pelo desentendimento ou pelo dissenso que se dão pelo litígio, pelo embate, pelo conflito que se instala por uma determinada situação de fala ou pelo encontro das lógicas política e policial.

A filosofia política, como vimos nos textos de Rancière, têm início com os clássicos, principalmente Platão e Aristóteles, cuja concepção (com algumas reformulações) significa até a atualidade. Nessas reflexões filosóficas sobre a *política*, a constituição da cidade acontece pela divisão social em ricos e pobres, aqueles que têm títulos e os que não têm, aqueles que possuem o *logos* e aqueles que possuem somente sua percepção, ou seja, aqueles que têm o direito ao dizer e aqueles que não. Essa constituição se coloca pelo princípio da desigualdade que se dá como ordem natural da constituição do social. Porém, a desigualdade se realiza somente pelo princípio da igualdade, igualdade de qualquer um com qualquer um, igualdade pela posse da palavra a todos, por mais que se negue o direito a falar a uma parcela da cidade, que se considere que essa parcela possua somente a percepção da palavra, na visão de quem se diz falante. A *política* acontece pela quebra dessa ordem quando surge aos pobres a liberdade que possibilita a igualdade e, pela igualdade de todos com todos, se instala o litígio, o desentendimento, o dissenso, o *político*. A *política*, então, tem por racionalidade a igualdade e, por lógica, o litígio, o desentendimento, o dissenso.

Pensar a *política* pela perspectiva da igualdade possibilita pensar todos os homens como seres políticos, por terem o *logos* e porque falam, mesmo sendo impedidos de falar por uma ordem social que se coloca como natural e que divide a sociedade e coloca uma de suas “partes” como superior, pois tomam para si a palavra e a negam aos outros e dizem não compreenderem que o que o outro diz significa. Mas esses outros falam mesmo assim e se colocam como iguais, como também “parte” da sociedade, do real.

Entre os muitos conceitos de *político* construídos por Rancière a partir dos modelos de filosofia política de Platão e Aristóteles e do pensamento da Sociologia, ao longo da reflexão que faz em seus textos, destacamos o conceito de *desentendimento*, por ser mais abrangente e por estabelecer relação com a linguagem, ou seja, o *desentendimento* para Rancière (2018) institui-se por uma determinada situação de fala em que uns não entendem o que os outros falam, um litígio que denuncia uma divisão do real que tem por racionalidade a desigualdade, mas que é confrontada por outra racionalidade, a igualdade e a liberdade dos que não são considerados como falantes, mas se colocam como tal, desconstruindo a divisão do real, e se fazendo passíveis de significação e de compreensão, se colocam como “partes” desse real dividido. Mais do que um confronto, o litígio, o desentendimento, a *política* acontece por uma

contradição sobre o que quer dizer falar, sobre quem fala e quem não pode falar, é uma contradição sobre os que falam, sobre o objeto do que se fala e das condições daqueles que constituem o objeto. É a contradição entre a desigualdade e a igualdade que fundamenta e desconstrói a desigualdade.

Dessa forma, a concepção de *política* para Rancière (2018) se relaciona à democracia, à concepção de democracia, pois para o autor “a democracia é o regime — o modo de vida — em que a voz que não apenas exprime mas também proporciona os sentimentos ilusórios do prazer e do sofrimento usurpa os privilégios do *logos* que faz reconhecer o justo e ordena sua realização na proporção comunitária”. (Idem, p. 35). Ou seja, a democracia é pensada também pelo litígio que se estabelece pela pressuposição da igualdade, pelo desentendimento, pelo dissenso. Essa perspectiva de pensar a democracia, contribui para nossa análise e possibilita verificarmos, pelas enunciações presidenciais, que sentidos são produzidos para o processo de redemocratização do Brasil.

No próximo capítulo serão apresentados os construtos teóricos que fundamentam a teoria da Semântica do Acontecimento, desenvolvida no Brasil por Eduardo Guimarães. (2002a, 2002b, 2018).

CAPÍTULO II

FUNDAMENTOS DA SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO

2.1 Introduzindo a Semântica

Nesta pesquisa, temos como proposta analisar a construção dos sentidos da palavra *política* em textos proferidos pelos ex-presidentes do Brasil Fernando Collor de Melo, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, dados os agenciamentos nos espaços de enunciação e nas condições sociais e políticas do dizer, na perspectiva da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002c, 2018). Vamos analisar, nessa perspectiva, o processo de designação da palavra *política* pela categoria de análise Domínio Semântico de Determinação (DSD), observando a relação de sentidos dessa palavra com outras palavras que a determinam na enunciação. A nossa filiação à Semântica da Enunciação se dá pelo horizonte que essa teoria projeta, pelo funcionamento da língua no acontecimento de enunciação, que determinado pela historicidade, produz sentido.

Guimarães (1998, p. 109) diz que um domínio específico de conhecimento se constitui historicamente, “que os fatos que uma teoria busca explicar são constituídos pela teoria enquanto fatos que a história do campo específico recortou como coisa a conhecer para a teoria”. Dessa forma, na constituição de sua semântica de base enunciativa, Eduardo Guimarães (1987, 1995, 1996, 1998, 1999) se filia aos estudos dos linguistas Benveniste e Ducrot e dialoga com os estudos da Análise de Discurso Materialista (AD), conforme os estudos de Pêcheux (1975), na França, e de Orlandi (1982, 1992, 1997, 2001), no Brasil.

Especificamente em Benveniste, Guimarães toma a noção de que a (inter)subjetividade na língua se caracteriza por elementos da própria língua, como Bréal também definiu, e que a enunciação se dá pelo funcionamento da língua pela apropriação do locutor, o que Guimarães desloca, dizendo que o funcionamento da língua se dá por uma relação com o interdiscurso, pois “a língua funciona na medida em que um indivíduo ocupa uma posição de sujeito no acontecimento, e isto, por si só, põe a língua em funcionamento por afetá-la pelo interdiscurso, produzindo sentidos.” (GUIMARÃES, 2002b, p. 69).

Em Ducrot, Guimarães (2002b) pensando em um conceito de enunciação que não remetesse ao sujeito, toma a noção de enunciação como o acontecimento histórico do

aparecimento do enunciado, e considera o sentido do enunciado como a representação que faz do seu acontecimento na enunciação. A noção de histórico para Ducrot se dá como algo temporal, historiográfico, para Guimarães isso é descartado, pois, para ele, o histórico se relaciona com historicidade, com a significação determinada pelas condições sociais de sua existência, a historicidade como materialidade da significação. Outra noção que Guimarães traz de Ducrot é a de polifonia, que depois chamará de Politopia, e que sustentará as noções dos lugares enunciativos.

Neste primeiro momento da teoria também, Guimarães, ao estabelecer um diálogo com a Análise de Discurso materialista francesa, mobiliza as noções de discurso e interdiscurso para dizer que a enunciação tem uma determinação social, ideológica e política, portanto inscrita no materialismo histórico. Dessa forma, a língua é considerada como não transparente, ela tem uma materialidade própria que se dá por outros dizeres, por um já-dito e por funcionar no acontecimento quando o sujeito é interpelado ideologicamente pelo interdiscurso.

No decorrer de seus estudos (iniciados em seu mestrado), os posicionamentos teóricos de Guimarães passaram a ser mais independentes das filiações anteriores, e novos conceitos teórico-metodológicos e procedimentos de análise fundamentam a teoria da Semântica do Acontecimento.

A enunciação, para essa semântica, é “um acontecimento de linguagem perpassado pelo *interdiscurso*, que se dá como espaço de *memória* no acontecimento” (GUIMARÃES, 2002b, p. 70). O sentido de um enunciado, assim, são os efeitos de sua enunciação, “são efeitos da memória e do presente do acontecimento: posições de sujeito, cruzamento de discursos no acontecimento.” (Idem).

Alguns conceitos como o de acontecimento, espaço de enunciação, cena enunciativa, figuras enunciativas, designação entre outros foram desenvolvidos e fundamentam a teoria Semântica do Acontecimento. Estes conceitos apresentaremos a partir da próxima parte, começando pela discussão da noção de *político* ou *política*, objeto de nossa pesquisa.

2.2 Semântica da Enunciação

2.2.1 O Político: contradição e litígio, igualdade e desigualdade

É importante trazer a discussão sobre a noção de *político* ou *política* com a qual Guimarães (2002b, 2018) trabalha enunciativamente, ao dizer que “o político é incontornável

porque o homem fala. O homem está a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada.” (Idem, 2002b, p. 16). Como vimos *político* ou *política* está no centro do dizer.

Essa noção, diz o autor, se fundamentou primeiramente em Orlandi (2008),²⁰ em seus estudos sobre as diferentes formas do silêncio e do silenciamento (Idem, p. 58). As formas do silêncio se constituem pelo silêncio fundador e a política do silêncio, ou silenciamento. O silêncio fundador significa em si, “e é ele, afinal, que determina a política do silêncio: é porque significa em si que o ‘não-dizer’ faz sentido e faz um sentido determinado.” (ORLANDI, 2008, p. 59). O silêncio fundador é considerado o “princípio de toda significação [...] lugar que permite a linguagem significar.” (Idem, 2002, p. 70). Por sua vez, a política do silêncio, que trabalha no limite do dito e do não-dito, se define “pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada.” (ORLANDI, 2002, p. 75). O silenciamento se forma essencialmente do silêncio constitutivo, que é “a parte do sentido que necessariamente se sacrifica, se apaga, ao se dizer. Toda fala silencia necessariamente” (Idem, 2008, p. 57), e do silêncio local, que é “do tipo da censura e similares, esse silêncio é o que é produzido ao se proibir alguns sentidos de circular.” (Idem). A linguagem é política e a política, para Orlandi (2008), é uma relação de confronto, confronto entre o que significa e o que necessariamente é silenciado entre os sentidos, o que é interditado e que constitui a incompletude da linguagem. Ou melhor, o sentido é dividido conforme a formação discursiva que recorta, formação discursiva que se constitui na relação com o interdiscurso, com as formações ideológicas, lugar da incompletude, do equívoco, da divisão dos sentidos e, por isso, do funcionamento político do sentido.

Outra fundamentação do *político* em Guimarães acontece com a formulação que Rancière (2018) faz sobre o desentendimento, que apresentei no primeiro capítulo desta tese, e que retomo aqui para ilustrar. O desentendimento para Rancière (Idem) não é o desconhecimento ou o mal-entendido, mas casos “em que a disputa sobre o que quer dizer/ falar constitui a própria racionalidade da situação de fala. Aqueles em que os interlocutores entendem e não entendem a mesma coisa nas mesmas palavras” (Idem, p. 11), não é apenas uma questão relacionada às palavras, mas também à situação dos que falam. O desentendimento, assim, se constitui por estruturas “em que a discussão de um argumento remete ao litígio acerca do objeto da discussão e sobre a condição daqueles que o constituem como objeto” (RANCIÈRE, 1996a, p. 12), e remete também a um conflito, a um embate em que um dos falantes envolvidos

²⁰ Este livro foi publicado pela primeira vez, 1ª edição, em 1992. Utilizamos neste texto a 2.ª edição, com a impressão de 2008.

compreende o dizer do outro e este não reconhece o dizer daquele, não reconhece que esse dizer significa.

Em *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*, Guimarães (2002c), ao definir o político, inspira-se na noção de *político* desenvolvida por Rancière (2018) na crítica à filosofia política a partir do seu entendimento sobre a *arquipolítica*, a *parapolítica* e a *metapolítica*. Guimarães (2002c) define então o político numa abordagem enunciativa. Assim, o político para o semanticista é

A contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo, o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. (GUIMARÃES, 2002c, p. 16)

Ou seja, o político se caracteriza pela oposição entre um dizer das instituições que, ao procurar organizar os lugares sociais e suas relações, dividem o real desigualmente, e um outro dizer que redivide este mesmo real pela afirmação de igualdade, por uma afirmação de pertencimento, de inclusão na organização das relações dos lugares sociais. (GUIMARÃES, 2018, p. 50)

Essas abordagens, que fundamentam a noção de *político* em Guimarães, deram um novo tratamento ao político na constituição da linguagem ao dizer que tanto o espaço de enunciação quanto a cena enunciativa são constituídos politicamente, por serem os lugares onde se dão a contradição, o desentendimento. Assim, a língua funciona por confrontos, contradições, ou como já afirmei acima, mais do que um confronto, pois o litígio, o desentendimento e a *política*, acontecem por uma contradição sobre o que significa dizer, sobre quem fala e quem não pode falar, é uma contradição sobre os que falam, sobre o objeto do que se fala e das condições daqueles que constituem o objeto. É a contradição entre a desigualdade e a igualdade que fundamenta e desconstrói a desigualdade, já que as relações sociais acontecem pelo embate da luta de classes, pelo confronto entre pobres e ricos e pela desigualdade que se movimenta historicamente.

A contradição, o litígio entre o dizer político e o dizer policial, acontece pela pressuposição de igualdade do dizer policial que busca silenciar a desigualdade. Porém, o que fundamenta o dizer como político é a desigualdade, pois a prática social, a luta de classes acontecem pela desigualdade. No confronto entre um e outro, o confronto e a contradição se constituem, isso faz o dizer como político.

2.2.2 Enunciação

Desde o livro *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*, Guimarães (1987/2002a) adota uma posição materialista em seus estudos semânticos e enunciativos, principalmente pelo diálogo que estabelece com a AD. Nessa perspectiva, considera “que o sentido de uma sequência linguística inclui, sempre, a representação do *sujeito da enunciação*²¹.” (Idem, p. 12). E a enunciação, numa aproximação a Ducrot, é definida “como o evento histórico do aparecimento do enunciado.” (Idem).

No livro *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*, que teve a primeira edição publicada em 1995²², Guimarães chamou essa sua semântica de Semântica Histórica da Enunciação, dizendo que “o sentido deve ser considerado a partir do funcionamento da linguagem no acontecimento da enunciação.” (2002b, p. 11). Nesse livro, o autor apresenta perspectivas teóricas que contribuíram com a formulação de sua semântica e faz um percurso dos estudos dos teóricos pela via enunciativa, discursiva e argumentativa, procurando observar nessas teorias como se dá a inclusão dos elementos excluídos por Saussure na Linguística: o sujeito, o mundo e a história.

Ainda, nesse livro, Guimarães (2002a) retoma o surgimento da semântica como disciplina linguística ao dizer que “um dos marcos desta constituição é a obra de Bréal, notadamente seu *Ensaio de Semântica*, publicado em 1897”, e apresenta algumas noções deste autor dizendo que a significação na língua deve ser considerada pelo seu emprego, e as palavras consideradas nas relações com outras palavras, nas frases em que aparecem e, por ser um fenômeno humano, também é histórico. Outra questão que Guimarães traz de Bréal é o elemento subjetivo, expresso por formas próprias da língua que o representam. São questões que interessam a Guimarães, ou seja, a consideração da história e do sujeito, duas exclusões de Saussure que, para a noção de enunciação que formula são muito importantes, assim como considerar a significação no emprego da própria língua, a língua em funcionamento.

O percurso que faz em *Os limites do sentido*, Guimarães (2002b) apresenta “outros caminhos” nos quais os estudos semânticos também trilharam, como a Semântica Formal e a Pragmática e, como diz, procura constituir “um modo de tratamento enunciativo do sentido, bem como traçar uma história, um conjunto de filiações, que uma semântica enunciativa pode reivindicar para si”. E cita, então, Grice, Austin e Searle, na Filosofia analítica, e Benveniste e

²¹ Destaque do autor.

²² Neste texto, utilizamos a 2ª edição, publicada em 2002.

Ducrot, na perspectiva enunciativa e argumentativa, respectivamente, e também o diálogo que estabeleceu com a Análise de Discurso francesa (doravante AD), conforme Pêcheux e Orlandi.

Diante disso, Guimarães desenvolve noções que lhe possibilitam pensar uma teoria enunciativa que tem por parâmetros o sujeito que enuncia, a historicidade e suas condições sociais de existência. Assim, a materialidade da significação se dá por esta historicidade, e “a construção desta concepção de significação se faz para nós na medida em que consideramos que o sentido deve ser trabalhado como discursivo e definido a partir do acontecimento enunciativo.” (GUIMARÃES, 2002a, p. 66).

A enunciação é definida, então, como:

Um acontecimento de linguagem perpassado pelo *interdiscurso*, que se dá como espaço de *memória* no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso. É, portanto, quando o indivíduo se encontra interpelado como sujeito e se vê como identidade que a língua se põe em funcionamento. (GUIMARÃES, 2002a, p. 70)

E o sentido do enunciado é definido como:

os efeitos de sua enunciação. Ou seja, são os efeitos do interdiscurso constituídos pelo funcionamento da língua no acontecimento. Assim o sentido não é efeito da circunstância enunciativa, nem é só memória. Os sentidos são efeitos da memória e do presente do acontecimento: posições de sujeito, cruzamentos de discurso no acontecimento. (GUIMARÃES, 2002a, p. 70).

São conceitos influenciados pelo diálogo que Guimarães estabelece com a AD e que, no desenvolvimento da teoria, são reformulados, mas mantendo a essência discursiva que os caracteriza e que caracteriza a teoria pela perspectiva materialista, como percebemos na conclusão do livro, quando Guimarães (2002a, p. 85) diz que “uma semântica histórica da enunciação se constitui no lugar em que trata a questão da significação ao mesmo tempo como linguística, histórica e relativa ao sujeito que enuncia.” A enunciação, então, se dá pelo funcionamento da língua pelo interdiscurso, não é uma perspectiva referencialista de relações nome/coisa no mundo, mas um funcionamento que produz significação de objetos e do mundo.

Em outro momento de sua teoria, com a publicação de seu livro *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação* (GUIMARÃES, 2002B), a Semântica Histórica da Enunciação passa a ser nomeada de “Semântica do Acontecimento”, pois “considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer” (Idem, 2002b, p. 7). Ou seja, para saber como uma forma linguística

significa deve-se tomá-la enquanto parte da constituição do sentido do enunciado, e o enunciado só o é enquanto parte do funcionamento do acontecimento enunciativo.

Guimarães redefine o campo da enunciação introduzindo, além da língua e do sujeito, a temporalidade e o real: a temporalidade do acontecimento enunciativo se constitui por um passado, cujo sentido constitui a formulação (o presente), projetando uma futuridade; e o real “não se trata do contexto, da situação, tal como pensada na pragmática, mas trata-se de uma materialidade histórica do real”, isto é, aquilo de que a linguagem fala, o “mundo vivido através do simbólico.” (GUIMARÃES, 2002b, p. 11).

O acontecimento é diferente na sua própria ordem porque temporaliza, instala sua própria temporalidade, que não significa um antes e um depois do presente, mas uma conviviabilidade de tempos no presente do acontecimento, uma latência de futuro, a projeção de um interpretável que significa por recortar um passado como memorável, que “é no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização.” (GUIMARÃES, 2002b, p. 12).

Na enunciação se dá a relação do sujeito com a língua, por uma exterioridade, o interdiscurso no acontecimento e, assim, “o sujeito não fala no presente, no tempo, embora o locutor o represente assim, pois só é sujeito enquanto afetado pelo interdiscurso, memória de sentidos, estruturada pelo esquecimento, que faz a língua funcionar.” (Idem, p. 14). Ou ainda, “a enunciação é o acontecimento do funcionamento da língua num espaço de enunciação.” (GUIMARÃES, 2018, p. 22)

2.2.3 Espaço de enunciação

Guimarães (2002b) define espaço de enunciação como um espaço de assunção da palavra, um espaço político, no sentido que político ou política tem para ele, ou seja, a contradição entre o dizer da normatividade que, ao procurar organizar, divide desigualmente o real e o dizer dos excluídos, dos desigualmente divididos, que buscam sua afirmação de pertencimento. É um espaço dividido pela disputa da palavra. A língua, assim, é dividida desigualmente pela normatividade, e também é condição para a afirmação de pertencimento dos não incluídos. “Ou seja, o espaço de enunciação é o espaço de relações de línguas no qual elas funcionam na sua relação com os falantes.” (GUIMARÃES, 2018, p. 23). A língua é um conjunto sistemático de regularidade que em funcionamento no acontecimento, produz sentidos. Os falantes são lugares de enunciação, figuras linguísticas constituídas por relações de línguas “que tomam os falantes, os agenciam, que se distribuem desigualmente para os

falantes ao constituí-los [...] a relação não é assim uma relação de uma língua com seus falantes, ela é um pouco mais complexa, a relação é de línguas com línguas e com falantes.” (Idem, p. 25).

Esses espaços são habitados por falantes divididos por seus direitos e modos de dizer, determinados pela língua que falam, tomados por agenciamentos enunciativos configurados politicamente. São espaços constituídos pela equivocidade do acontecimento, “por uma deontologia global da língua, a poder dizer certas coisas e não outras, a poder falar de certos lugares de locutor e não de outros, a ter certos interlocutores e não outros.” (GUIMARÃES, 2007b, p. 206). O falante, por sua vez, é uma categoria linguística e enunciativa, uma figura política que deve ser incluída entre as figuras da enunciação. Pelo agenciamento dos falantes no acontecimento enunciativo, estabelece-se uma alocução e o falante é agenciado em *aquele que diz*.

2.2.4 Cena enunciativa

No espaço de enunciação, a assunção da palavra se dá em cenas enunciativas que, segundo Guimarães (2002b, p. 23), “se caracterizam por constituir modos específicos de acesso às palavras, dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas”. Na cena são agenciados lugares de enunciação específicos para “aquele que fala” e “aquele para quem se fala”, e esses lugares se constituem pela temporalização própria do acontecimento, na relação com as formas linguísticas, ou seja, “O agenciamento do falante a dizer constitui o que chamamos de *cena enunciativa*, que caracteriza as relações de uma *alocução*.” (GUIMARÃES, 2018, p. 45).

2.2.5 Figuras enunciativas

Guimarães (2002c, 2018) divide as figuras da enunciação em *Locutor*, *alocutor-x* e *enunciador*. O Locutor (com L maiúsculo), se representa como a fonte do dizer, como contemporâneo ao presente desse dizer. O Locutor L toma a palavra afetado por lugares sociais que o autorizam a falar de um determinado modo e em uma determinada língua. O lugar social configura o alocutor-x, sendo x a variável que representa esse lugar (presidente, congressista, deputado, senador). O Locutor é, assim, díspar a si, “uma disparidade entre o presente do Locutor e a temporalidade do acontecimento” (Idem, p. 24).

Os enunciadores são lugares de dizer, outra divisão do Locutor na cena enunciativa, e correspondem a quatro tipos: enunciator-individual, que se apresenta como independente da história; enunciator-genérico, aquele que quando enuncia fala como outros indivíduos, caso do dito popular; o enunciator-universal, que enuncia sob a condição do falso e do verdadeiro, como no funcionamento do discurso científico; e o enunciator-coletivo, que fala como membro de uma coletividade, um “nós” que enuncia, e as formas léxicas que também definem a cena enunciativa.

Para a semântica de base enunciativa desenvolvida por Guimarães, a “distribuição de lugares se faz pela temporalização própria do acontecimento. Neste sentido, a temporalidade específica do acontecimento é fundamento da cena enunciativa.” (2002c, p. 23). A cena enunciativa, então, se estabelece como alocação no acontecimento, no espaço de enunciação, espaço político por temporalizar, por ter uma ordem própria, e um agenciamento específico. São, assim, neste percurso teórico, noções que se complementam sempre tendo em comum a enunciação, o acontecimento e suas condições sócio-históricas.

2.2.6 A designação e o DSD – Domínio Semântico de Determinação

Para descrever o sentido de uma palavra, na perspectiva da Semântica da Enunciação, precisamos verificar como ela funciona no enunciado, aqui considerado como unidade de análise semântica. Por sua vez, o enunciado se caracteriza por integrar um texto, que é definido por Guimarães (2011, p. 19) como “uma unidade de sentido que integra enunciados no acontecimento da enunciação”. Ou seja, o texto não é visto como um conjunto de enunciados, ou por ser composto por enunciados, mas por integrar enunciados através de uma relação transversal.

É dessa forma que consideramos o texto e o enunciado, e vale acrescentar que o enunciado se caracteriza por ser uma unidade de linguagem que apresenta uma consistência interna, aliada a uma independência relativa. A consistência interna faz com que o enunciado, de uma certa forma, se baste, tenha sentido e a independência relativa possibilita que o enunciado ou a expressão integre um texto, que possa se apresentar no todo do acontecimento do dizer. Isso é que faz o enunciado significar como enunciado e enquanto um elemento linguístico em um acontecimento enunciativo, um texto, e “um aspecto importante deste ponto de vista é que um enunciado tem que ser considerado enquanto um elemento linguístico em um acontecimento. Não há assim enunciados virtuais, possíveis. Há enunciados só quando ditos na enunciação”. (GUIMARÃES, 2018, p. 16-17)

Assim, analisamos os sentidos de uma palavra verificando o seu funcionamento em enunciados que integram textos. Esta concepção de texto da Semântica do Acontecimento nos permitirá verificar os sentidos produzidos pela expressão *política* nos enunciados em que funcionam nos textos que constituem o *corpus* desta pesquisa e serão os sentidos produzidos por *política* que constituirão a sua designação. Guimarães (2002a) define a designação como a significação de um nome “numa relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história”. (Idem, p. 9). Em outro texto, Guimarães (2018) diz que

A designação é o sentido de um nome e estabelece a relação deste nome com as coisas tomadas como existentes. Não se trata de uma relação referencial, mas de um processo pelo qual os nomes identificam aquilo sobre o que falam. A linguagem, nesta medida, produz uma “partilha do real”. Esta relação torna possível fazer referência a coisas particulares em situações particulares. (p. 165-166).²³

Pretendemos apresentar o Domínio Semântico de Determinação da palavra *política*, verificando o que essa palavra designa nos textos das enunciações presidenciais.

Guimarães (2007, p. 78) diz que determinação e predicação são relações semânticas que funcionam no interior de enunciados, podendo existir uma aproximação de sentidos entre elas, sendo que “a diferença entre uma e outra se dá pela conexão do sintático com o semântico.” Então, “a relação de determinação é tal que se x determina (é determinante de) y é porque y é determinado por x” (Idem). Essa é uma relação construída na enunciação, pois não há nada na natureza das duas expressões (x, y) que especifique uma determinação entre elas. Essa relação é fundamental para o sentido das formas linguísticas, pois as palavras significam no acontecimento enunciativo, conforme as relações com outras palavras que se constituem nesse acontecimento.

Juntas, a predicação (que constitui determinações semânticas da palavra) e a determinação compõem o Domínio Semântico de Determinação (DSD) de uma expressão no acontecimento, e é pela configuração do DSD que chegamos à designação de uma palavra num texto, ou num conjunto de textos. Considerada como a significação da palavra nas relações linguísticas de sentido expostas ao real e tomadas na história, a designação se define como o “modo pelo qual o real é significado na linguagem [...] uma construção de sentidos, uma relação entre elementos linguísticos” (GUIMARÃES, 2007, p. 82).

²³ Guimarães, em nota de rodapé, diz que a “expressão “a designação identifica”, é no sentido de Rancière (1992, 1994) e “partilha do real” no sentido de Rancière (1995, 2018).

Guimarães (Idem, p.81) define o DSD como “uma análise de uma palavra” num *corpus* específico. Ou seja, é a análise do funcionamento de uma palavra nos textos que forma esse *corpus*.

Diz o autor (Idem), de antemão que “o processo de referência através de uma palavra, que aparece como algo neutro, como um modo de indicar algo pela expressão linguística, na verdade significa o que o DSD desta palavra no seu texto (ou textos) significa”, e é importante observar que existe um real a que as palavras significam, pois elas têm um passado, uma história de enunciações.

Vale dizer que o DSD tem uma escrita própria, e é representado por alguns sinais específicos como: $\vdash$ ou $\dashv$ ou $\top$ ou $\perp$ que significam determina (x determina y); um traço como — representa sinonímia e um traço dividindo um domínio _____ representa antonímia.

2.3 O Texto

A questão do texto é amplamente discutida por Guimarães (2011) na obra *Análise de texto: procedimentos, análises, ensino*, e resulta em várias definições bem como a relação do texto com os enunciados que o constituem e o integram.

O texto, enquanto objeto empírico tomado no processo discursivo, conforme Guimarães (2002a)²⁴, caracteriza-se por ser atravessado por uma dispersão de discursos e posições sujeito, sendo que a representação de uma posição se específica, ou seja, a posição autor, pois procura criar a ilusão de unidade tanto do texto como do sujeito, e “torna-se, então, importante, ver como a dispersão constitui a textualidade pela representação desta unidade”. (p. 13). Desta forma, o texto foi definido como uma unidade que se constitui pelo efeito ideológico da posição autor, efeito de ilusão de unidade que também se constitui pela dispersão discursiva, a deriva de sentidos como procedimento fundamental de textualidade, deriva enunciativa que constitui o texto, “o que significa dizer que não há texto sem o processo de deriva de sentidos.” (GUIMARÃES, 1998, p. 4).

No livro em destaque, Guimarães (2011, p. 19) define o texto como “uma unidade de sentido que integra enunciados no acontecimento de enunciação”, uma unidade de significação que faz de um texto um texto e que faz sentido. Essa outra noção se desloca da perspectiva discursiva para uma perspectiva enunciativa, mas mantém o memorável da ilusão de unidade pela dispersão de sentidos pela deriva. Além disso, o sentido de *integrar* que Guimarães utiliza,

²⁴ O livro em questão é *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*, com a 1ª edição publicada em 1987. Utilizamos aqui a 3ª edição, publicada em 2002.

ele traz de Benveniste (2005), ao considerar que “a divisão de um elemento linguístico dá a forma desta unidade, e a integração deste elemento em outro maior lhe dá o sentido.” (Idem, p. 20). A relação de integração, para Benveniste, acontece até a instância do sintagma ao enunciado, e não do enunciado ao texto, o que Guimarães fez. Assim, ainda diz o autor, “o texto se caracteriza por ter uma relação com outras unidades de linguagem, os enunciados, que são enunciados e que significam em função desta relação. O texto é, nesta medida, uma unidade que se apresenta entre outras da mesma maneira.” (Idem). Pensar desta forma, possibilita considerar que as relações de sentido não são segmentais, mas transversais, sobrepostas, pode-se considerar a relação de integração por uma nova perspectiva em que o texto não seja considerado como composto por segmentos, mas integrados “por elementos linguísticos de diferentes níveis e que significam em virtude de integrarem esta unidade. O sentido dos enunciados é esta relação.” (Idem, p. 23)

O acontecimento da enunciação agencia o falante como lugar de enunciação, conforme Guimarães (2018, p. 75), e pelo agenciamento produz textos que integram enunciados, e essa relação de integração se configura de duas formas, por dois procedimentos de textualidade: a articulação e a reescrituração.

2.3.1 A articulação

Para o semanticista, as articulações são definidas como “relações de contiguidade locais que, não redizendo, afetam as expressões linguísticas no interior dos enunciados ou na relação entre eles”, (Idem, p. 88). Ou dizendo de outra forma, são “relações como predicação, complementação, caracterização (relação determinante – determinado), e outras, tradicionalmente consideradas no estudo da frase ou enunciado.” (Idem, 2018, p. 80). São relações entre elementos linguísticos contíguos que significam pelo agenciamento dos lugares de enunciação nas cenas enunciativas que se configuram nos acontecimentos.

A articulação é constituída por dependência, coordenação ou incidência. A relação por dependência acontece quando elementos contíguos constituem um só outro elemento de mesma natureza de um desses elementos. A coordenação, por sua vez, se dá entre elementos contíguos de mesma natureza constituindo um outro de natureza semelhante aqueles. E, finalmente, a incidência “é a relação que se dá entre um elemento externo a outro que, ao se articular com ele, forma um elemento do segundo tipo.” (GUIMARÃES, 2018, p. 81).

2.3.2 A reescrituração

Conforme o autor, a reescrituração “é o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito, fazendo interpretar uma forma como diferente de si”. (GUIMARÃES, 2007, p. 84). “O elemento que reescritura atribui (predica) sentido ao reescriturado.” (Idem, 2018, p. 85). Este processo possibilita ligar pontos de um texto com outro ponto do mesmo texto ou com pontos de outros textos. Este procedimento pode se dar por repetição, substituição, elipse, expansão, condensação e definição, sendo que esses modos de reescrituras, diz Guimarães (Idem), não são correlatos de modos de significar, mas podem ter diversas relações entre a reescrituração e seu sentido, ou seja, respectivamente: sinonímia/hiperonímia; especificação/definição; desenvolvimento/generalização/enumeração; totalização/generalização.

Exposta a teoria, passemos a tratar da metodologia que utilizamos para a pesquisa e a análise, assim como a constituição do *corpus*.

2.4 A Metodologia e o *Corpus*

Nosso objeto de estudo é a palavra *política* ou *político* em seu funcionamento, e a semântica enunciativa nos possibilitará analisar essa palavra, enquanto enunciados que integram textos. Assim, constituímos um *corpus* de textos dos ex-presidentes do Brasil Fernando Collor de Melo, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, ou seja, pronunciamento de posse, palestras e discursos, enunciados em temporalidades distintas. Os textos selecionados para composição do *corpus* da pesquisa foram pesquisados na página eletrônica da “Biblioteca da Presidência da República”²⁵. De cada texto dos ex-presidente do qual foi extraído um recorte para as análises.

Conforme Guimarães (2018), para analisar enunciados existentes e que integram textos, devemos tomar enunciados específicos que deem conta de formular o modo como funcionam expressões em línguas diversas quando enunciadas. Por isso tomaremos por procedimento geral de trabalho a sondagem, que “se caracteriza por encontrar, por exemplo, um enunciado em um recorte do acontecimento de enunciação, e explorar este enunciado enquanto elemento deste recorte e assim integrado ao texto que se recorta.” (Idem, p. 75-76). A sondagem nos possibilita selecionar enunciados que, depois de descritos e analisados seu

²⁵ Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes>. Acesso em: 05/05/2020.

funcionamento semântico-enunciativo, nos ajudarão a responder as questões e objetivos postos na pesquisa que propomos.

O recorte²⁶, outro procedimento metodológico proposto por Guimarães (2018), “é um fragmento do acontecimento da enunciação.”, (p. 76), que permite colocar o exterior constitutivo da forma linguística no procedimento de análise. Diz ainda o autor, que “pelo recorte as formas linguísticas aparecem como correlacionadas em virtude de terem uma mesma relação com o acontecimento, independentemente da posição na sequência.” (Idem).

Escolhemos para compor o *corpus* desta pesquisa a enunciação dos ex-presidentes Fernando Collor de Mello (Collor), Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). Eles foram os primeiros presidentes eleitos de forma direta, com voto popular, desde o final da ditadura militar em 1985, ou seja, quando já estava restabelecida a ordem democrática no país; com a promulgação da nova Constituição em 1988, ocorreu a primeira eleição direta, em 1989, de Fernando Collor de Melo, que, empossado em 1990, governou até dezembro de 1992, quando, por um processo de *impeachment*, foi destituído do cargo pelo Congresso Nacional. Fernando Henrique Cardoso foi eleito em 1994 e reeleito em 1998, e governou pelo período total de 1995 a 2002. Por sua vez, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito em 2002, reeleito em 2006, governando entre o período de 2003 a 2010.

Assim, analisar a produção de sentidos das palavras *política* e *político* nos possibilitará também verificar e conhecer um modo de falar política, uma língua política que, conforme Zancarini (2008), “nasce de uma situação política, de uma ‘qualidade dos tempos’ excepcional” (Idem, p. 19), em nosso caso vamos considerar que nasce de condições de produção, em situações em que essa língua circulava entre todos que, de uma forma ou de outra, em um tempo ou outro, viveram a ditadura e viviam a redemocratização e se ocupavam das coisas de Estado (*cose dello stato*, conforme Zancarini, Idem).

Optamos por selecionar enunciações de períodos distintos de cada ex-presidente, visto que temos como objetivo verificar os sentidos produzidos de e para *política/político* para a democracia na redemocratização que o país passava, também verificar e caracterizar a constituição de uma língua política pelo lugar social de dizer de presidentes do Brasil. O nosso interesse é compreender nossos objetivos não de forma simplesmente comparativa entre o dizer dos falantes, mas como os sentidos são produzidos por esse lugar social no período de nossa pesquisa, por meio da enunciação de cada um dos ex-presidentes, porém, ao recortarmos os períodos, conseguimos trabalhar com a redemocratização e com a virada do século XX para o

²⁶ A noção de recorte, Guimarães diz que foi estabelecido por Orlandi (1984, 2006) como uma “unidade discursiva”, e o autor a reconfigura para o domínio dos estudos enunciativos.

século XXI, época de muitas mudanças no mundo que também afetaram, de uma maneira ou de outra, o Brasil.

Escolhemos da enunciação de Fernando Collor de Mello o pronunciamento que fez na cerimônia de posse no Congresso Nacional em 15 de março de 1990, que teve por título “O projeto de reconstrução nacional”, após vinte e um anos de regime militar e cinco de um governo de transição (Trancredo Neves/José Sarney). Acreditamos, ser importante o dizer do primeiro presidente, por inaugurar a redemocratização do país e estar afetado pelas mudanças políticas e econômicas que aconteciam no mundo, como a queda do Muro de Berlim, a dissolução da União Soviética, o neoliberalismo, a globalização etc.

Na enunciação de Fernando Henrique Cardoso, selecionamos uma palestra que proferiu no “Seminário Internacional: Política, Ética e Pobreza”, em 7 de março de 1995, no Colégio Dom Bosco, da Congregação Salesiana, em Brasília. O seminário aconteceu em um lugar religioso e político e no qual Fernando Henrique Cardoso já havia visitado em outras ocasiões quando Senador constituinte, para discussões sobre os temas tratados na Assembleia Constituinte, conforme o texto da palestra.

Por sua vez, a enunciação de Luiz Inácio Lula da Silva selecionada para o *corpus* abriu o “Seminário Internacional sobre Desenvolvimento” que aconteceu na “29ª Reunião Ampliada do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES²⁷”, em Brasília, entre os dias 5 e 6 de março de 2009. Neste seminário, conforme a ata²⁸, a reunião teve como plano de fundo a crise financeira internacional, e “o Seminário buscou aprofundar a análise sobre questões como padrão de desenvolvimento brasileiro, o papel do Estado, a integração entre os países a regulação do sistema financeiro internacional e os desafios das instituições financeiras multilaterais.” O período dessa enunciação foi no terceiro ano do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, penúltimo ano de seus dois mandatos.

No próximo capítulo, procederemos às análises dos recortes elegidos.

²⁷ Conforme a página eletrônica do conselho, ele é definido como: “O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) é um colegiado composto por representantes da sociedade civil, criado em 2003 pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e atualmente previsto na Lei 13.502, de 1º de novembro de 2017. Seu trabalho é regido pelo Decreto nº 8.887, de 24 de outubro de 2016, e consiste no aconselhamento direto ao presidente da República, por meio de recomendações que podem ser transformadas em novas políticas públicas ou contribuir para o aperfeiçoamento de políticas já existentes [...] Mais de 70 países ao redor do mundo contam com colegiados semelhantes ao CDES, com o objetivo de aprimorar a democracia, ampliando o espaço de participação da sociedade nas decisões governamentais”. O CDES foi fundado por Luiz Inácio Lula da Silva, em seu primeiro mandato. Disponível em: <http://www.cdes.gov.br/Plone/o-conselho/o-que-e>. Acesso em: 04/10/2021.

²⁸ Disponível em: <http://www.cdes.gov.br/Plone/biblioteca/busca/reuniao-plenaria/atas/relatorio-da-29a-reuniao-plenaria>. Acesso em: 20/08/2021.

CAPÍTULO III

MODOS DE DIZER NA/DA *POLÍTICA(O)* EM ENUNCIACÕES DE EX-PRESIDENTES DO BRASIL

O objetivo deste capítulo é analisar a construção dos sentidos da palavra *política(o)* na enunciação dos ex-presidentes do Brasil, Fernando Collor de Melo, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, ocorridos no final do século XX e início do século XXI, buscando compreender como os modos de dizer dos mandatários do país, produzidos no exercício do poder, se constituem politicamente, considerando as filiações partidárias de cada presidente eleito e as condições históricas e sociais que os constituem.

Procederemos à análise dos recortes selecionados dos textos que compõem o *corpus* desta pesquisa. O material analítico se constitui de três textos enunciados pelos ex-presidentes da República, Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Os recortes dos textos de cada ex-presidente serão identificados com os nomes Collor, FHC e Lula, respectivamente.

O texto selecionado de Collor constitui o pronunciamento após a sua posse, no Congresso Nacional, em 15 de março de 1990, com o título de “O projeto de reconstrução nacional”. O texto de FHC é o “Discurso no Seminário Internacional Política, Ética e Pobreza”, ocorrido em 7 de março de 1995. Selecionamos dos pronunciamentos do ex-presidente Lula o seguinte texto: o pronunciamento na abertura da “29ª Reunião do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)”, em Brasília - DF, que teve como pauta o “Seminário Internacional sobre Desenvolvimento - Reunião Ampliada do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social”, que aconteceu em 2009.

A seguir vamos situar a trajetória política de Collor até o ápice de sua carreira, a presidência da República.

3.1 O ex-presidente Fernando Collor de Mello

Filho de Arnon de Melo, governador (1951-1956) e senador por Alagoas (1963-1981), Fernando Collor iniciou sua carreira política em 1980, indicado para prefeito de Maceió-AL (1980-1982) pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), durante a ditadura militar; em 1982

foi eleito deputado Federal (1983-1987) pelo Partido Democrático Social (PDS) e, em 1987, foi eleito governador de Alagoas (1987-1989) pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)²⁹.

Em 1989, Fernando Collor de Mello foi eleito Presidente do Brasil, em segundo turno, com o apoio político do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), que havia criado em fevereiro de 1989 para disputar a Presidência da República, já que perdera espaço no partido ao qual se filiara e pelo qual fora eleito governador de Alagoas, o PMDB.

Collor foi o primeiro presidente eleito pelo voto direto após o fim do regime militar e sucedeu a José Sarney que, em 1986, havia sido eleito Vice-presidente na chapa com Tancredo Neves, pelo voto dos parlamentares que compunham o Colégio Eleitoral, à época. Com a doença que acometeu Tancredo Neves, levando-o ao falecimento antes mesmo de tomar posse, Sarney foi empossado como Presidente e governou o país pelo período de 1985 a 1989.

Collor recebeu um país com a economia deteriorada, com alto índice de desemprego e com inflação que se aproximava de dois mil por cento ao ano; nos dizeres de Sallun Jr. (2011, p. 261), “recebeu do presidente anterior, José Sarney, um poder alicerçado em um Estado extremamente fraco, seja em relação aos poderes baseados no mercado seja em relação aos centros de poder político mundial.”

Na campanha de candidato à presidência, Collor utilizou de um marketing agressivo, colocando-se como um político que combatia a corrupção e desvinculado da política tradicional, dizia-se um político democrata e neoliberal, conforme a tendência que se impunha ao mundo naquela época, ou seja, colocava-se como um político que acreditava no mercado como regulador dos rumos da economia e com o Estado empenhado em manter as liberdades e o bem estar da população. Durante a campanha teve o apoio de todos os setores conservadores na política brasileira, setores como o empresarial, industrial, banqueiros e da agropecuária.

Collor tomou posse³⁰ como Presidente do Brasil no Congresso Nacional, em 15 de março de 1990, e fez o seu primeiro pronunciamento à nação, sobre “O projeto de reconstrução nacional”. O segundo discurso foi durante o cerimonial de posse, sobre “O compromisso com

²⁹ As eleições no período do governo militar eram diretas para os membros do Congresso Nacional (deputados e senadores, para as Assembleias Estaduais (deputados) e para as Câmaras de Vereadores (vereadores); os cargos majoritários tinham uma seleção diferenciada, ou seja, no caso dos governadores estaduais, estes eram eleitos indiretamente pelas Assembleias Estaduais e ratificavam normalmente a indicação militar, com exceção do antigo Estado da Guanabara, depois Rio de Janeiro, que sempre elegia o representante do MDB, partido de oposição. O Presidente da República também era eleito indiretamente pelo Colégio Eleitoral. Com a Constituição de 1988, estes dois cargos passaram a ser eleitos diretamente. Nas capitais e cidades de fronteira, os prefeitos eram também indicados pelo governo Federal.

³⁰ O cerimonial de posse do presidente eleito, vale dizer, é normatizado pelo Decreto nº 70.274, de 9 de março de 1972, no Capítulo II. A posse acontece no Palácio do Congresso Nacional, primeiramente, e após no Palácio do Planalto com a entrega da Faixa presidencial ao Presidente da República empossado, pelo seu antecessor.

a democracia”³¹, no Parlatório do Palácio do Planalto, sede da Presidência da República, logo após receber a Faixa presidencial³².

Passaremos a analisar o recorte do primeiro pronunciamento de Collor.

3.1.1 A Enunciação de Posse no Congresso Nacional

O acontecimento do pronunciamento de posse de Collor tem sua ordem na enunciação e significa, no seu presente, por um memorável de enunciações que dizem sobre as propostas do governo discutidas durante a campanha presidencial, e outras questões que se juntam ao corpo do texto para dar a conformação política desejada pelo lugar social ocupado pelo presidente. Esse pronunciamento de posse é o dizer inaugural da enunciação política do presidente eleito, um dizer político que passa a significar e a distingui-lo dos discursos dos presidentes anteriores.

O texto do pronunciamento de posse no Congresso Nacional, do qual tomamos o recorte R1, foi selecionado pelo procedimento de sondagem, que nos possibilita verificar o funcionamento da forma significativa *político(a)* nos enunciados que o integram e que nos ajudarão a desenvolver as análises que faremos para atender os objetivos postos para esta pesquisa.

É relevante destacar que os pronunciamentos presidenciais iniciam com a saudação a quem os assiste, que se dá por um enunciado vocativo que, além de agenciar o alocutário, significa o dizer do alocutor para seus alocutários, ou seja, o alocutor-político ou alocutor-presidente do Brasil ao saudar seus alocutários já os constituem como tal. Neste pronunciamento de posse de Collor, a saudação é dirigida ao (aos):

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional; Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República; Excelentíssimos Senhores Chefes de Estado e de Governo estrangeiros; Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados; Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal; Excelentíssimos Senhores Chefes das Missões Especiais estrangeiras; Excelentíssimos Senhores integrantes da Mesa; Excelentíssimos Senhores Senadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, Altas Autoridades

³¹ Este pronunciamento não compõe o *corpus*.

³² Os dois discursos foram publicados no livro *O projeto de reconstrução nacional e o compromisso com a democracia*, pela Biblioteca da Presidência da República, em 1990, Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/collor/projeto-de-reconstrucao-nacional>. Acesso em: 02/02/2021. Em 1991, foi publicado um novo livro, também pela Biblioteca da Presidência da República, com o título *Brasil: um Projeto de Reconstrução Nacional*. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/collor/brasil-um-projeto-de-reconstrucao-nacional-1991>. Acesso em: 02/02/2021.

da República, Senhoras e Senhores (itálico original da publicação na Biblioteca da Presidência)³³

O alocutor-presidente Collor dirige-se aos seus alocutários, representados pelos presentes à cerimônia de posse no Congresso Nacional, os quais, à medida que vão sendo nomeados, são também identificados pela importância dos lugares sociais que ocupam nas várias instâncias políticas do Brasil. O acontecimento do enunciado vocativo significa aqueles que foram tomados pelo agenciamento como alocutários autoridades, parlamentares e convidados e que materializam a saudação no pronunciamento. O povo³⁴, que não estava presente à cerimônia, mas que assistia e ouvia pelas transmissões por rádio e por televisão, é silenciado no dizer dessa alocução.

Vejamos o R1 que se segue.

R1

(A) O Projeto de Reconstrução Nacional

[...]

(B) *Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional* [...]

É meu dever apresentar-lhes, resumindo, minhas propostas de candidato e a profissão de fé de presidente eleito, as diretrizes do meu projeto de reconstrução nacional. Procurarei cingir-me a tópicos essenciais [...] São eles: democracia e cidadania; a inflação como inimigo maior; a reforma do Estado e a modernização econômica; a preocupação ecológica; o desafio da dívida social; e, finalmente, a posição do Brasil no mundo contemporâneo [...] Hoje, mais do que nunca, o princípio democrático se acha vivificado pela prática da cidadania. **(C)** Assistimos ao triunfo da ideia republicana em pleno ocaso da **política** de tipo messiânico. Não se pretende mais salvar o homem pela **política**, nem alcançar a miragem de paraísos sociais pela hipertrofia voluntarista das funções do Estado. O socialismo como visão utópica bate em retirada, sabiamente substituído pelo socialismo como preocupação ética e humanitária. Mas a ideia republicana, o apego ao civismo e à cidadania, esta perdura no coração dos democratas. **(D)** [...] Filho e neto de **políticos**, trago no sangue o sentimento da vida pública como dever e como missão. **(E)** Não viver da **política**, mas viver para a **política**, como nobre forma de servir à comunidade: eis o lema com que me dediquei à vida pública, inspirado em meus maiores e sintonizado com os valores de minha geração. É esse, também,

³³ Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/discursos/1990/01.pdf/view>. Acesso em: 11/05/2020.

³⁴ Na cerimônia no Parlatório do Palácio do Planalto, a alocução se dá entre o alocutor presidente do Brasil e os cidadãos que foram assistir presencialmente a transmissão da Faixa presidencial, uma parte do povo que, eleitor ou não de Collor, se fez presente. Essa enunciação teve por título “O compromisso com a democracia”. A alocução se estabelece pelo vocativo que inicia o pronunciamento, Minha gente amiga do Brasil. Na cena enunciativa desse acontecimento, o alocutor Presidente do Brasil constitui seus alocutários, os cidadãos, e o povo, que assiste à cerimônia é reescriturado por sinonímia por *Minha gente amiga do Brasil*. Mas esta enunciação será tema de outro texto e análise.

o apelo que faço à nossa classe **política** e à sua máxima assembleia, o Congresso Nacional.³⁵

A cena enunciativa constitui uma alocução “no acontecimento pelo agenciamento do falante ao dizer”. (GUIMARÃES, 2018, p. 72). A cena do R1, pela própria natureza política de que é constituída, apresenta as propostas do presidente Collor aos presentes na posse, os alocutários autoridades, parlamentares e convidados. No entanto, pelo enunciado vocativo que inicia (B), *Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional*, e também pelo enunciado que encerra o recorte, *É esse, também, o apelo que faço à nossa classe política e à sua máxima assembleia, o Congresso Nacional*, o alocutor-Presidente particulariza entre seus alocutários os parlamentares, os deputados e senadores, que formam o Congresso Nacional, para apresentar propostas e diretrizes que compõem o seu *Projeto de Reconstrução Nacional*, haja vista que na conformação do funcionamento da relação entre os poderes da República, o executivo precisa do apoio e aprovação do legislativo para implementar suas propostas e projetos. Ou seja, o al-Presidente argumenta, em R1, sustentando para uma conclusão que pede o apoio a suas propostas, ao seu Projeto de Reconstrução Nacional. Nessa sustentação, fala de *política*, fala da *política* e fala pela língua política, um modo de dizer nesse lugar político que o autoriza a falar como presidente.

Compreendendo o texto do R1 como unidade de produção de sentidos pela relação com outros enunciados e pela relação de integração ao texto do pronunciamento de posse, começamos a análise pelo título “O Projeto de Reconstrução Nacional” que prospecta o engajamento de todos na reconstrução política do Brasil e/ou reforma do Estado brasileiro, pois segundo o presidente, o país necessita urgentemente passar por uma transformação, uma reforma e/ou reconstrução nacional para atingir “o triunfo da ideia republicana”, a partir do desenvolvimento das principais propostas alinhadas ao título.

Na alocução do R1 se dá o agenciamento político do falante em Locutor (L), responsável pelo dizer, diviso pelo lugar social de dizer de presidente da República, que se representa como alocutor-presidente do Brasil ou al-Presidente, que compartilha e anuncia aos alocutários (at-x), os parlamentares do Congresso Nacional e que chamaremos de at-Parlamentares, o seu Projeto de Reconstrução Nacional. Outras divisões se apresentam pelos enunciadores, pela relação do falante com o seu dizer, e que, especificamente nesta cena funcionam por enunciadores coletivos e individuais.

³⁵ COLLOR 01 – 15 de março de 1990 - O projeto de reconstrução nacional - Discurso de posse no Congresso Nacional. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/discursos/1990/01.pdf/view>. Acesso em: 11/05/2020.

O Locutor se apresenta como origem do dizer ao dar título ao pronunciamento, e faz isso aludindo ao dizer de um enunciador coletivo que diz o enunciado título em (A) e que, assim, nomeia o pronunciamento com o nome do projeto de governo, Projeto de Reconstrução da nação. É um projeto elaborado em conjunto com os membros do partido ao qual pertence Collor e pelo qual foi eleito, o PRN, e por aqueles, de outros partidos, que o apoiaram na eleição, por isso a alusão ao dizer de enunciador coletivo, de todos que participaram na construção do que foram as propostas de candidato e passou a ser seu projeto de governo.

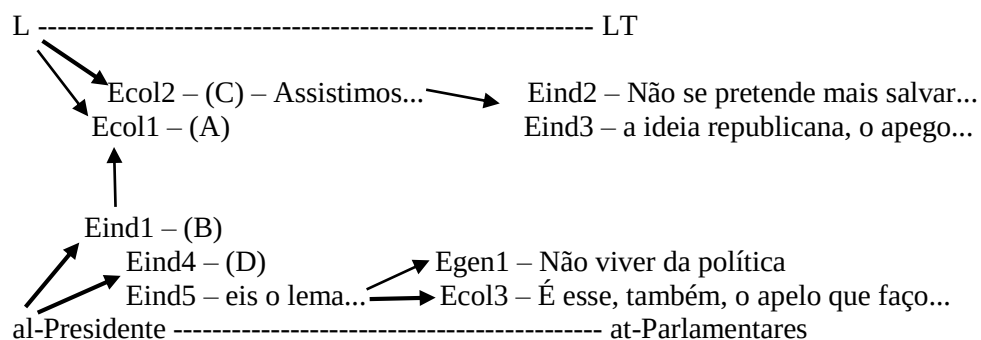
O Locutor para significar o faz autorizado pelo lugar social de alocutor-presidente, que apresenta (B) pelo lugar de dizer de enunciador individual, se considerarmos as marcas de primeira pessoa do singular nessa sequência enunciativa, e que recorta do memorável as propostas de candidato que, agora eleito, passam a ser as diretrizes de seu projeto de governo. O Locutor nomeia o pronunciamento com o nome do projeto construído pelo dizer de todos que o apoiaram e construíram com ele uma proposta eleita e significa, na enunciação do pronunciamento, o projeto dividido em diretrizes por um dizer individual.

Na configuração dessa cena enunciativa, o enunciador coletivo (Ecol1) é aludido pelo Locutor e o al-presidente apresenta o dizer do enunciador individual (Eind1), sendo que o enunciador Eind1 alude ao dizer do Ecol1. Esse deslocamento entre os enunciadores coletivo e individual caracteriza uma divisão no dizer do alocutor que recorta o memorável, tanto em um como em outro, da campanha à eleição e àqueles que construíram juntos as proposta de candidato, mas em Eind1 a projeção de sentidos se dá pelo lugar da individualidade, como se o que agora é projeto fosse do alocutor. Se tomarmos o sujeito empírico Color, uma crítica feita a ele era sobre seu individualismo, marcado pelo uso constante da flexão verbal na primeira pessoa do singular.

A sequência (C) se caracteriza pelo dizer do Locutor que diz o *mas* contrapondo uma política que está no seu ocaso e outra que triunfa e faz isso aludindo a outro enunciador coletivo (Ecol2) que diz *Assistimos ao triunfo da ideia republicana em pleno ocaso da política de tipo messiânico*, e que apresenta o dizer de dois enunciadores individuais, Eind2 que diz *Não se pretende mais salvar o homem pela **política**, nem alcançar a miragem de paraísos sociais pela hipertrofia voluntarista das funções do Estado. O socialismo como visão utópica bate em retirada, sabiamente substituído pelo socialismo como preocupação ética e humanitária*, e Eind3 que diz *a ideia republicana, o apego ao civismo e à cidadania, esta perdura no coração dos democratas*. O Locutor se identifica, então, com o dizer do enunciador individual 3 (Eind3) que produz sentidos para uma nova política que triunfa, uma nova ordem mundial.

Uma paráfrase possível para (C) é *A política do tipo messiânica está no seu ocaso, portanto triunfa a política de ideias republicanas*, ou seja, o dizer da política que finda e que não é a perspectiva do alocutor-presidente que sustenta a política que surge, que triunfa, e com a qual o alocutor se define e que é a conclusão. Os diversos enunciadores direcionam a argumentação para essa conclusão, o triunfo da *política de ideias republicanas* que, por sua vez, sustenta a argumentação para o *Projeto de Reconstrução Nacional*.

Outra configuração é a apresentação do enunciador individual (Eind4), que diz (D), pelo alocutor-Presidente. Na constituição de (E) o alocutor apresenta o Eind5 pelo dizer *eis o lema com que me dediquei à vida pública, inspirado em meus maiores e sintonizado com os valores de minha geração*, que por sua vez alude ao dizer de Egen1, *Não viver da política, mas viver para a política, como nobre forma de servir à comunidade* e apresenta o dizer de Ecol3, *É esse, também, o apelo que faço à nossa classe política e à sua máxima assembleia, o Congresso Nacional*. Dessa forma, a cena enunciativa se configura como:



Tratando-se fundamentalmente de um acontecimento de linguagem, o espaço de enunciação, por ser um espaço político, é constituído por uma distribuição desigual de línguas e falantes pelo agenciamento político. Assim, a divisão do falante em Locutor e alocutor e seus respectivos correlatos já é um lugar de litígio, de desentendimento, constituindo no acontecimento uma disparidade de lugares mediada pelos lugares de dizer, pelos enunciadores. Na cena enunciativa configurada acima, a disparidade entre Locutor e al-presidente se caracteriza pela relação de apresentação de lugares de dizer divididos entre enunciadores coletivos e enunciadores individuais ou, mais precisamente, a apresentação ou alusão dos lugares de dizer da coletividade se dão pelo Locutor e os lugares da individualidade se dão pelo lugar social do al-Presidente.

A saudação especial endereçada aos parlamentares significa um convite individual ou geral à prospecção da reconstrução de toda a nação, ou seja, a reconstrução política dos cidadãos brasileiros, excluindo dessa relação e da reconstrução política o povo (as pessoas comuns), que

geralmente ocupa o lugar das galerias, e que naquele momento histórico para a nação encontravam-se vazias, ou assiste pela televisão, mas está distante da cerimônia. Pela exclusão, esse segmento que os elegeu foi silenciado³⁶.

O enunciado-título³⁷ funciona como um nome dado ao texto, determinado sócio historicamente pela política de renovação proposta pelo presidente Collor. Dessa forma nomeia-se o texto no acontecimento da enunciação, ao qual o enunciado-título se integra, visto que o texto sendo uma unidade de sentido, se caracteriza por integrar outros enunciados, com os quais se relaciona semanticamente. A expressão *reconstrução* significa dar novo corpo, nova estrutura à máquina administrativa para implantar o princípio democrático pela prática da cidadania.

O prefixo *re*, no acontecimento de formação da palavra *reconstrução* funciona como repetição inovadora, no caso, pois não se trata de construir de novo a nação, mas de construir uma nova política que possibilite a ressignificação de nação de acordo com os princípios elencados no R1 pelo alocutor-Presidente Collor.

A formação nominal do enunciado-título em (A) traz no seu funcionamento a mesma determinação que funciona no nome do partido político pelo qual o falante que ocupa o lugar social de Presidente se elegeu, PRN – *Partido da Reconstrução Nacional*, ou seja, *Reconstrução Nacional* determina Partido e Projeto em enunciações ocorridas em temporalidades distintas. A designação do nome do partido significa os sentidos da proposta eleitoral de candidato à Presidência, ou seja, rememora um dizer passado que significa no futuro. A designação do nome *projeto* que, por sua vez, recorta o memorável do partido PRN e da proposta de candidato na eleição, e no acontecimento do pronunciamento de posse, uma outra temporalidade que significa novos sentidos, no presente do dizer de presidente eleito, e o apoio que procura nestas condições de produção é dos congressistas, não é mais dos eleitores, daqueles que o elegeram, e que são silenciados. As nomeações que designam *projeto* e *partido* se deram em acontecimentos de linguagem ocorridos em temporalidades distintas e, por isso, recortam divisões distintas do real; na nomeação do partido que elegeu Collor, *Partido da Reconstrução Nacional*, a divisão se dá entre político candidato e eleitores e na nomeação do discurso de posse, a divisão se dá entre presidente e congressistas, o pertencimento dos eleitores/povo é silenciado.

³⁶ Consideramos neste o silêncio constitutivo que forma a política do silêncio, conforme Orlandi (2008) e conforme apresentamos no Capítulo 2, à página 52.

³⁷ O enunciado título funciona por uma relação “auto-referencial” que “se fundamenta numa relação tal que a instância desta nomeação se apresenta como a mesma instância do texto que o nome nomeia (de que o nome é título)”. (GUIMARÃES, 2018, p.133).

Associar o nome do *Partido da Reconstrução Nacional*, ao qual Collor encontrava-se filiado e que o apoiou politicamente na campanha eleitoral à Presidência da República, ao nome da proposta de Reconstrução Nacional, significa um jogo político, de um lado, a valorização do seu pequeno partido e do apoio incontestado de seus afiliados que o acolheram em nível nacional e, por outro, o partido do presidente em ascensão atrairia novas filiações.

Passaremos a analisar a sequência enunciativa que se segue:

(B) *Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional [...]*

É meu dever apresentar-lhes, resumindo, minhas propostas de candidato e a profissão de fé de presidente eleito, as diretrizes do meu projeto de reconstrução nacional. Procurarei cingir-me a tópicos essenciais [...] São eles: democracia e cidadania; a inflação como inimigo maior; a reforma do Estado e a modernização econômica; a preocupação ecológica; o desafio da dívida social; e, finalmente, a posição do Brasil no mundo contemporâneo [...] Hoje, mais do que nunca, o princípio democrático se acha vivificado pela prática da cidadania.

Nessa sequência, o alocutor-Presidente apresenta o resumo das diretrizes da proposta de reconstrução nacional, que serão cruciais para a sedimentação de seu governo, buscando subtrair a política anterior e substituí-la por uma nova política, instalando o conflito no centro do dizer ao propor a redivisão do sensível, do real por uma nova ordem de lugares na sociedade, lugares da nação e do povo, e dos lugares de decisão e de comando. Ou seja, o alocutor-Presidente apresenta o projeto de reconstrução política do país aos alocutários-Parlamentares, significando-os como parte dos que normatizam e gestam a distribuição, a divisão do sensível, pela função de legislar, de aprovar o que se propõe à nação, uma proposta de cidadania a ser praticada democrática e republicanamente, de forma legal e consensual. Um modo de dizer que, pela perspectiva materialista que trabalhamos neste texto, se dá pela ótica policial, como pondera Rancière, e como contradição, conforme Guimarães (2002b), ao considerar o *político* na enunciação.

Em relação aos procedimentos de textualidade, a reescrituração se caracteriza por, no seu funcionamento, atribuir, predicar, determinar sentidos a uma forma que reporta a outra distante no fio do dizer, a articulação, procedimento normalmente tomado no estudo do enunciado ou da frase (a complementação, a predicação, a caracterização), são relações locais entre elementos linguísticos significados pelo agenciamento dos lugares de enunciação no acontecimento. Esses são procedimentos de análise possíveis por termos como unidade, o enunciado, que produz sentido ao integrar textos. (GUIMARÃES, 2018).

Pelo procedimento de reescrituração temos:

- a) *minhas propostas de candidato e a profissão de fé de presidente eleito* reescriturada por substituição sinonímica por *as diretrizes do meu projeto de reconstrução nacional* que, por sua vez é reescriturada por condensação por *tópicos essenciais*.
- b) *tópicos essenciais* é reescriturado por enumeração por *democracia e cidadania; a inflação como inimigo maior; a reforma do Estado e a modernização econômica, a preocupação ecológica, a dívida social e a posição do Brasil no mundo contemporâneo*. A enumeração, neste caso, produz o efeito de expansão da forma reescriturada, conforme Guimarães (2009).

Essas rescriturações redizem o Projeto de Reconstrução Nacional fazendo-o significar diferentemente, recortando memoráveis da campanha política nas eleições anteriores e do que é proposto como diretrizes para governar, diretrizes que enumeram a constituição do projeto e propõem uma nova forma de fazer política, de retomar a democracia, de redemocratizar o país. Nessa enunciação o alocutor-Presidente do Brasil sustenta argumentativamente aos seus alocutários para a aprovação do Projeto que propõe.

Veremos agora os modos de articulação.

No enunciado *São eles: democracia e cidadania; a inflação como inimigo maior; a reforma do Estado e a modernização econômica; a preocupação ecológica; o desafio da dívida social; e, finalmente, a posição do Brasil no mundo contemporâneo* – temos dois exemplos de coordenação:

- a) a conjunção “e”, em “*democracia e cidadania*” e em *a reforma do Estado e a modernização econômica*, articulam “elementos de uma mesma natureza e os organiza como se fossem um só da mesma natureza de cada um dos constituintes”. (GUIMARÃES, 2018a, p. 81);
- b) a conjunção “e” em *e, finalmente, a posição do Brasil [...]* se articula ao enunciado anterior e ao advérbio *finalmente* para finalizar e/ou concluir as propostas do governo Collor.
- c) Em *democracia e cidadania; a inflação como inimigo maior; a reforma do Estado e a modernização econômica; a preocupação ecológica; o desafio da dívida social; e, finalmente, a posição do Brasil no mundo contemporâneo* temos uma coordenação enumerativa, que articula gradativamente os elementos pela importância política que produz, ou seja, das questões mais caras ao Projeto de Reconstrução Nacional até *a posição do Brasil no mundo contemporâneo*.

No enunciado final da sequência (B), “Hoje, mais do que nunca, o princípio democrático se acha vivificado pela prática da cidadania”, as formas linguísticas *hoje* e *mais do que nunca* temporalizam o enunciado por um passado de enunciações sobre *princípio democrático* e *prática da cidadania* que significaram e voltam a significar como sentidos novos para o *Projeto de Reconstrução Nacional*. Esse dizer se apresenta como inquestionável, apresentado por um enunciador universal e com os quais o locutor-presidente Collor se identifica.

3.1.2 Os sentidos da palavra *política* na enunciação do presidente Collor em [R1]

Neste item, vamos analisar como a palavra *política* significa na enunciação de Collor, ao propor a reconstrução nacional, a partir de diretrizes fundamentadas em princípios democráticos que, segundo ele, se realizam com a prática da cidadania, um modo de dizer na política e, em seguida, vamos apresentar as relações de sentidos dessa palavra por meio do procedimento Domínio Semântico de Determinação - DSD.

Passaremos à sequência enunciativa C.

(C) *Assistimos ao triunfo da ideia republicana em pleno ocaso da **política** de tipo messiânico. Não se pretende mais salvar o homem pela **política**, nem alcançar a miragem de paraísos sociais pela hipertrofia voluntarista das funções do Estado. O socialismo como visão utópica bate em retirada, sabiamente substituído pelo socialismo como preocupação ética e humanitária. Mas a ideia republicana, o apego ao civismo e à cidadania, esta perdura no coração dos democratas.*

Dessa sequência destacamos o seguinte enunciado no qual funciona a palavra *política*.

(1) *Assistimos ao triunfo da ideia republicana em pleno ocaso da política de tipo messiânico.*

A palavra *política* “em pleno ocaso da *política* de tipo messiânico” significa o declínio do fazer política messiânica sustentada na “crença na vinda de um enviado divino, que trará aos homens justiça, paz e condições felizes de existência; ou a ação de um grupo obedecendo às ordens do líder sagrado, que vem instalar na terra o reino da sonhada felicidade.” (QUEIROZ *apud* ROSSI, 2007, p. 3). Nesse enunciado, o locutor-presidente assume uma posição que refuta a política populista desencadeada por líderes carismáticos que desejam se perpetuar no poder.

A crítica à forma messiânica de fazer política se antagoniza “ao triunfo da ideia republicana” defendido pelo presidente Collor, que do lugar social de político aliado à ala neoliberal e progressista da política brasileira, propõe a política renovadora, alicerçada na ideia de dever que se sobressai, calcada na premissa liberal de que o bem comum está acima de interesses particulares, de classes, grupos, corporações, de partidos ou famílias.

Os modos de dizer do al-presidente na política caracterizam o pronunciamento que, na defesa da ideia republicana, faz significar o triunfo de um novo modo de fazer *política*, com a renovação do antigo conceito de república, que deverá triunfar em substituição à utopia social significado como obsoleto e, por isso, encontra-se em declínio.

As expressões *política de ideia republicana* e *política do tipo messiânico* produzem sentidos antagônicos, e rememoram, respectivamente, o dizer filosófico grego que faz significar a república como coisa pública, na qual o governante é eleito pela *pólis*, e que se opõe ao dizer messiânico, que remete a um messias, ao salvador, a alguém ou a um sistema como salvador do homem e da sociedade.

Estas relações de sentidos entre as palavras que significam *política*, de acordo com Guimarães (2002c), caracterizam a designação de um nome no texto em que ocorre, ou seja, ao designar, ao se relacionar a outros nomes por procedimentos como a substitubilidade (anáfora, catáfora, repetição, substituição, elipse etc.) que, por sua vez, produzem determinações e predicções por sobre a segmentalidade do texto, o nome refere, particulariza algo neste texto, significa algo pelo nome ao integrar o enunciado e este integrar o texto.

Assim, os movimentos de sentido de *política* por sua relação com outras palavras em R1, é o que nos possibilita constituir seu DSD, ou o que *política* designa neste texto, a *política messiânica* que finda e a *política de ideias republicanas* que triunfa pela *prática da cidadania* e por *princípios democráticos*, e nesta oposição o al-Presidente se identifica com a *política de ideias republicanas*.

Dessa forma, podemos constituir o seguinte DSD para *política*, neste caso:

DSD 1

prática de cidadania ─ princípio democrático ─ ideia republicana ─ política

política do tipo messiânico ─ política

No DSD 1, “prática de cidadania” determina “princípio democrático”, que determina “ideia republicana” que, no conjunto, determina “política”, e se opõe à “política do tipo messiânico” que também determina política.

Em *política do tipo messiânica*, *política* é caracterizada por *messiânica*, que se opõe à ideia republicana defendida pelo presidente Collor, que também rejeita as políticas caracterizadas pelo socialismo³⁸ e marxismo por apresentarem pontos semelhantes aos da política messiânica, como as utopias.

Trazemos a noção de *messianismo* das Ciências Sociais, conforme Negrão (2001), para se pensar a relação que o alocutor-Presidente estabelece entre o messianismo e o socialismo. O messianismo e o movimento messiânico podem ser entendidos como a crença na chegada de um salvador, o próprio Deus ou um emissário, ou ainda na atuação coletiva de um povo ou parte de um povo sob o comando de um líder que findará uma era e instaurará uma nova ordem de virtude e justiça. (Idem, p. 119).

Ainda na sequência enunciativa em C, temos:

- (2) *Não se pretende mais salvar o homem pela política, nem alcançar a miragem de paraísos sociais pela hipertrofia voluntarista das funções do Estado.*

A dupla negação **não** e **nem** em (2), caracteriza uma política que deixa de significar como hegemônica no espaço político mundial e nacional.

No espaço político mundial, rememora-se o fim do embate que dividiu o mundo em duas forças políticas e ideológicas, o Ocidente – capitalista, neoliberal e democrático – e o Oriente – comunista, socialista e ditatorial, ou seja, recorta por memorável os acontecimentos dos anos finais da década de 1980 e início de 1990, com a dissolução da União Soviética e dos países que formavam o seu bloco de influência na Europa Oriental, e a consequente hegemonia das forças capitalistas, neoliberais e democráticas. Essa segunda força, na perspectiva do alocutor-Presidente, representada pela *política de tipo messiânica* que pretendia *salvar o*

³⁸ O socialismo – conforme vemos em Amaral (2016), Châtelet *et al.* (1985) e Piancola (*in* BOBBIO *et al.*, 2016) – teve sua origem no século XIX com Saint-Simon, Charles Fourier (ambos em França) e Robert Owen (Inglaterra), se contrapõe ao capitalismo e ao liberalismo. Esse período inicial do socialismo ficou conhecido como socialismo utópico, e propunha um modo de pensar mais preocupado com questões sociais e com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, por isso uma utopia. O socialismo utópico sempre foi considerado, pelo pensamento geral como um movimento burguês, ingênuo e irrealista. Já o socialismo científico é considerado com o surgimento das ideias de Karl Marx e Friedrich Engels, por isso também chamado de marxismo, além das questões sociais, propuseram a utilização de métodos científicos para o conhecimento e possível superação do capitalismo e consideravam que somente pela luta de classes aconteceria a transformação da sociedade em uma sociedade socialista, sem classes, com “a apropriação colectiva dos meios de produção.” (AMARAL, 2016, p. 390). Os críticos do socialismo, do marxismo ou do comunismo chamavam a todas essas teorias também de utópicas.

homem pela política e alcançar a miragem de paraísos sociais pela hipertrofia voluntarista das funções do Estado, não triunfa mais, está em seu ocaso e que o al-Presidente se opõe e critica.

No Brasil, considerando o mesmo litígio político mundial, podemos considerar que os sentidos produzidos nesse enunciado rememoram a disputa eleitoral em que Collor derrotou seu principal adversário, Luiz Inácio Lula da Silva, candidato de um partido de esquerda no espectro político brasileiro e que propunha a atuação do Estado como forma de regulação social e econômica e que, também na relação com a perspectiva mundial, representava, a *política do tipo messiânica*. Neste enunciado, então, temos uma crítica de Collor a seu adversário por representar o retrocesso de um política assistencialista que deixaria de existir.

Na campanha eleitoral, Collor criticava também o governo Sarney que findava e que deixava condições nada boas para o próximo presidente eleito e também a ditadura militar que teria, além da repressão, deixado um legado político ruim e um legado econômico ainda pior e que se refletia ainda na época da eleição. Será que os sentidos de *política messiânica* não trazem como memorável essa crítica aos militares e a Sarney? Os militares que se colocavam como salvadores da pátria, capazes de resolver todos os problemas do país e José Sarney apresentou três planos econômicos para o Brasil, procurando solucioná-los. Podemos pensar que tanto os militares quanto Sarney buscavam, pela ação e influência do Estado, salvar o país, salvar o homem pela política ou alcançar possíveis paraísos sociais?

Contrário à posição de ‘salvador do homem’, Collor, no entanto, lança mão do messianismo como forma também de fazer política, pois, ao surgir como político, principalmente como governador de Alagoas, se revestiu enganosamente de “Caçador de Marajás” e ‘baluarte da ética e de uma nova forma de fazer política’, e para sustentar essa propaganda política, as suas propostas “modernizantes” se colavam à imagem de um político capaz de resgatar, de salvar o país dos desmandos e da má administração que, conforme dizia, o Brasil era refém há décadas. Tanto a mídia quanto seus críticos e adversários diziam e o caracterizavam por seu messianismo, por sua postura como salvador da pátria. Por sua vez, Collor se colocava como diferente por representar a modernidade econômica, social e política, nada mais do que uma forma de travestir o messianismo pela modernidade.

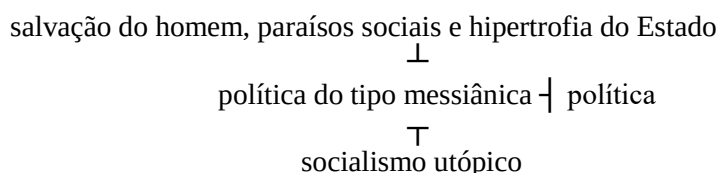
Vejamos os enunciados em (3), da sequência (C):

- (3) *O socialismo como visão utópica bate em retirada, sabiamente substituído pelo socialismo como preocupação ética e humanitária. Mas a ideia republicana, o apego ao civismo e à cidadania, esta perdura no coração dos democratas.*

Em (3) *O socialismo como visão utópica bate em retirada* significa que seu lugar foi tomado por um socialismo *ético e humanitário*, deslocando os sentidos do fazer político messiânico. Os críticos do socialismo dizem que todo socialismo é utópico, sentido compartilhado pelo senso comum, considerando que a visão utópica significa em si a salvação do homem em uma sociedade ideal (paraíso), a preocupação com as questões sociais, e pela condução de um Estado forte politicamente. O alocutor-presidente, ao caracterizar o socialismo como ético e humanitário, busca associar à perspectiva das ideias republicanas a preocupação pelas questões sociais como o socialismo, ressignifica o socialismo por sentidos republicanos, neoliberais. Ou melhor, este acontecimento recorta o memorável da preocupação social do socialismo e da preocupação com a ética e o humanismo do republicanismo para dizer que a *política de ideias republicanas* também se preocupa com questões sociais, o que é corroborado pelo enunciado *apego ao civismo e à cidadania no coração dos democratas*. Esse *socialismo ético e humanitário* não é utópico, traz em si a preocupação com os homens enquanto cidadãos democrata e patriota e que defendem valores e princípios tidos como fundamentais para a vida em sociedade, um consenso sobre as divisões dos lugares na coletividade e sobre o lugar de comando.

Sendo assim, temos o DSD de *política* configurado da seguinte forma:

DSD 2



No DSD 2, “salvação do homem, paraísos sociais e hipertrofia do Estado” e “socialismo utópico” determinam “política do tipo messiânica” que determina *política*.

Pelo DSD2, se retomarmos a paráfrase *A política do tipo messiânica está no seu ocaso, portanto triunfa a política de ideias republicanas*, temos que *política* funciona como argumento sustentando a *política de ideias republicanas* que, por sua vez, argumenta sustentando sentidos para o *Projeto de Reconstrução Nacional*.

Finalizando a sequência C, *Mas a ideia republicana, o apego ao civismo e à cidadania, esta perdura no coração dos democratas*, o operador *Mas* contrapõe a ideia republicana “duradoura” à ideia do socialismo “em retirada”. Com tais argumentos, os sentidos do socialismo se desestabilizam, naufragam, em detrimento do apogeu da política republicana.

Assim, o DSD 3 tomado a partir do DSD 1, será:

DSD 3

ético e humanitário ⊢ socialismo
⊥
prática de cidadania ⊢ princípio democrático ⊢ ideia republicana ⊢ política

Neste DSD 3, “ético e humanitário” determinam “socialismo” que determina “ideia republicana”; por sua vez, “prática da cidadania” determina “princípio democrático” que determina “ideia republicana” que determina *política*.

Ainda nessa sequência, o funcionamento do *Mas* se dá pelo agenciamento do falante em Locutor, que faz o enunciado significar pelo dizer de lugar social de al-Presidente Collor e que podemos parafrasear como

(eu digo que) a ideia republicana é o apego ao civismo e à cidadania

(digo que) a ideia republicana perdura no coração dos democratas.

Pelas paráfrases, temos dois enunciadores individuais respectivamente, sendo que o al-Presidente Collor se identifica com eles, apresenta como seus os dizeres dos enunciadores a favor da ideia republicana. Dessa maneira, “civismo e cidadania, assim como “democratas” determinam “ideia republicana” ou a *política de ideias republicanas*, o que possibilita, em complemento aos DSD 1, 2 e 3, apresentarmos o DSD 4:

DSD 4

ética e humanitária ⊢ socialismo
⊥
prática de cidadania ⊢ princípio democrático ⊢ política de ideia republicana ⊢ política
⊥
civismo e cidadania, democratas

salvação do homem, paraísos sociais e hipertrofia do Estado

⊥
política do tipo messiânico ⊢ política
⊥
socialismo utópico

No DSD 4 “ético e humanitário” determina socialismo que determina “ideia republicana” que também é determinada por “princípio democrático”, que é determinado por “prática de cidadania”, e também “civismo e cidadania, democratas” determina “política de ideias republicanas” que determina “política” e se opõe a “política do tipo messiânico” que é

determinado por “salvação do homem, paraísos sociais e hipertrofia do Estado” e “socialismo utópico”, e “política do tipo messiânico” determina “política”.

O dizer do alocutor-presidente, que argumenta para *Projeto de Reconstrução Nacional*, recorta do real dois sentidos para *política*: um, o alocutor considera ultrapassado e está em declínio e findando, a *política do tipo messiânica*, e outro ressurge com ideias renovadoras, contemporâneas e modernas, a *política de ideias republicanas*, que se faz pelos *princípios democráticos* e pela *prática de cidadania* e que propicia a reconstrução da nação por um projeto capitalista e neoliberal.

Essa divisão de sentidos se dá por uma contradição do dizer que, para significar a modernidade para o alocutor é preciso significar o que está em declínio, o que é passado, mas que está significando, haja vista que o socialismo, que é considerado como um conceito ultrapassado pelo alocutor, é ressignificado com sentidos de contemporaneidade do republicanismo.

Passemos à sequência enunciativa (D):

(D) [...] *Filho e neto de políticos, trago no sangue o sentimento da vida pública como dever e como missão.*

Essa sequência enunciativa diz das origens políticas do locutor-presidente Collor, como aquele que pratica e vive a *política* doméstica, e diz do lugar de enunciador individual, conforme a marca da forma verbal *trago*. Essa afirmação é enunciada pelo alocutor-x que configura, nessa cena enunciativa, outra divisão do Locutor em um lugar social, como al-político, que apresenta a enunciação do enunciador individual, assumindo o dizer como seu e significando como político que vive a *vida pública como dever e missão*, e como os demais políticos do Congresso Nacional, se coloca como parte deles. Esse modo de dizer na política é marcado pelos dizeres cotidianos em família e que agora retornam ao presente do pronunciamento.

Ainda nessa sequência, *política* é definida informalmente como hereditária, como aquela que passa de pai para filho pela prática de fazer política como missão e dever. Trata-se de uma política que surge no interior para o interior e que tem no líder o messias que ajudará o povo amparado pelo populismo.

Finalizando R1, temos a sequência (E):

(E) [1] Não viver da **política**, [2] mas viver para a **política**, como nobre forma de servir à comunidade: eis o lema com que me dediquei à vida pública, inspirado em meus maiores e sintonizado com os valores de minha geração. É esse, também, o apelo que faço à nossa classe **política** e à sua máxima assembleia, o Congresso Nacional.

Na sequência, [1] “Não viver da política, [2] *mas* viver para a política”, observamos uma crítica do al-presidente Collor aos parlamentares que fazem da política uma profissão, e da qual se exclui e se opõe pelo funcionamento da negação *não* e do marcador *mas*. Trata-se de um modo de dizer na política muito particular pela mudança de paradigma com as questões públicas. Em [1] *política* é caracterizada como profissão, como meio de vida, de tirar proveito próprio para adquirir ganhos, vantagem. Já em [2], ao se opor ao significado de *política* associada à profissão de político, significa a forma nobre de servir à comunidade, de dedicar-se à *política* e à comunidade sem interesses espúrios, respeitando a coisa pública. Conforme Weber (2015), existem dois modos de vocação política, “ou bem se vive ‘para’ a política ou bem se vive ‘da’ política”, cuja distinção substancial é econômica.

No enunciado eis o lema com que me dediquei à vida pública, [...] É esse, também, o apelo que faço à nossa classe política e à sua máxima assembleia, o Congresso Nacional, o apelo de Collor à nossa classe política e à sua máxima assembleia significa um outro lugar social que o iguala aos demais políticos que constituem a classe à qual pertence sustentado pela expressão *nossa classe política*³⁹, de modo a apelar para seus iguais o engajamento para apoiá-lo na execução do *Projeto de Reconstrução Nacional*, pela perspectiva do que significa *política de ideias republicanas*. Esse modo de dizer na política não o individualiza, mas o coletiviza ao participar das classe dos políticos.

Podemos, então, constituir o DSD 5 para (D) e (E):

DSD 5

servir a comunidade ┘ vida pública
 Congresso Nacional ┘ máxima assembleia ┘ classe política ┘ política ┘ políticos

No DSD 5 “servir a comunidade” determina “vida pública” que determina “política”; “máxima política” determina “Congresso Nacional” que determina “classe política” que determina “política” que é determinada por “políticos”.

³⁹ Classe política, segundo Reale (2005), é uma “classe intelectual”, uma forma de saber sobre a coisa pública, que surgiu ao final da Idade Média, e que se põe a “serviço de cidades ou de nobres para obter resultados tipicamente políticos, recebendo missões e incumbências”.

Nas sequências enunciativas, (D) e (E), *política* designa a prática política e aquele que vive dessa prática, os *políticos* que constituem uma classe que tem como máxima representação o Congresso Nacional. O al-presidente se coloca como parte dessa classe, mas também como parte daqueles que vivem para servir a comunidade e para a vida pública e não como parte dos que vivem da vida pública.

No DSD 5, pela designação que representa, vemos duas divisões do sensível, uma da classe política dividida entre os que vivem para e os que vivem da política, trata-se de uma divisão igualitária, que não exclui, pois todos os políticos vivem a *vida pública* e formam a *classe política*. A outra divisão que podemos considerar é entre a classe política e o povo. O povo que vem sendo silenciado e que, em (E), é significado como comunidade, como público, mas é excluído enquanto comunidade a ser servida, a ser tutelada pela classe política e, portanto, não diz, não tem pertencimento. Uma divisão igualitária entre os políticos e uma divisão desigual entre políticos e o povo, em que este último não enuncia, não produz sentidos.

Nas análises que desenvolvemos sobre os sentidos da palavra *política* no (R1), observamos que os modos de dizer política na enunciação do presidente Collor deram destaque, o tempo todo, ao Projeto de Reconstrução Política, pautado na ideia republicana que ele defende ou, dito de outra forma, considerando a argumentação como parte do processo de significação no acontecimento enunciativo, o dizer deste recorte sustenta uma argumentação para uma conclusão, que é o apoio dos parlamentares e dos diversos segmentos políticos representados na posse, para o *Projeto de Reconstrução Nacional*. Dessa forma, à medida que apresenta a proposta do seu projeto político, a palavra *política* ganha novos sentidos para a adesão dos políticos, que será crucial para os propósitos do presidente para colocar em prática as mudanças de paradigmas, com a substituição das velhas políticas associadas ao messianismo, ao socialismo utópico e à hipertrofia do Estado pelas novas políticas republicanas, assentadas nos princípios democráticos, nas práticas de cidadania, ética, humanitarismo e civismo.

Por todo esse processo de significação de R1, pelo agenciamento político que constitui a cena enunciativa e pelos sentidos que o nome *política* produz quando designa, observamos divisões e contradições que acontecem pelo funcionamento da língua política e do lugar social de presidente do país que divide seus alocutários em parlamentares e presentes na posse. Essa divisão redivide desigualmente o real entre a classe política que pode falar e aqueles que não, os membros da comunidade, aqueles que participaram de todo processo eleitoral e que agora são excluídos, aqueles que não dizem porque silenciados, a quem é negado o pertencimento, mas são significados nesse dizer. Na busca de apoio e de aprovação do projeto de reconstrução da nação, uma das partes não diz, não fala, não participa das discussões, é silenciada.

3.2 O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) nasceu no Rio de Janeiro e mudou-se para São Paulo aos nove anos de idade, devido a transferência de seu pai, Leônidas Fernandes Cardoso, oficial do Exército, para a 2ª Região Militar. Criou-se em São Paulo e formou-se em Ciências Sociais, com Especialização em Sociologia, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo – USP. Eleito e reeleito, o ex-presidente Fernando Henrique governou o Brasil durante oito anos.

Durante a ditadura militar foi preso, acusado de tendências comunistas e foi exilado. Morou no Chile e na França, tendo lecionado nestes dois países, além de Argentina e México. Em 1968 retorna ao Brasil para lecionar na Universidade de São Paulo (USP), mas, com o advento do Ato Institucional nº 5, foi aposentado como professor.

FHC foi eleito suplente de Franco Montoro, como senador por São Paulo, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Assumiu a vaga de senador quando Montoro foi eleito Governador de São Paulo, em 1983. Em 1986 reelegeu-se senador, ainda pelo PMDB. Junto com Franco Montoro e, Mario Covas, também com outros políticos, em 1988, participou da fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Depois do impeachment de Fernando Collor no ano de 1992, foi Chanceler do Governo de Itamar Franco, que substituiu Collor. Em 1993, passou a ocupar o Ministério da Fazenda, e lançou em 1994, o Plano Real. Esse plano conseguiu controlar a inflação e proporcionar uma estabilidade econômica ao país.

Com o sucesso do Plano Real, candidatou-se a presidente do Brasil, em 1994, e ganhou no primeiro turno. Ainda com a estabilidade proporcionada pelo plano, foi reeleito em 1998, também em primeiro turno.

O texto que selecionamos para o *corpus*, de 1995, faz parte do primeiro mandato de FHC, do primeiro ano de seu governo. Desse texto, selecionamos o recorte R2 que analisaremos na próxima parte.

3.2.1 A enunciação de FHC no Seminário Internacional: Política, Ética e Pobreza

A enunciação do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso do qual selecionamos o recorte R2, pelo procedimento de sondagem, ocorreu no “Seminário Internacional Política, Ética e Pobreza”, no Colégio Dom Bosco, da Congregação Salesiana, em Brasília, seminário

promovido pela Conferência Episcopal Latino-Americana, e que aconteceu no início do primeiro período (1995-1998) de seu governo.

Iniciando o pronunciamento, FHC, do lugar social de presidente da República, diz da satisfação de abrir um “simpósio” tão importante, na Casa dos Salesianos, pois já lá esteve outras vezes “como cidadão, como senador, como ministro”, inclusive na época da Assembleia Constituinte, quando aconteceram reuniões para se “chegar a algum entendimento sobre os pontos mais sensíveis, mais importantes, para a elaboração da nossa Constituição.” Ou seja, o acontecimento desse pronunciamento se deu na Casa dos Salesianos, um lugar já conhecido de FHC, no qual se sentia à vontade e entre amigos e conhecidos, e um lugar de discussões sobre política e religião.

O seminário é um tipo de texto oral que visa mais a formação do que a informação. Em uma visão mais informal⁴⁰ é uma reunião para apresentar e debater temas pré-determinados.

A expressão “Seminário Internacional Política, Ética e Pobreza” é um enunciado-título que dá nome ao seminário e o identifica social e politicamente. A nomeação do seminário além de especificá-lo, destina-se a políticos, religiosos, autoridades e ONGs, envolvidos diretamente com os temas promovidos pelo seminário

FHC, nesse pronunciamento, apresenta uma relação de temas, que deverão prospectar sentidos para política, ética e pobreza e/ou prospectar sentidos na relação entre eles, sentidos que signifiquem a relevância dos temas de interesse do Brasil e das demais potências.

O acontecimento enunciativo do seminário se dá no espaço de enunciação brasileiro que tem a língua portuguesa como língua oficial, mas, por sua característica internacional, se abre para o funcionamento de outras línguas, ou seja, as línguas são distribuídas desigualmente, tornando o espaço de enunciação político do funcionamento das línguas.

Dessa forma, o presidente, agenciado em Locutor, passa a ocupar o lugar social de alocutor-presidente FHC, que inicia seu pronunciamento, saudando, pelo enunciado vocativo, os presentes, que se constituem em seus alocutários.

Senhor Vice-Presidente da República, Doutor Marco Maciel; Senhor Governador do Distrito Federal, Doutor Cristovam Buarque; Eminência Reverendíssima, Doutor José Freire Falcão, Cardeal Arcebispo de Brasília; Dom Alfio Rapisarda, Núncio Apostólico do Brasil; Dom Serafim Fernandes de Araújo, Arcebispo de Belo Horizonte e Vice-Presidente do Ceiam; Dom

⁴⁰ Conforme o *Dicionário Priberam*, o verbete *seminário* significa: 3. Reunião científica ou cultural para expor ou discutir determinado tema; disponível em: <https://dicionario.priberam.org/seminario>. Conforme o *Dicionário Informal* pode ser definido “como um círculo ou grupo de estudos em que se debatem problemas científicos ou matérias expostas por seus participantes”. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/seminario>. Acesso em: 30/05/2020.

*Raymundo Damasceno Assis, nosso Bispo Auxiliar de Brasília e Secretário-Geral do Ceiam; Doutor Luiz Herrera Campins, ex-Presidente, que nos dá a honra da sua presença aqui; Senhor Representante da Fundação Adenauer, Horts Schönbohm; Senhoras; Senhores; Senhores Bispos; Senhores Arcebispos;*⁴¹

Os alocutários, no enunciado vocativo, são enumerados conforme a relevância dos lugares sociais que ocupam: autoridades executivas do poder Federal e do Distrito Federal e, em sua maioria, autoridades religiosas, mais especificamente cristãos católicos, além de convidados e palestrantes de outras nacionalidades. Esses alocutários chamaremos de alocutário-ouvintes.

O R2, então, é o que se segue, marcado pelas sequências enunciativas.

R2

(A) A dificuldade, que é normal para todos nós que estamos na **vida política**, é que todo dia temos que decidir, e temos que decidir sobre questões mais ou menos nebulosas, porque a **política** é o reino do não definido, não é administração, onde você aplica a regra. Na **política** se inova, é o não-definido, são as coisas emergentes - ou seja, o risco do erro é enorme. (B) Esse risco, do **ponto de vista moral**, não me aflige, porque sei intimamente que estou fazendo o que posso, como nós todos, ou quem esteja, para que as coisas funcionem bem. Mas, do **ponto de vista político**, não adianta isso. É preciso que se consiga fazer com que as coisas funcionem bem, o que depende de terceiros, e não só do gesto, vai além do gesto. Então, o tema moral é mais complicado [...] (C) Assim como na ciência - eu dizia, quem nela foi treinado sabe que tem que descrever o caminho pelo qual chegou à sua verdade -, hoje, na **política**, pelas razões já ditas, nós todos temos também que, o tempo todo, estar explicando as nossas ações [...] (D) Nós temos que, o tempo todo, estar prestando contas. E é isso que cria, eu poderia dizer assim, uma nova *civitas*, um novo, fundamento para a relação **política** [...] esse amesquinhamento que vejo todos os dias e faz parecer que tudo que está pela **política** está conspurcado [...] (E) Mas acho que estamos, realmente, num momento em que é possível ampliar as reflexões sobre a ética, a pobreza e a **política** de uma maneira criativa e que, dessa criatividade, resulte algo mais que o gozo das próprias palavras e resulte realmente uma capacidade maior de fazer com que todos se tornem sensíveis a um ou a outro problema, e, portanto, esses problemas possam vir a ser solucionados de maneira mais consequente.⁴²

⁴¹ Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/1o-mandato/1995-1/27%20-%20Discurso%20no%20seminario%20internacional%20Politica%2C%20etica%20e%20pobreza%20-%2007-03-1995.pdf/view>. Acesso em: 19/05/2020.

⁴² FHC – 07-03-1995 - Discurso no Seminário Internacional Política, Ética e Pobreza. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/1o-mandato/1995-1/27%20-%20Discurso%20no%20seminario%20internacional%20Politica%2C%20etica%20e%20pobreza%20-%2007-03-1995.pdf/view>. Acesso em: 19/05/2020.

Esse recorte textualiza pontos de vista moral e político do presidente Fernando Henrique sobre política. Daí dizer que o funcionamento da palavra *política(o)* caracteriza a língua política não como o lugar do definido, do funcionamento da regra, do dizer assertivo das ciências exatas, mas como lugar do não definido, do emergente, da inovação, da possibilidade de erro, e de problema. A *política(o)* é significada por um viver na política, pela enunciação nesse espaço que acontece pela contradição com a enunciação de outros espaços e que possibilita errar e, por isso, é um lugar de justificativa, de autocrítica, um espaço religiosos que, histórica e socialmente, é um lugar de perdão.

Em R2, a *política(o)*, a língua política, é caracterizada como lugar do dissenso, do desentendimento, conforme Rancière (1996b, 2018), é o lugar de perturbação da ordem, da regra, do definido, da lógica do que está fora da política, mas que se relaciona com ela ou que funciona por ela, lugar do desentendimento sobre o que quer dizer falar.

Na constituição da cena enunciativa do R2, o falante é agenciado em Locutor pelas sistematicidades linguísticas que funcionam nos enunciados que integram o recorte que, por sua vez, integra o texto do pronunciamento. No agenciamento funciona uma relação em que um eu fala para um tu, o Locutor diz para alguém, seu alocutário “enquanto tomado no mesmo espaço de enunciação, constituindo uma relação específica no acontecimento.” (GUIMARÃES, 2018, p. 55). Nessa relação, o falante se divide em um outro eu para produzir sentidos, o alocutor, lugar social de dizer, que diz para seu alocutário, também um lugar determinado social e historicamente. No caso de R2, o alocutor se constitui pelo lugar social de Presidente do país, alocutor-Presidente (at-Presidente) e tem como alocutários os presentes no seminário que chamamos de alocutários-ouvintes (at-ouvintes).

No acontecimento enunciativo de R2, o falante se redivide em outros alocutores e diz pela perspectiva de enunciadores individual, coletivo e universal. A politopia da enunciação possibilita essa disparidade do falante, essa divisão que coloca em embate aquele que assume o dizer e diz para seu correlato, aquele que diz e significa o dizer social e historicamente para alguém, dizer que caracteriza um lugar que se relaciona com o que se diz por quem diz. Essa disputa de lugares enunciativos e de dizeres é que possibilita caracterizar a língua como política, como lugar de litígio e de contradição.

Nessa perspectiva, vejamos como se constitui a cena enunciativa do R2 pelas sequências enunciativas em foi dividido.

Em (A), o alocutor-Presidente apresenta o dizer de um enunciador coletivo (Ecol1) e se coloca como parte do *nós*, uma coletividade que se constitui do alocutor e seus alocutários, todos participantes da *vida política* e da dificuldade de estar na *vida política* e ter de *decidir*

sobre questões mais ou menos nebulosas. O Locutor, por sua vez, pelo funcionamento das expressões *porquê* e *ou seja*, alude ao dizer de um enunciador individual (Eind1) que define e caracteriza a política *é o reino do não definido, não é administração, onde você aplica a regra. Na política se inova, é o não-definido, são as coisas emergentes - ou seja, o risco do erro é enorme*. A divisão do falante, nesta sequência, acontece entre o Locutor que apresenta o enunciador individual (Eind1) e o al-presidente que apresenta o dizer coletivo (Ecol1), sendo que o dizer do (Ecol1) alude ao dizer do (Eind1). Nesta cena, o al-presidente argumenta para dizer da política como lugar de litígio, de embates, por isso lugar do erro e faz isso apresentando por argumento a dificuldade de viver a e na política e, pela definição do enunciador e pela relação de quem diz com o que diz, coloca-se junto com seus alocutários que podem dizer também dessa dificuldade, desse litígio do político, colocando-os como também na sua posição.

Na cena enunciativa da sequência (B), o Locutor alude a enunciadores cujos dizeres se opõem pelo operador *mas*”, enunciador individual (Eind2) diz *do ponto de vista moral, não me aflige, porque sei intimamente que estou fazendo o que posso* e alude ao enunciador coletivo (Ecol2) que diz *como nós todos, ou quem esteja, para que as coisas funcionem bem* para significar o que se pode fazer *para que as coisas funcionem bem*, Eind2 diz *o ponto de vista moral*. E o *ponto de vista político* é apresentado pelo enunciador coletivo (Ecol3) que diz *do ponto de vista político, não adianta isso. É preciso que se consiga fazer com que as coisas funcionem bem, o que depende de terceiros, e não só do gesto, vai além do gesto*. A representação do coletivo se dá pelo funcionamento da forma *se que*, ao indeterminar, coloca juntos todos os que vivem a vida política, e os terceiros, os que produzem uma dependência para que as coisas funcionem bem.

No acontecimento em (C), o Locutor se divide em alocutor-cientista pela forma linguística *Assim como na ciência*, e alude a esse lugar social que, por sua vez, apresenta o enunciador universal (Euni1) que diz *eu dizia, quem nela foi treinado sabe que tem que descrever o caminho pelo qual chegou à sua verdade*, que se coloca como um dizer verdadeiro, um dizer da ciência. Por sua vez, o al-Presidente apresenta o enunciador coletivo (Ecol4) pelo enunciado *hoje, na política, pelas razões já ditas, nós todos temos também que, o tempo todo, estar explicando as nossas ações*. A expressão *Assim como* produz sentido de analogia entre o dizer do lugar social de cientista e do lugar social de Presidente que diz de um lugar político e uma língua política, ou seja, o dizer do lugar da verdade, tanto na ciência como na política, são tomadas como existentes na política, e acontecem o tempo todo.

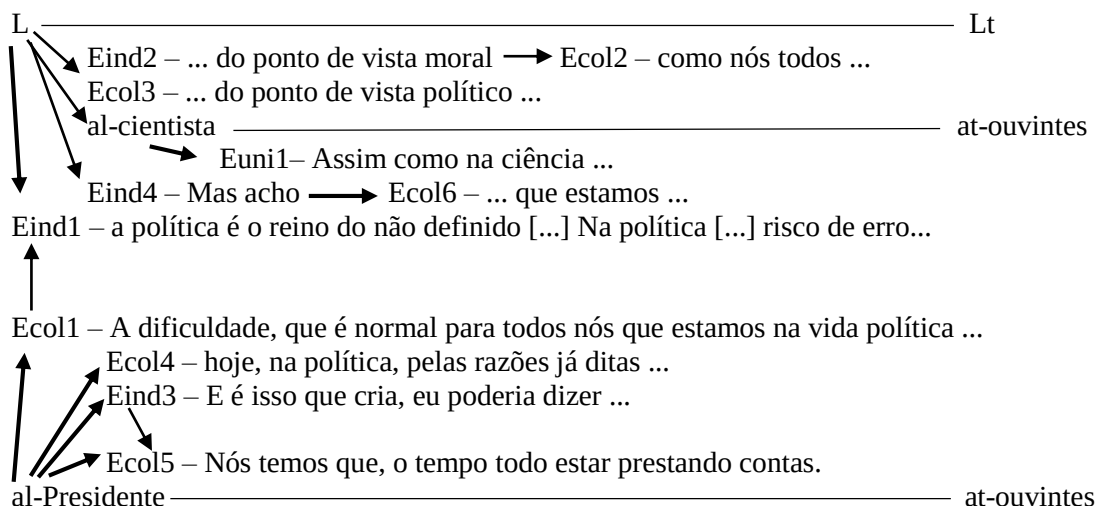
O funcionamento da alocação é configurado pelo agenciamento político do falante em lugares de enunciação, configurando o Locutor e o alocutor e seus respectivos correlatos e também os lugares de dizer, os enunciadores. (GUIMARÃES, 2018).

No caso da sequência (D), o al-presidente apresenta o dizer do enunciador coletivo (Ecol5) que diz *Nós temos que, o tempo todo, estar prestando contas*, e do enunciador individual (Eind3), que diz *E é isso que cria, eu poderia dizer assim, uma nova civitas, um novo, fundamento para a relação política [...] esse amesquinamento que vejo todos os dias e faz parecer que tudo que está pela política está conspurcado*, e Eind3 alude ao Ecol5.

Em (E), a palavra *política* vincula-se tematicamente à ética e à pobreza e juntas devem ser refletidas de maneira criativa. Tal como o título, esses três nomes se articulam pela conjunção coordenativa “e” internamente ao texto, expandindo os sentidos dos temas.

Pelo *Mas*, que inicia a sequência (E), o lugar enunciativo de Locutor alude ao enunciador individual (Eind4) para dizer *Mas acho* e Eind4 apresenta o enunciador coletivo (Ecol6) com o dizer *que estamos, realmente, num momento em que é possível ampliar as reflexões sobre a ética, a pobreza e a política de uma maneira criativa e que, dessa criatividade, resulte algo mais que o gozo das próprias palavras e resulte realmente uma capacidade maior de fazer com que todos se tornem sensíveis a um ou a outro problema, e, portanto, esses problemas possam vir a ser solucionados de maneira mais consequente*.

Dessa forma, temos a seguinte cena enunciativa configurada para R2:



3.2.2 Os sentidos da palavra *política* na enunciação do presidente FHC em [R2]

Pensando nessa perspectiva constituída pela cena enunciativa, faremos as análises das sequências em que dividimos R2, verificando o funcionamento da palavra *política*.

Vejamos a sequência enunciativa (A):

(A) *A dificuldade, que é normal para todos nós que estamos na **vida política**, é que todo dia temos que decidir, e temos que decidir sobre questões mais ou menos nebulosas, porque a **política** é o reino do não definido, não é administração, onde você aplica a regra. Na **política** se inova, é o não-definido, são as coisas emergentes - ou seja, o risco do erro é enorme.*

Na sequência (A), o enunciado *que é normal para todos nós que estamos na vida política* funciona como predicação de “A dificuldade”, ou seja, predica e determina sentidos para *dificuldade* que, pela expressão *é normal*, significa por um já enunciado antes sobre a *vida política*, um memorável sobre o *modus operandi* da *vida política* e que, no presente desse acontecimento, projeta sentidos de que *a dificuldade da vida política é ter que decidir, decidir sobre questões mais ou menos nebulosas*.

Na sequência *estamos na vida política*, *política* significa os políticos que ocupam cargos no governo ou em outra instância pública e aqueles que vivem a política, como FHC e outros presentes que não estão no governo, mas participam de discussões políticas, como as ONGs, os religiosos presentes no espaço em que acontece o seminário, ou seja, espaço de funcionamento da língua política. Essa sequência pode significar também o *viver para a política*, como disse o presidente Collor, saber das dificuldades por ter que decidir na política e conhecer os embates que podem levar ao risco de errar. São formas de dizer na política que têm o mesmo batimento semântico, considerando a transversalidade dos textos, os enunciados que integram o texto, atribuindo-lhes sentidos.

Se consideramos o enunciado *A dificuldade é que todo dia temos que decidir, e temos que decidir sobre questões mais ou menos nebulosas*, a predicação caracteriza a dificuldade e isso se dá por uma articulação coordenativa, por enumerar duas definições ligadas pela conjunção *e*, produzindo efeito de ampliação do sentido da caracterização, ou seja, a “dificuldade” não é somente decidir é decidir também sobre questões difíceis, *mais ou menos nebulosas*, visto que não há regras na política.

Em *porque a política é o reino do não definido, não é administração, onde você aplica a regra*, a forma *política* não é vista como arte ou ciência de governar, ao contrário, ela é tomada como algo indefinido, não administrável, sem regras, algo que não tem por princípio a lógica e exatidão de outras áreas, por isso o *risco de erro*. É tudo isso funcionando como

argumento que sustenta a dificuldade da *vida política*, um argumento para justificar essa dificuldade. Ao contrário dessa política, Rancière (2018, p. 31) toma a *política* não como “uma questão de convenção, nem de natureza: é a ausência de fundamento, é a pura contingência da ordem social. Há política simplesmente porque nenhuma ordem social está fundada na natureza, porque nenhuma lei divina ordena as sociedades humanas.”

Nesse enunciado, *política* é reescriturada por definição - *é o reino do não definido*. A conjunção *porque*, que antecede *política*, busca justificar os sentidos produzidos pela *dificuldade da vida política*, e faz isso apresentando um contraponto entre os enunciados que predicam *política*, um que significa pelo que a política é, *política é o reino do não definido*, e outro que, pela negação, diz o que ela não é, *não é administração, onde você aplica a regra*. A *política*, ou a *vida política*, a forma de viver “a” e “na” política, não tem regra, não é exata conforme outras áreas, outros campos do conhecimento como a administração.

Em *Na política se inova, é o não-definido, são as coisas emergentes - ou seja, o risco do erro é enorme*, *política* significa um fazer político mutável, que se inova, que não se perpetua, considerando que os sentidos mudam à medida que os lugares sociais dos falantes no acontecimento da enunciação mudam de posição.

Dessa forma, podemos constituir o DSD de (A) como segue:

DSD 6

dificuldade, decidir, reino do não definido	⊢	vida política
	⊥	
inovação, coisas emergentes, rico de erro	⊢	política
administração, regras		

No DSD 6 “dificuldade, decidir, reino do não definido, inovação, coisas emergentes, risco de erro” determinam “vida política”, que determina “política” que também é determinada por “inovação, coisas emergentes, rico de erro” e tudo isso se opõe a “administração, regras”.

O que *política* designa pelo DSD 6, significa por sua incontingência em decidir sobre *questões nebulosas*, e isso a torna passível de erro. Essa sequência funciona como uma argumentação do alocutor para justificar seus erros ou para sua possibilidade em errar, já que vive na política. A incontingência de decidir sustenta argumentativamente o risco do erro, o que podemos parafrasear por: *Na política existe a necessidade de decidir sobre questões nebulosas, portanto existe o risco do erro*.

Vamos à sequência (B):

(B) *Esse risco, do ponto de vista moral, não me aflige, porque sei intimamente que estou fazendo o que posso, como nós todos, ou quem esteja, para que as coisas funcionem bem. Mas, do ponto de vista político, não adianta isso. É preciso que se consiga fazer com que as coisas funcionem bem, o que depende de terceiros, e não só do gesto, vai além do gesto [...]*

A expressão *Esse risco* que introduz a sequência enunciativa (B) reescreve por condensação *o risco do erro*, da sequência enunciativa anterior. Os sentidos do ponto de vista moral que não afligem o al-presidente FHC se opõem aos sentidos do ponto de vista político marcado pelo operador argumentativo “Mas”. Essa oposição entre os pontos de vista da moral⁴³ e da política acontece pelo funcionamento da conjunção *mas* na contiguidade da articulação coordenativa entre os enunciados. O que isso significa? Sob o ponto de vista moral tem relação com as condições históricas e sociais que constituem a trajetória pessoal de FHC; e sob o ponto de vista político, essas questões ficam menores, tendo em vista que o fazer político é coletivo e “depende de terceiros”. Observamos que a coordenação é caracterizada pela oposição entre a significação dos pontos de vista, que funcionam concomitantemente na *vida política*.

O ponto de vista moral ou ético significa por regras que, se seguidas, contribuem com o bem de todos, com o bom funcionamento do grupo, e quando transgredidas, provocam problemas, o mal aos outros e ao funcionamento da sociedade. Esse ponto de vista é apresentado por um enunciador individual, com o qual o al-presidente FHC se identifica, pois, assim como todos, alusão que o enunciador individual faz ao enunciado coletivo, está fazendo o que pode *para que as coisas funcionem bem*.

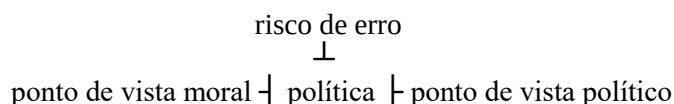
Por sua vez, a perspectiva do ponto de vista político tem a mesma finalidade, mas é o lugar da possibilidade de erro, pois não tem regras e depende de *terceiros*, de outras pessoas que tenham o mesmo *gesto*, que ajam da mesma forma. Temos, nesta sequência, a divisão do real de *política* entre o dizer da ética, da moral, da regra, da exatidão e na perspectiva teórica que trabalhamos neste texto, se dá pela lógica consensual, da normatização dos lugares e das funções sociais e do consentimento de todos. (RANCIÈRE, 1996b). É entre o dizer da

⁴³ “Em sentido bem amplo, a moral é o conjunto das regras de conduta admitidas em determinada época ou por um grupo de homens. Nesse sentido, o homem moral é aquele que age bem ou mal na medida em que acata ou transgredir a regra do grupo. A ética ou filosofia moral é a parte da filosofia que se ocupa com a reflexão a respeito das noções e princípios que fundamentam a vida moral. Essa reflexão pode seguir as mais diversas direções, dependendo da concepção de homem que se toma como ponto de partida.” (ARANHA E MARTINS, 1993, P. 274). Em outras palavras, depende da perspectiva teórica que se adota. Moral e ética, apesar dessa diferenciação, são utilizadas como sinônimo na maioria das reflexões sobre o assunto, desde os filósofos gregos. Dessa forma utilizaremos os termos neste texto.

racionalidade da política, do litígio, do embate, da contradição que perturba a ordem consensual.

Vamos verificar os sentidos de *política* em (B) que configuram o DSD de (B) como:

DSD 7



No DSD 7, “risco de erro”, “ponto de vista moral” e “ponto de vista político” determinam “política”.

Pelo DSD 7, *política* é significada pelo risco de erro e por ter em seu funcionamento um ponto de vista moral e outro político, porém o risco de erro existe pela perspectiva do político. No ponto de vista moral, desde que se faça o que pode, conforme o alocutor-Presidente, não existe risco, é uma perspectiva individual e pessoal. No ponto de vista político há dependência de outros, não depende de si somente, depende de uma relação com outros, com terceiros, o que torna a viabilidade do erro. Isso produz sentidos de que, em existindo o erro, a culpa é do outro, já que fazer o que se pode, moralmente garante a parte de acerto que lhe cabe, ou seja, exime-se do erro.

Analisemos a sequência (C):

*(C) Assim como na ciência - eu dizia, quem nela foi treinado sabe que tem que descrever o caminho pelo qual chegou à sua verdade -, hoje, na **política**, pelas razões já ditas, nós todos temos também que, o tempo todo, estar explicando as nossas ações [...]*

Observamos que o dizer político na enunciação do pronunciamento funciona por divisões, embates e contradições; na sequência enunciativa, em (C), o al-presidente FHC faz analogia entre o dizer da ciência, que possibilita a comprovação do fato científico pela repetição do método, ao *caminho* pelo qual chegou a verdade, ao dizer da política pela qual precisa explicar suas ações, explicar sua verdade. Ou seja, o rigor da ciência que fundamenta sua verdade, significa na política o dizer a verdade frequentemente, pois a verdade em política é sempre relativa, diferente da ciência que tem o método, a política é o lugar do *não-definido*, do *emergente*, do *risco do erro*, lugar de decisão e de ação.

O enunciado *eu dizia* rememora dizeres de FHC no texto de R2 e em outras enunciações sobre ciência, e nesse acontecimentos produz sentidos para *política* ao comparar o dizer na ciência e o dizer na política. Por sua vez, a sequência *pelas razões já ditas* remete ao já enunciado no texto do R2 selecionado, projetando um interpretável para *política*, para o modo de dizer na política que, o importante não é sua verdade, mas a ação que fez para se chegar à verdade.

Nessa sequência, podemos considerar que *verdade* determina *ciência* e *política*, produzindo sentidos de analogia entre elas, pois o dizer da verdade caracteriza tanto uma como outra dessas áreas, sendo que na ciência é um princípio metodológico e na política é uma ação necessária para que as coisas funcionem bem. Podemos, então, apresentar o DSD que segue para a sequência (C):

DSD 8

ciência $\vdash$ verdade $\dashv$ política

No DSD 8, “verdade” determina “política” e “ciência”.

A sequência (D) é a que segue:

(D) *Nós temos que, o tempo todo, estar prestando contas. E é isso que cria, eu poderia dizer assim, uma nova civitas, um novo fundamento para a relação **política**, que não pode ser mais a relação da desconfiança [...] esse amesquinamento que vejo todos os dias e faz parecer que tudo que está pela **política** está conspurcado [...]*

Na enunciação de R2, vimos que os sentidos de *política(o)* se produzem caracterizando vida, dificuldade de decisões, o não-definido, lugar da inovação e do emergente, possibilidade de risco do erro. Esses são sentidos litigiosos que funcionam no acontecimento pelo embate com outros sentidos, que funcionam como contraponto, ou seja, regras, verdade, ponto de vista moral. Assim, a enunciação política e a enunciação na política funcionam sempre pelo desentendimento, pelo dissenso, respectivamente.

No acontecimento em (D), o modo de dizer na política *o tempo todo, estar prestando contas*, por sua temporalidade, projeta um futuro de novas enunciações que criem *uma nova civitas*⁴⁴, *um novo fundamento para a relação política*. São sentidos que se produzem para

⁴⁴ Consideremos *civitas* como *civilidade*, conforme o próprio FHC que diz neste mesmo texto: “Meu Deus, vamos viver uma nova civilidade, um novo momento que já o mundo hoje quer da relação política;

política numa relação antagônica em relação à desconfiança e à política conspirada. A língua política, o modo de dizer na política, funciona pelo litígio, pela possibilidade do erro, pois ao funcionar pela racionalidade da igualdade traz como pressuposto, para existir, a desigualdade.

Em *um novo fundamento para a relação política* se assenta em um novo paradigma de fazer política sem desconfiança e sem relação com conspiração. Em *esse amesquinamento que vejo todos os dias e faz parecer que tudo que [...]*, a conjunção coordenativa articula dois enunciados encadeando situações distintas. A expressão *relação da desconfiança* reescritura por substituição *esse amesquinamento*, atribuindo novos sentidos ao recorte 2.

Podemos constituir o DSD 10 para a sequência (D) da seguinte forma:

DSD 10

$$\begin{array}{c}
 \text{nova } civitas \\
 \perp \\
 \text{prestação de contas } \vdash \text{política } \vdash \text{relação política} \\
 \hline
 \text{relação da desconfiança, política conspirada}
 \end{array}$$

No DSD 10, “prestação de contas”, “nova *civitas*” e “relação política” determinam “política” que, no conjunto, se opõe à “relação da desconfiança” e “política conspirada”.

Passamos à última sequência do R2.

*(E) Mas acho que estamos, realmente, num momento em que é possível ampliar as reflexões sobre a ética, a pobreza e a **política** de uma maneira criativa e que, dessa criatividade, resulte algo mais que o gozo das próprias palavras e resulte realmente uma capacidade maior de fazer com que todos se tornem sensíveis a um ou a outro problema, e, portanto, esses problemas possam vir a ser solucionados de maneira mais consequente.*

Na sequência *e, portanto, esses problemas possam vir a ser solucionados de maneira mais consequente*, temos uma relação argumentativa, que produz “uma orientação do sentido das relações entre enunciados no texto que são próprias do funcionamento enunciativo destes enunciados em virtude de suas articulações”. (GUIMARÃES, 2018, p. 111).

Para a sequência (E), o DSD 11 pode ser configurado como se segue:

que ela não seja vivida como sofrimento nem sentida pelos outros como opressão; e que ela não seja vista só como hipocrisia”.

DSD 11

problema — ética, pobreza e política

No DSD 11, “problema” determina “ética, pobreza e política”.

Pela configuração das figuras enunciativas no acontecimento da enunciação do R2, o modo de dizer é político, na política e da política. Um modo de dizer sobre *política* que se dá pela contradição entre sentidos de decisão e de indecisão, de definição e não definição, da regra e do erro, do rigor e da inovação e do emergente, da criatividade e do problema. O real de sentidos de *política(o)* no acontecimento deste pronunciamento de FHC.

3.3 O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Nascido em Garanhuns (PE), em outubro de 1945, mudou-se para Santos (SP) com a família, a mãe e outros sete irmãos, em 1956, em busca do pai que já tinha vindo para São Paulo atrás de emprego. Porém, ao chegarem, encontraram o pai com outra família constituída. Diante dessa situação, fez-se necessário que alguns dos filhos trabalhassem para ajudar no sustento da família.

Depois de passar por vários empregos, fez um curso de torneiro mecânico no Senai de Santos e começa a trabalhar como metalúrgico, ainda em Santos. Logo depois consegue um emprego em São Bernardo do Campo, no ABC paulista.

Por influência de seu tio, Frei Chico, começa a frequentar o sindicato da categoria. Se interessa pela política sindical em 1972 é eleito para a diretoria do sindicato, e em 1975 é eleito como presidente do sindicato. Como presidente do sindicato, Lula conduziu as greves dos metalúrgicos e estabeleceu negociação com os dirigentes das montadoras. Aconteceram intervenções no sindicato por duas vezes, a segunda acontecendo também sua prisão.

Em 1981, junto com outros sindicalistas e intelectuais funda o Partido dos Trabalhadores (PT), e foi seu presidente até se eleger Presidente da República em 2002. Governou por dois mandatos, 2003 a 2006 e 2007 a 2010, e elegeu sua sucessora na sequência do término de seu período presidencial.

O primeiro mandato foi marcado inicialmente por um bom desempenho da economia, adotando uma postura mais liberal que, no dizer de seus adversários e críticos, deu sequência ao programa econômico de FHC.

3.3.1 A enunciação de Lula na abertura da 29ª Reunião do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

O recorte 3, que passaremos a analisar, integra o texto do pronunciamento à época, do Presidente Lula, na abertura da “29ª Reunião do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)”⁴⁵, em Brasília - DF, que teve por pauta o “Seminário Internacional sobre Desenvolvimento - Reunião Ampliada do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social”, que aconteceu em 2009, penúltimo ano do segundo mandato de Lula. Esse pronunciamento abriu os trabalhos e discussões da reunião/seminário.

Este acontecimento da reunião apresenta algumas características que são relevantes considerarmos. Realiza-se um seminário em uma reunião plenária de um conselho que assessora o Presidente da República. Temos, assim, a enunciação que nomeia⁴⁶ o *conselho*, a *reunião* e a *seminário*, nomes que significam pelo funcionamento da expressão *desenvolvimento*. Ou seja, a temática do evento é desenvolvimento econômico e social.

A reunião/seminário acontece no espaço de enunciação brasileiro, que tem a língua portuguesa como língua nacional, mas por ser um seminário internacional, falantes de outras línguas, que não a língua portuguesa, disputam esse espaço. É um espaço de discussão política sobre temas políticos e sobre temas econômicos e sociais como forma de promover o desenvolvimento do Brasil e de outros países.

Vale ressaltar que, em 2009, o Brasil e o mundo passavam por uma crise financeira sem precedentes na história. A crise teve início nos Estados Unidos pelo estouro do que foi chamado de bolha imobiliária, ou seja, o aumento de renda dos americanos não acompanhou o endividamento pelo financiamento imobiliário facilitado nos anos anteriores. Com a insolvência, o não pagamento dos financiamentos, alguns bancos, principalmente o tradicional Lehman Brothers, entraram em falência. A crise americana se estendeu pelo mundo e causou uma das maiores recessões mundiais. O Brasil passou pela

⁴⁵ Conforme a página eletrônica do CDES: “O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) é um colegiado composto por representantes da sociedade civil, criado em 2003 pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e atualmente previsto na [Lei 13.502](#), de 1º de novembro de 2017. Seu trabalho é regido pelo Decreto nº 8.887, de 24 de outubro de 2016, e consiste no aconselhamento direto ao presidente da República, por meio de recomendações que podem ser transformadas em novas políticas públicas ou contribuir para o aperfeiçoamento de políticas já existentes [...] Mais de 70 países ao redor do mundo contam com colegiados semelhantes ao CDES, com o objetivo de aprimorar a democracia, ampliando o espaço de participação da sociedade nas decisões governamentais. O CDES foi criado pelo Presidente Lula pela Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.cdes.gov.br/Plone/o-conselho/o-que-e>. Acesso em: 09/07/2021.

⁴⁶ Estou diferenciando nomear de dar título para deixar mais claro a análise, mas ao dar título nomeia-se o acontecimento, e nomear dá-se um título também.

crise, mas com efeitos mais brandos. A crise teve início em 2009 nos Estados Unidos e perdurou por mais alguns anos. Foi considerada também como a crise do capitalismo, do neoliberalismo.

Ao iniciar o pronunciamento, o alocutor-presidente, saúda os participantes da reunião/seminário, constituindo-os como seus alocutários, alocutários- participantes:

Meu caro companheiro José Múcio, ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais e secretário-executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social,
Quero cumprimentar a ministra Dilma e, em nome dela, cumprimentar todos os ministros que estão aqui presentes,
Senhores representantes do corpo diplomático,
Companheiros deputados,
Nosso líder do governo, Henrique Fontana,
Senadores,
Meu caro Paulo Godoy, em nome de quem cumprimento os integrantes do Conselho,
Convidados estrangeiros que vieram participar deste encontro,
Companheiros da imprensa,
Meus amigos e minhas amigas,

A saudação se dá, pela relação hierárquica do Conselho, os ministros de Estado e diplomatas, deputados, senadores, os outros membros do Conselho, convidados estrangeiros e demais convidados.

Veremos o recorte R3 e suas respectivas sequências enunciativas.

R3

(A) A ideologia neoliberal do Estado mínimo experimenta o seu crepúsculo. A justiça fiscal recupera sua responsabilidade como alavanca indissociável do desenvolvimento e do bem-estar social. Emprego e oportunidade; saúde pública e educação de qualidade; infância amparada e velhice digna são as renovadas balizas do desenvolvimento [...] (B) Definitivamente, essa crise deixa claro que a **política** não é o oposto da eficiência, é um dos seus pressupostos essenciais. Tampouco o Estado é o estorvo do desenvolvimento. Ele é, sobretudo, o indutor. Impõe-se discutir uma nova visão **política** e teórica do papel do Estado na globalização. É inadiável aprofundar o debate sobre a interação entre democracia **política** e a regulação econômica da sociedade em nosso tempo [...] (C) Só há uma força tão contundente em versatilidade e abrangência para enfrentar uma crise internacional do dinheiro desregulado, e essa força é a **política**. Não qualquer **política**, mas a **política** modelada em instituições multilaterais representativas, capazes de assumir com desassombro a incumbência de sanear o passado e estabelecer as novas bases para o futuro. [...] (D) Mas o mais importante é que a decisão que nós temos que tomar daqui para a frente é saber se os líderes **políticos** assumirão o seu papel de lideranças **políticas** e se o Estado voltará a ter o papel que tem que ter, não no gerenciamento da economia, mas na indução das boas **políticas** que têm que ser colocadas em prática no mundo inteiro.⁴⁷

⁴⁷ LULA – 05-03-2009-Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante abertura da 29ª Reunião do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

O acontecimento do pronunciamento da reunião/seminário que integra R3, textualiza sentidos sobre a necessidade de, após a crise financeira mundial iniciada em 2008, estimular o crescimento e o desenvolvimento do Brasil e contribuir com crescimento e desenvolvimento também em outros países.

No início do pronunciamento, o al-presidente diz que somente pelo entendimento político será possível equacionar e vencer as turbulências que se multiplicam no plano internacional, já que a *ideologia neoliberal do Estado mínimo experimenta o seu crepúsculo*, produzindo um embate entre uma ordem que, na perspectiva do alocutor, está no seu fim, a neoliberal, e outra que vem em substituição e nesse recorte não é dita, mas é significada.

Na perspectiva enunciativa de Guimarães (2002c, 2018) e de Rancière (2018), a política funciona pelo desentendimento. O desentendimento para Guimarães é da ordem enunciativa, uma situação de fala que acontece por litígio e que produz uma contradição entre os dizeres dos falantes envolvidos. E para Rancière é uma questão da situação de fala, de dizer que se constitui pelo embate entre quem pode dizer e significa o objeto de que diz e de quem, mesmo dizendo, não significa.

Considero o “entendimento” do dizer do alocutor, como o lugar da normatividade, da ordem do fazer político, da busca de consenso para uma nova ordem política e social que, segundo o alocutor, está surgindo. Se tomamos o que diz Rancière (1996b) sobre consenso, o “entendimento” acontece como uma divisão igualitária que pressupõe lugares e funções a todos na sociedade. Assim, o entendimento político, em R3, pode ser compreendido como entendimento consensual que propõe uma nova divisão social, mas que silencia o povo, enquanto dizer normativo que decide sobre essa divisão.

A cena enunciativa configurada pelo acontecimento do falante na sequência (A), constitui a alocação ao estabelecer quem é o responsável pelo dizer, o Locutor e seu correlato, o Locutário. Por sua vez, a significação se produz pelo lugar social e historicamente constituído da Presidência da República, que chamaremos, como já mencionado, de alocutor-Presidente, ou al-Presidente e tem por correlato os participantes na reunião/seminário que, resumindo, chamamos de alocutário-participantes, ou at-participantes. O lugar de dizer, o modo de dizer nessa cena se dá por enunciador universal (Euni1), apresentado pelo al-presidente, que diz A

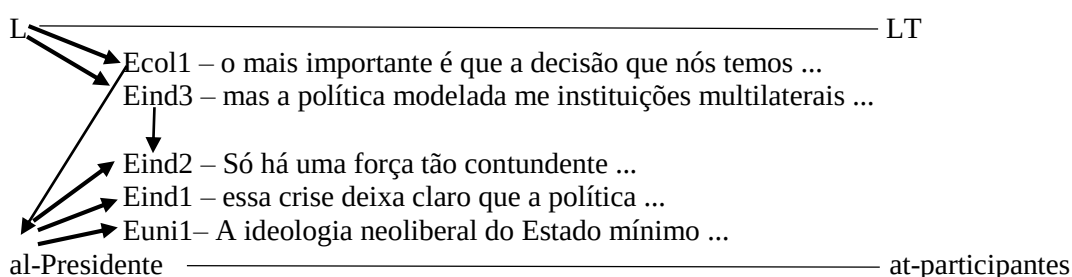
ideologia neoliberal do Estado mínimo experimenta o seu crepúsculo. A justiça fiscal recupera sua responsabilidade como alavanca indissociável do desenvolvimento e do bem-estar social. Emprego e oportunidade; saúde pública e educação de qualidade; infância amparada e velhice digna são as renovadas balizas do desenvolvimento. O alocutor significa uma mudança de paradigmas na política, uma perspectiva neoliberal que encontra-se em declínio, no *seu crepúsculo* e a perspectiva com a qual se identifica, que não designa qual é, mas que apresenta alguns de seus princípios. Dessa forma, o sensível da política é dividido entre o neoliberalismo que finda e a preocupação com a justiça social, com o bem-estar social, com o emprego, com a oportunidade, com a qualidade da saúde e da educação, infância e velhice como balizas para o desenvolvimento. Essas não são preocupações ou noções para a política que se finda, são para a nova política que passa a significar, produzindo novos sentidos para o alocutor.

Em (B), o alocutor se constitui pelo lugar social de dizer de presidente que estamos chamando de al-Presidente e o dizer se dá de um certo modo pelo lugar de dizer que, nesta sequência, é o enunciador individual (Eind1), apresentado pelo al-presidente como enunciador individual

A cena enunciativa em (C), pelo agenciamento do falante, além do Locutor que diz o *mas* e do al-Presidente, constitui os enunciadores pela relação de quem fala com o que é falado. Temos um enunciador individual (Eind 2) apresentado pelo al-presidente Lula que diz *Só há uma força tão contundente ...* e outro enunciador individual (Eind3) apresentado pelo Locutor, e Eind3 alude ao dizer de Eind2, faz isso não para se contrapor ao dizer deste enunciador, faz orientando argumentativamente para sustentar que a única força capaz de enfrentar a crise internacional é a força política, não a força econômica do dinheiro desregulado, mas a política que é versátil, abrangente e *modelada em instituições multilaterais representativas*.

Em (D), o funcionamento do *mas* constitui o Locutor como aquele que diz o *mas* e apresenta o dizer do enunciador coletivo (Ecol1). Por sua vez, o al-Presidente alude ao Ecol1 para significar.

A cena enunciativa de R3, então, se configura da seguinte forma:



A cena enunciativa se caracteriza por demonstrar a relação entre língua e falantes no espaço de enunciação e mostrar a divisão política da cena nesse espaço. Locutor e alocutor-Presidente se dividem em enunciadores, nesta cena, em enunciadores individual, universal e coletivo. Outro modo de falar a língua política é determinado pelas condições sócio históricas de quem fala, de quem diz do lugar de mando, do lugar autorizado a falar dessa forma.

3.3.2 Os sentidos da palavra *política* na enunciação do presidente Lula em [R3]

Vejamos como isso significa da enunciação de R3, começando pela sequência enunciativa (A):

(A) A ideologia neoliberal do Estado mínimo experimenta o seu crepúsculo. A justiça fiscal recupera sua responsabilidade como alavanca indissociável do desenvolvimento e do bem-estar social. Emprego e oportunidade; saúde pública e educação de qualidade; infância amparada e velhice digna são as renovadas balizas do desenvolvimento [...]

Na sequência enunciativa (A) caracteriza-se um novo funcionamento que se constitui para a língua política, um modo de dizer conforme o neoliberalismo e outro que ressurge e que se antagoniza ao modo que finda. Essa substituição, vale ressaltar, acontece devido à crise financeira da grande parte dos países da comunidade internacional

O enunciado *A ideologia neoliberal do Estado mínimo experimenta o seu crepúsculo*, o neoliberalismo é a ideologia que orienta a política, a forma de governar, na maioria dos países e está próxima de seu final. O *Estado mínimo* que determina a *ideologia neoliberal* significa por um modo de falar de que o Estado deve ter a mínima interferência no funcionamento da sociedade, o mercado é o encarregado de regular o funcionamento social, político e econômico, e deve ter por premissa a garantia da igualdade entre todos para que tenham as mesmas condições em que o mercado propicia.

Em (A), a substituição de uma ideologia por outra significa a noção de *política* de Rancière, as atividades que perturbam a ordem da política pela pressuposição da racionalidade da política, “uma perturbação no sensível, uma modificação singular do que é visível, dizível, contável.” (1996b, p. 372). A perturbação acontece por uma ordem que tem o Estado como regulador da ordem instituída que se encerra e que tem o mercado, o privado como regulador. Uma divisão do sensível entre público e privado.

No acontecimento enunciativo do recorte R1, a substituição se deu de forma inversa, o que findava era a política messiânica do socialismo utópico e o que ressurgia era a política de ideias republicanas que tinha por base o dizer do neoliberalismo. Essa foi uma substituição do Estado regulador pelo Estado mínimo.

O funcionamento das palavras *recupera* e *renovadas* recorta memoráveis de enunciações passadas sobre a ideologia que ressurge no lugar do neoliberalismo, uma ressignificação ou atualização de sentidos no presente do acontecimento de (A) que projeta, como futuridade, um novo modo de falar na política do que baliza o desenvolvimento, no Brasil e no mundo.

Pelo procedimento de predicação temos enumeração em *emprego e oportunidade; saúde pública e educação de qualidade; infância amparada e velhice digna* que predica as *renovadas balizas do desenvolvimento*.

Nessa sequência, a palavra *política* não é dita, mas podemos considerar que os sentidos do que finda e os do que ressurge a determinam. Dessa forma, o DSD 12, para o acontecimento de (A), é o que segue:

DSD 12

ideologia neoliberal do Estado mínimo	}	política
justiça fiscal, renovadas balizas do desenvolvimento		

No DSD 13, “ideologia neoliberal do Estado mínimo” se opõe à “justiça fiscal, “renovadas balizas do Estado mínimo” e ambas determinam política.

Passemos à análise da sequência enunciativa (B):

(B) *Definitivamente, essa crise deixa claro que a **política** não é o oposto da eficiência, é um dos seus pressupostos essenciais. Tampouco o Estado é o estorvo do desenvolvimento. Ele é, sobretudo, o indutor. Impõe-se discutir uma nova visão **política** e teórica do papel do Estado na globalização. É inadiável aprofundar o debate sobre a interação entre democracia **política** e a regulação econômica da sociedade em nosso tempo [...]*

Nessa sequência (B), o presidente fala de política e do Estado e seu dizer produz sentidos por uma negação e por uma asserção, ou melhor, nega o que política e Estado não são

e afirma o que são, e faz isso remetendo à crise que está mudando paradigmas ideológicos de funcionamento do Estado. Assim, em *essa crise deixa claro que a política não é o oposto da eficiência, é um dos seus pressupostos essenciais*, política é eficiência. Em *Tampouco o Estado é o estorvo do desenvolvimento. Ele é, sobretudo, o indutor de desenvolvimento*. Dessa forma, o alocutor argumenta, no sentido que argumentação tem para Guimarães (2018), como sustentação de algo na alocução, em favor da eficiência da política e da capacidade indutora do Estado em desenvolver a economia e a sociedade.

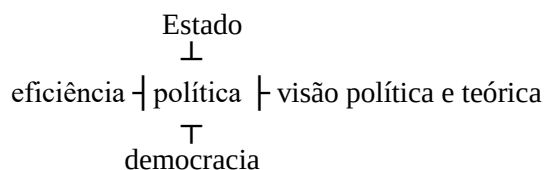
Pelas expressões *Impõe-se* e *É inadiável*, diz-se da urgência pela transição de ideologia de governo que acontece devido à crise, em discutir *uma nova visão política e teórica do papel do Estado na globalização* e debater *sobre a interação entre democracia política e a regulação econômica da sociedade em nosso tempo*. Ao sair de uma política para outra, da neoliberal para outra com mais atuação do Estado, parâmetros e princípios devem ser debatidos e discutidos para que o Estado possa funcionar conforme os princípios da democracia e da política, regulando economicamente a sociedade.

A globalização é uma noção ou um processo que significa em diversas áreas como a social, a econômica, política e cultural, mas visando a uma integração mais econômica do que as demais. É um noção mais alinhada historicamente, pois surgiu no final do século XX e início do XXI, com o neoliberalismo. Se pensamos no antigo bloco dos países soviéticos, a forma como se formou, temos de alguma forma um efeito globalizante acontecido entre estes países. O que nos interessa, nessa sequência enunciativa, no entanto, é que essa nova ordem, que está vindo no lugar da neoliberal, não desconsidera a globalização, mas considera ressignificá-la pela própria ressignificação do Estado, significando por essa nova visão política o que, teoricamente, era uma perspectiva neoliberal.

Nessa perspectiva do acontecimento de (B), o real de sentidos de política acontece na relação com Estado, determinados pela substituição do neoliberalismo por outro sistema de governo que precisa ser discutido e debatido para ajustar seu funcionamento. Pelo debate e pelas discussões, acontecimentos enunciativos, a língua política também é substituída, é ressignificada.

Podemos, assim, montar o DSD 13 da palavra *política*, considerando que política determina sentido para Estado, vejamos:

DSD 13



No DSD14, “eficiência”, “Estado”, “visão política e teórica” e “democracia” determinam “política”.

O acontecimento enunciativo de R3 se dá num seminário que faz parte de uma reunião de um conselho que assessora o Presidente da República. Analisemos a sequência enunciativa (C), que se segue:

*(C) Só há uma força tão contundente em versatilidade e abrangência para enfrentar uma crise internacional do dinheiro desregulado, e essa força é a **política**. Não qualquer **política**, mas a **política** modelada em instituições multilaterais representativas, capazes de assumir com desassombro a incumbência de sanear o passado e estabelecer as novas bases para o futuro [...]*

Na sequência (C), diz-se da possibilidade de solução para a crise internacional. Outro modo de falar político na política vai-se configurando, levando em conta a contradição de sentidos entre o neoliberalismo e um novo sistema que vai sendo proposto. A política vai-se constituindo como força que possibilita abandonar a perspectiva liberal por outra em que a igualdade seja social e não condições de igualdade reguladas pelo mercado.

A expressão *crise internacional do dinheiro desregulado* reescreve por expansão e definição *essa crise* de (B).

Política é significada como força versátil e abrangente e capaz de enfrentar a crise internacional. O funcionamento do *mas* faz um contraponto não a essa força, mas a outras forças que não tenham essas características e não são modeladas em instituições multilaterais, instituições como a ONU, a Unesco, criadas por vários governos com o objetivo de trabalhar em comum para o pleno desenvolvimento das diferentes áreas da atividade humana. A política praticada por essas instituições são capazes de enfrentar a crise e *sanear o passado e estabelecer as novas bases para o futuro*, resolver os problemas que levaram à crise e criar condições para que ela não se repita.

Os sentidos de *política* em (C), então, acontecem por um embate entre uma política que está em seu crepúsculo e outra que emerge, uma, a neoliberal, que tem no mercado a instância de regulação econômica e social, e outra que tem no Estado e nas instituições multilaterais essa instância.

O DSD 14 fica configurado como se segue:

DSD 14

força política ┤ política ┤ instituições multilaterais representativas

No DSD 14, “força política” e “instituições multilaterais representativas” determina política”.

Finalizamos as análises com a sequência enunciativa (D):

(D) *Mas o mais importante é que a decisão que nós temos que tomar daqui para a frente é saber se os líderes **políticos** assumirão o seu papel de lideranças **políticas** e se o Estado voltará a ter o papel que tem que ter, não no gerenciamento da economia, mas na indução das boas **políticas** que têm que ser colocadas em prática no mundo inteiro.*

Em (D), *política* determina líderes e liderança e é caracterizada por *boa*. *Política* significa um novo modo de fazer política que estava ressurgindo e ocupando espaço de outra que estava em seu crepúsculo. Mas a substituição de um sistema político por outro, como aconteceu também na enunciação de Collor, não é algo simples, depende de lideranças políticas capazes de decidir e mudar o papel do Estado, organizar um novo modo de fazer política, com uma nova visão e novos princípios que sustentem uma democracia e boas políticas para o mundo inteiro, uma nova ordem local e mundial.

Diferente de Collor que diz “da” e “na” classe política, Lula destaca destes os líderes, as lideranças, aqueles que como parte da classe ocupam um lugar de mando, de maior sustentação argumentativa, parte com a qual se identifica e se coloca nela, já que a política que diz ressurgir é uma prática para o *mundo inteiro*.

Ou seja, a argumentação se dá para o entendimento político e consensual, conforme já comentado, para uma nova ordem que, pelo dizer normativo (policial), produz a divisão do real entre os que podem decidir e decidem em nome de todos, os líderes e lideranças políticas, e que não pode decidir e não decide nem sobre si, é excluído.

O DSD 15 fica assim constituído:

DSD 15

liderança política

⊥

líderes políticos ⊣ política ⊢ boas políticas

No DSD 5, “líderes políticos”, “liderança política” e boas políticas determinam “política”.

A designação de *política* por este DSD 15 significa a boa política como decorrente da prática de líderes e de lideranças que ocupam lugares sociais que os possibilitam decidir, decidir inclusive sobre quem não pertence a essa divisão, quem é excluído.

O carácter político da enunciação a faz significar pela divisão do falante ao ser agenciado para significar, para designar, para recortar o sensível, deixando entrever os sentidos que se constituem e que significam sócio-historicamente quem enuncia, significando um jeito de falar, um modo de significar a política e sobre a política, significar a língua política. No caso de R3, uma língua política que diz, que argumenta por uma nova visão política que, mesmo sendo uma retomada teórica do que já significou – o controle social e econômico pelo Estado, princípio do socialismo –, ressignifica como nova, como um novo tempo e, como já vimos pela enunciação dos ex-presidentes Collor e Fernando Henrique Cardoso, é argumentação sustentando o consenso, o compromisso com a igualdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o percurso teórico-analítico que desenvolvemos nesta pesquisa e que estamos concluindo, adotamos por aporte teórico a Semântica do Acontecimento, que considera que a produção de sentidos se dá no acontecimento do dizer num espaço de enunciação, espaço político, pela própria caracterização do dizer como político, e a perspectiva teórica de Jacques Rancière, pelo diálogo que tem com essa semântica, numa perspectiva filosófica que trata a política enquanto prática e enquanto política de Estado. São perspectivas materialistas que consideram que o fundamento das relações sociais é a luta de classes, o litígio que se constitui disso e que se dá como confronto, como embate, como desentendimento, como dissenso, como contradição nas situações de fala. Isso caracteriza a língua como política ou como lugar de funcionamento do político, do funcionamento do litígio e da contradição produzidos pela própria divisão que fundamenta as relações sociais, a luta de classes.

Analisamos o funcionamento enunciativo das palavras *política* e *político* na enunciação dos ex-presidentes do Brasil, Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, os três primeiros presidentes eleitos democraticamente após a promulgação da Constituição de 1988, marco da redemocratização do país, do retorno do Brasil ao Estado democrático de direito, com liberdades e com propostas igualitárias de construção da sociedade.

Analisar na perspectiva teórica a que nos filiamos, nos permitiu verificar a construção de sentidos para a forma linguística *política(o)* nas três enunciações presidenciais escolhidas para o *corpus*, constituídas de falantes distintos, em épocas distintas, e em condições sociais e históricas distintas e, por elas, observar como os sentidos se constituem em um falar que estamos chamando de político, ou seja, uma língua política que não é sempre a mesma, mas se constitui como tal por funcionar, em nosso caso, em um mesmo lugar social de dizer da Presidência da República, um lugar determinado sócio e historicamente.

O agenciamento do falante num determinado espaço de enunciação o constitui pelo lugar social que ocupa, mas o constitui também pela divisão dos demais lugares que funcionam na cena enunciativa que, por sua vez, se configuram em cada enunciação e em cada espaço de enunciação, em cada acontecimento por temporalidades distintas, que faz diferença em cada ordem, na sua própria ordem. A temporalização do acontecimento faz com que cada acontecimento seja um, distinto do outro, mas que se constitui em memoráveis de um para outro e projeta sentidos para outros acontecimentos que virão. Isso nos possibilitou analisar a relação

entre sentidos, mesmo que sejam em condições, tempo e falantes distintos, em textos distintos, além de podermos observar a polissemia da forma que estudamos *política(o)*.

Por procedimentos de textualidade como a reescrituração e a articulação, e pela determinação e predicação, procuramos verificar a constituição dos DSD da forma linguística *política* nas enunciações dos ex-presidentes. O DSD representa o que uma palavra designa nos textos em que funciona, os sentidos que produz ao designar, ao recortar o real de sentidos da palavra, significando sua polissemia nos enunciados que integra e significa no texto e o texto pela integração do enunciado a este. Esse procedimento nos permitiu ver o funcionamento da língua política, que também estamos chamando de um modo de dizer na política, ou seja, pela designação de *política* nos textos dos recortes, pudemos verificar como ao produzir sentidos a designação caracteriza um modo de falar política na política.

Nessa perspectiva, *política* designa, na enunciação de Collor, o projeto de Estado, que significa o argumento pelo novo modo de fazer política que surgia, pela política, dizendo da política do ocaso, que estava sendo substituída. A sustentação argumentativa se constrói para seus alocutários, a *classe política*, todos que vivem “a”, “da” e “na” política, formada principalmente pelo Congresso Nacional. Seu dizer sustentou argumentos em busca de consenso para aprovação de seu projeto, de sua política, à classe política.

Por sua vez, na enunciação de FHC que tratou de ética, pobreza e política, o nome *política* designa *vida política*, risco de erro, pontos de vista moral e político, decisão. Significa vida política pelo risco de erro, pois é um lugar de dizer a verdade, mesmo que relativa, lugar de decisão e indecisão, de um ponto de vista moral, de ética e um ponto de vista político que é de confronto com terceiros⁴⁸. Em se tratando da argumentação, o dizer sustenta esses sentidos como argumentos para a conclusão da impossibilidade, como Presidente, em resolver problemas, no caso, o problema da pobreza. Ou seja, considero um dizer que busca justificar⁴⁹ erros ou possíveis erros e, para isso, quer o consenso entre os que vivem a vida política e conhecem seus problemas, as limitações, a dependência de outros.

Na enunciação de Lula, a designação de *política* significa visão política e teórica, força política, liderança política e líderes políticos. Designações que produzem sentidos para desenvolvimento, pelas condições sociais e históricas do lugar e pela época em que enuncia, que para acontecer depende de uma nova visão, por outro ponto de vista político e teórico, pois um outra visão política e teórica que funcionava está no seu crepúsculo. O dizer, a argumentação acontece, então, aos líderes e lideranças políticas que tem força para enfrentar

⁴⁸ Os terceiros seriam políticos também?

⁴⁹ Ou seria pedir perdão por dizer num espaço, um lugar religioso e também político?

crises e estabelecer uma nova visão política e teórica. Ou seja, argumenta-se também em busca de consenso de seus pares, os líderes, para uma nova visão, uma nova política mundial.

O dizer político sobre política nas enunciações do lugar social de presidente do Brasil se caracteriza pela busca de consenso, um acordo sobre um projeto, ou sobre uma justificativa ou sobre uma nova visão. Isso se pensarmos no consenso como acordo, concordância, uniformização de ideias ou pontos de vista. Mas considerando a abordagem teórica a que nos filiamos, que tem o político como incontornável no funcionamento da língua, esse consenso funciona como o esforço em silenciar a desmontagem da contradição do dizer normativo – aqui o lugar social de Presidente –, ou “como ação homogeneizadora que ora se esgota no administrativo, ora naquilo que Rancière chamou de *polícia*, e que ele opõe à *política*.” (GUIMARÃES, 2002c, p. 16). O consenso, na perspectiva policial, procura anular a política, silenciar a contradição de seu próprio dizer, que divide desigualmente, pela lógica igualitária de lugares e funções sociais.

Da classe política, que se caracteriza por aquela que vive da política ou ocupa papel de liderança política, são excluídos aqueles que não são da política, não são políticos funcionais, não podem decidir ou liderar, pelo dizer são excluídos do próprio dizer e de pertencimento. Na divisão do real, pela normatividade, os excluídos são colocados como partes identificadas socialmente por lugares e funções cujo pertencimento é considerado como “abuso, impropriedade” (Idem).

E é a plasticidade da língua em funcionamento no acontecimento da linguagem que agencia os falantes que se dá a língua política.

Esperamos, com essa pesquisa, contribuir com os estudos semânticos enunciativos sobre a compreensão da questão do *político* na língua que se caracteriza pelas divisões e litígios que se dão pela contradição entre a desigualdade e a igualdade, igualdade que busca desconstruir e silenciar a igualdade, mas que se dá como pressuposição, por se fundamentar na própria desigualdade. Contribuir também com a questão do modo de dizer na/da política, a constituição da língua política pelo funcionamento de uma forma linguística que integra enunciados.

BIBLIOGRAFIA

ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo & FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. (Orgs.). *As políticas da política: desigualdade e inclusão nos governos do PSDB e do PT*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross. In: *Aristóteles II*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (p. 45-195) (Os pensadores)

_____. *Política*. Trad. Torrieri Guimarães. São Paulo: Marin Claret, 2017. (Coleção a obra-prima de cada autor; 49)

BENVENISTE, Émile. (1989) *Problemas de linguística geral I*. Revisão de trad. Eduardo Guimarães. Campinas, Pontes, 2005.

BENVENISTE, Émile. (1989) *Problemas de linguística geral II*. Revisão de trad. Eduardo Guimarães. Campinas, Pontes, 2006.

BRAGA, Roberto Saturnino. *O curso das ideias: História do pensamento político no mundo e no Brasil*. São Paulo: Publisher Brasil e Editora Perseu Abramo, 2009.

BRÉAL, Michel. *Ensaio de semântica – Ciência das significações*. 2. ed. Campinas: Editora RG, 2008.

DIAS, Luiz Francisco. *Enunciação e relações linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

FERREIRA, L. P.; GUANABARA, R. & JORGE, V. L. (Orgs.). *Curso de ciência política: grandes autores do pensamento político e contemporâneo / autores, Adolfo Wagner... [et al; prefácio Candido Mendes de Almeida. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/40070219/CURSO_DE_CI%C3%8ANCIA_POL%C3%8DTICA_GRANDES_AUTORES_DO_PENSAMENTO_POL%C3%8DTICO_MODERNO_E_CONTEMPOR%C3%82NEO. Acesso em: 02/03/2020.*

GADET, F.; PÊCHEUX, M. *A língua inatingível: o discurso na história linguística*. Tradução B. Mariani e M. C. Chaves de Mello. Campinas, SP: 2004.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. In: *HOBBS*; Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores)

GHETTI, Pablo Sanches. *Messianismos em conflito: interpretação teológico político de Os Sertões*. In: *Revista Lua Nova*, n.º 80. São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – CEDEC, 2010. (p. 127-149). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/8fgXwbbYSNzCwFhdkptJ5sR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26/05/2021.

LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo – ensaio relativo à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil. Trad. E. Jacy Monteiro. In: Locke. Trad. Anoar Aiex e E. Jacy Monteiro. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores)

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. In: MAQUIAVEL. Trad. Lívio Xavier. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores)

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. John Locke e o individualismo liberal. In: WEFFORT, Francisco (Org.). *Os clássicos da política*, v. I. São Paulo: Editora Ática, 2006.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. Revisitando o messianismo no Brasil e profetizando seu futuro. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 16, n.º 46, junho. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, 2001. (p. 119-129)

OLIVEIRA, Sheila Elias de. *Cidadania: história e política de uma palavra*. Campinas, SP: Pontes Editores, RG Editores, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2001.

_____. (1984). *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

_____. (1996). *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

_____. (1990). Silêncio e sentido. In: *Terra à vista – Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

PÊCHEUX, Michel (1975). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. Unicamp, 2009.

PLATÃO. Político. In: *Diálogos: Platão*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores)

_____. *A república*. Trad.: Ciro Moranza. São Paulo: Lafonte, 2017.

RIBEIRO, Renato Janine. Hobbes: o medo e a esperança. In: WEFFORT, Francisco. (Org.). *Os clássicos da política*, v. I. São Paulo: Editora Ática, 2006. (p. 51-77)

ROSSI, Luiz A. Solano. O messianismo e a construção do paraíso na história. In: *Revista Aulas – Dossiê Religião*, N.4, abril 2007/julho 2007. Campinas: IFCH, UNICAMP.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. 28. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

VIZEU, Rodrigo. *Os presidentes: a história dos que mandaram e desmandaram no Brasil, de Deodoro a Bolsonaro*. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2019.

WEFFORT, Francisco. (Org.). *Os clássicos da política*, v. I. São Paulo: Editora Ática, 2006.

_____. *Os clássicos da política*, v. II. São Paulo: Editora Ática, 2001.

_____. *Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens*. São Paulo: Editora Ática, 2006.

VIZEU, Rodrigo. *Os presidentes: a história dos que mandaram e desmandaram no Brasil, de Deodoro a Bolsonaro*. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2019.

VOGT, C. (1979). Por uma pragmática das representações. *Discurso* (11), 65-96. <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8863.discurso.1979.37872>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/37872/40599>. Acesso em: 30/03/2020.

_____. A arte do detalhe. In: *Web Revista Discursividade*. Edição n 09, ISSN 1983-6740. Campo Grande MS, 2012. <http://www.cepad.net.br/discursividade>. Disponível em: <http://www.discursividade.cepad.net.br/EDICOES/09/Arquivos/zopi.pdf>. Acesso em: 21/11/2021.

_____. *Cidadãos modernos: Discurso e representação política*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Diogo Freitas do. *História do pensamento político ocidental*. Coimbra, Portugal: Edições Almedina, 2016.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*, 13. ed. 5.^a reimpressão, Vol. 2. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 2016a.

CHÂTELET, F.; DUHAMEL, O. & PISIER-KOUCHNER, E. *História das ideias políticas*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1985.

GUIMARÃES, Eduardo. Terra de Vera Cruz, Brasil. In: *Cultura Vozes*, 4. Rio de Janeiro, 1992.

_____. Independência e Morte. In ORLANDI, E. (Org). *Discurso fundador*. Campinas, SP: Pontes, 1993.

_____. Texto e Enunciação. *Organon*, 23: 63-68. Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS, 1995.

_____. Enunciação, Língua, Memória. In: *Revista da ANPOLL*, nº 2. 1996a. (p. 27-33)

_____. Língua e Enunciação. In: *Caderno de Estudos Linguísticos*, nº 30, Jan./Jun. – Campinas, SP: IEL/Unicamp, 1996b. (99-103)

_____. Textualidade e enunciação. In *Escritos – Ver e dizer* Nº 2. LABEURB / NUDECRI. UNICAMP. Campinas, 1998, p. 3-11.

_____. Interpretar: língua e acontecimento. In: *Revista Brasileira de Letras*, Vol. 1, nº 1. 1999. (p. 19-23)

_____. (1987). *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002a.

_____. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 2002b.

_____. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes, 2002c.

_____. Domínio Semântico de determinação. In: Guimarães, E.; Mollica, M. C. (orgs.). *A palavra: forma e sentido*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

_____. A Enumeração: Funcionamento Enunciativo e Sentido. In: Guimarães, E. R. J. & Zoppi-Fontana, M. G. (Orgs.). *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 51/1. Campinas, SP: Setor de Publicações – IEL/UNICAMP, 2009.

_____. Os sentidos e a política de uma palavra da ciência. In: ZANDWAIS, A. & ROMÃO, L. M. S. (Orgs.). *Leituras do político*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

_____. *Análise de texto*. Procedimentos, análises, ensino. Campinas, SP: Editora RG, 2011.

_____. *Semântica: enunciação e sentido*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (1992). *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002. (Coleção Repertórios)

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento* (1995): política e filosofia. Tradução Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996a.

_____. O dissenso. In: NOVAES, Adauto. (Org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília, DF: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1996b.

_____. *Nas margens do político* (1998). Trad. Vanessa Brito, João Pedro Cachopo. Lisboa, Portugal: KKYM, 2014a.

_____. O fim do político ou a utopia realista. *Nas margens do político* (1998). Trad. Vanessa Brito, João Pedro Cachopo. Lisboa, Portugal: KKYM, 2014b.

_____. Político, política, identificação, subjetivação. *Nas margens do político* (1998). Trad. Vanessa Brito, João Pedro Cachopo. Lisboa, Portugal: KKYM, 2014c.

_____. Dez teses sobre a política. *Nas margens do político* (1998). Trad. Vanessa Brito, João Pedro Cachopo. Lisboa, Portugal: KKYM, 2014d.

_____. *O desentendimento - política e filosofia* (1995). Tradução Ângela Leite Lopes, 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018. (Coleção TRANS)

SALLUN JR., Brasília. Governo Collor: o reformismo liberal e a nova orientação da política externa brasileira. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 54, n. 2. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP/UERJ, 2011. (259-288). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/7BMbZ7ST57dTbGbbXvLY6vb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24/07/2021.

SALLUN JR., Brasília & CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. In: *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 82. São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – CEDEC, 2011. (163-200). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/nF5QWr93FX3GFBf8yXsPWGS/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 24/07/2021.

ZATTAR, Neuza B. da Silva. Os sentidos de liberdade do escravo nos acontecimentos de linguagem. In *Fronteira: memória e linguagem*. Campinas, SP: Pontes Editora; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

_____. A argumentação como processo de significação: In: *Conexão Letras*. Porto Alegre, v. 16, n. 25, p. 1-24, jan./jun, 2021.

ZANCARINI, Jean-Claude. Os templos e as manobras das palavras (Florença, 1494 – 1430). In: DESCEMBRE, R.; FOURNEL, J-C. & ZANCARINI, J-C. *Estudos sobre a língua política: filologia e política na Florença do século XVI*. Cáceres, MT, Editora Unemat; Lyon, ANR TRIAngle; Campinas, Editora RG, 2008.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Língua política: modos de dizer na/da política. In: ZANDWAIS, A. & ROMÃO, L. M. S. (Orgs). *Leituras do político*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

Referências eletrônicas

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes>, Acesso em: 14/03/2016.

<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/collor-fernando>. Acesso em: 02/03/2021.

<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cardoso-fernando-henrique>. Acesso em: 02/03/2021.

<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-inacio-da-silva>. Acesso em: 02/03/2021.